

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da  
Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas  
(1953-1966)**

Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho Renha

**Manaus**

**2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da  
Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas  
(1953-1966)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. James Roberto Silva

Mestrando: Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho Renha

**Manaus**

**2017**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R412s Renha, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho  
A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da  
Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-  
1966) / Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho Renha. 2017  
149 f.: il.; 31 cm.

Orientador: James Roberto Silva  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. Spvea. 3. Planejamento regional. 4.  
Desenvolvimentismo. 5. Amazonas. I. Silva, James Roberto II.  
Universidade Federal do Amazonas III. Título

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer aos professores do Programa de Pós-Graduação da UFAM, pela ajuda que proporcionaram, através das disciplinas, para que o processo de pesquisa e escrita da dissertação fosse feito da melhor maneira possível. Aos professores do Programa, principalmente César Augusto Queirós e Márcia Mello, que ofereceram contribuições significativas para o andamento da dissertação.

Também foram de enorme valia as análises e sugestões feitas pela banca de Qualificação, composta pela professora Patrícia Sampaio e o pelo professor Isaque Sousa.

Muito obrigado ao professor James Roberto Silva, orientador que, desde o começo do Mestrado, sempre fez observações relevantes a respeito da pesquisa, indicando os caminhos certos, leituras e questionando minhas abordagens quando essas se perdiam em digressões. Ao secretário do Programa, Jaílson Soares Mota, que sempre foi solícito e prestativo nos momentos que precisei de sua ajuda.

Importante agradecer o CNPq pela bolsa disponibilizada, o que proporcionou uma maior dedicação e tranquilidade para a realização de todo o trabalho.

Aos amigos que iniciaram o Mestrado junto comigo, agradeço a todos pela ajuda, pelas conversas a respeito do trabalho e pelo apoio. Especial agradecimento à Daniel Rodrigues de Lima, que foi de inestimável colaboração ao disponibilizar documentação digitalizada e livros para a elaboração da dissertação. Também não posso deixar de mencionar Rafael Lima, pela amizade ao longo desses dois anos.

Por último, gostaria de agradecer a pessoa que me incentivou a voltar à Universidade, me animando e apoiando em todos os momentos. Com amor, agradeço a você, Keila Aniceto, que me fez ver que valia a pena recomeçar e seguir em frente com objetivos renovados.

## Resumo

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi constituída em 1953 para concretizar os planos de uma drástica mudança estrutural para a região. O desenvolvimento econômico e social da Amazônia, que já era pensado desde a década anterior, deveria estabelecer a definitiva integração da região com o restante do país. O objetivo proposto foi o de estabelecer como a instituição funcionou e por que não conseguiu os resultados esperados, tornando-se um órgão mal visto. Houve também a necessidade de determinar o porquê de a SPVEA surgir apenas nos anos 1950, já que a Amazônia estava em crise desde a década de 1910 e como se deu a relação da instituição com o estado do Amazonas. Foram usadas publicações oficiais da própria Superintendência, da União e do Amazonas, assim como discursos e mensagens de seus representantes publicados na imprensa amazonense e do Rio de Janeiro. A SPVEA, além de lidar com inúmeros problemas em sua estrutura interna, foi alvo de desinteresse e desrespeito por parte da União e dos próprios estados amazônicos, que não cumpriram com suas obrigações constitucionais, gerando consequências graves para o órgão federal. Esse conjunto de fatores, aliados ao descrédito causado pelas denúncias de corrupção ao longo dos anos, levaram à sua extinção em 1966.

**Palavras-chave:** Amazônia; SPVEA; Planejamento regional; Desenvolvimentismo; Amazonas.

## **Abstract**

The Superintendency of the Amazonian Economic Valorization Plan (SPVEA) was constituted in 1953 to materialize plans for a drastic structural regional change. The economic and social development of the Amazon, which had already been thought since the previous decade, should establish the definitive integration of the region with the rest of the country. The proposed objective was to establish how the institution worked and why it did not achieve the expected results, becoming a poorly seen body. There was also a need to determine why SPVEA emerged only in the 1950s, since the Amazon was in crisis since the 1910s and how the relationship between the institution and the state of Amazonas occurred. Official publications of the Superintendency, the Union and the Amazon were used, as well as speeches and messages from its representatives published in the press from Amazonas and Rio de Janeiro. SPVEA, in addition to dealing with numerous problems in its internal structure, was target for disinterest and disrespect of Union and even the amazonian states, which did not comply with their constitutional obligations, causing serious consequences for the federal agency.. This set of factors, allied to the discredit caused by the accusations of corruption over the years, led to its extinction in 1966.

**Keywords: Amazon; SPVEA; Regional planning; Development; Amazonas.**

## **Lista de Figuras**

**Figura 1** – Área de atuação da SPVEA (Amazônia Legal) com 28 zonas recuperáveis.....59

## **Lista de Tabelas**

<b>Tabela 1</b> – Tempo de cada superintendente à frente da SPVEA.....	67
--	----



## **Lista de Siglas**

ACA – Associação Comercial do Amazonas  
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
CAETA – Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia  
CELETRAMAZON – Centrais Elétricas do Amazonas S.A.  
CEM – Companhia de Eletricidade de Manaus  
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina  
CFCE – Conselho Federal do Comércio Exterior  
CMBEU – Comissão Mista Brasil – Estados Unidos  
CME – Coordenação de Mobilização Econômica  
CNPIC – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial  
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas  
CODEAMA – Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas,  
COPAM – Companhia de Petróleo da Amazônia  
CPE – Comissão do Planejamento Econômico  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças  
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público  
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem  
DNRu – Departamento Nacional de Endemias Rurais  
FAO – Food and Agriculture Organization  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas  
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
MECOR – Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PR – Partido Republicano  
PSD – Partido Social Democrata  
PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PVEA – Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

SNAPP – Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto Pará

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TVA – Tennessee Valley Authority

UDN – União Democrática Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZFM – Zona Franca de Manaus

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	11
<b>1 O fortalecimento do poder federal e o campo político.....</b>	14
<b>1.1 A consolidação do planejamento estatal.....</b>	19
<b>1.2 A CEPAL – o alicerce teórico do Desenvolvimentismo.....</b>	22
<b>1.3 O Desenvolvimentismo.....</b>	24
1.3.1 <i>A aplicação no segundo governo Vargas.....</i>	25
1.3.2 <i>O governo JK .....</i>	29
1.3.3 <i>A crise política nacional.....</i>	31
<b>1.4 Quando as atenções do país se voltaram para a Amazônia.....</b>	33
1.4.1 <i>Acordos de Washington e Batalha da Borracha .....</i>	38
1.4.2 <i>Instituto Internacional da Hileia.....</i>	40
<b>1.5 Djalma Batista e Arthur Reis – cultura e planejamento político.....</b>	43
<b>2 A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.....</b>	46
<b>2.1 Estrutura, funcionamento e objetivos.....</b>	46
2.1.1 <i>A lei 1.806.....</i>	49
<b>2.2 O Plano de Emergência e o Primeiro Plano Quinquenal.....</b>	54
2.2.1 <i>Agricultura.....</i>	60
2.2.2 <i>Alimentos de origem animal.....</i>	61
2.2.3 <i>Matérias-primas.....</i>	61
2.2.4 <i>O problema do transporte.....</i>	62
2.2.5 <i>O problema de distribuição de capital.....</i>	63
2.2.6 <i>Saúde.....</i>	64
2.2.7 <i>Nível Cultural.....</i>	64
<b>2.3 O desempenho dos Superintendentes.....</b>	65
2.3.1 <i>Arthur Reis.....</i>	68
2.3.2 <i>Waldir Bouhid.....</i>	70
2.3.3 <i>Aldebaro Klautau e Mário Machado.....</i>	83
2.3.4 <i>Mário Dias Teixeira.....</i>	85
2.3.5 <i>Francisco de Andrade Lima.....</i>	86
<b>2.4 O desrespeito à Constituição e à SPVEA.....</b>	88
<b>2.5 Golpe civil-militar e um final presumível.....</b>	91
2.5.1 <i>Mário Cavalcanti.....</i>	91

2.5.2	<i>Os motivos para a extinção da SPVEA.....</i>	93
<b>3</b>	<b>O poder no Amazonas e sua relação com a SPVEA.....</b>	<b>97</b>
<b>3.1</b>	<b>A situação do Amazonas.....</b>	<b>97</b>
<b>3.2</b>	<b>Os Governos Estaduais.....</b>	<b>98</b>
3.2.1	<i>Governo Álvaro Maia.....</i>	99
3.2.2	<i>Governo Plínio Ramos Coelho.....</i>	103
3.2.3	<i>Governo Gilberto Mestrinho.....</i>	113
3.2.4	<i>Plínio Coelho retorna.....</i>	120
3.2.5	<i>Governo Arthur Reis.....</i>	124
	<b>Considerações finais.....</b>	<b>134</b>
	<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>141</b>

## Introdução

Ao iniciarmos a pesquisa, a impressão que tivemos foi a de que a SPVEA era uma “ilustre desconhecida”. Fundada para resolver a crise da economia amazônica, a instituição acabou eclipsada com o passar do tempo, relegada a uma tentativa infrutífera de desenvolvimento regional. Criada a partir de uma mudança de visão e ideologia, possibilitou o início de um novo tratamento dado à região amazônica. A Amazônia passava a ser vista como uma região estratégica, sua efetiva integração com o restante do país tornava-se essencial para que ela pudesse alcançar uma condição autossustentável a médio prazo. O trabalho da Superintendência começou com muitas perspectivas e responsabilidades, resultado de um interesse crescente do país sobre a Amazônia nos anos posteriores à Segunda Guerra e à redemocratização do país com o fim do Estado Novo. Entretanto, o que se viu ao longo da existência do órgão foi um constante desdém federal pelo antes desejado desenvolvimento do Norte do país, em um momento em que a política econômica brasileira era impulsionada por um forte viés nacionalista. Portanto, a história da SPVEA é uma história de idas e vindas, na qual são encontrados paradoxos e contradições em diversos momentos, entre os quais podemos citar as conquistas e perdas dos atores políticos regionais e o comportamento da União e dos estados amazônicos ao longo dos anos.

As leituras a respeito do tema proporcionaram familiaridade com a Superintendência, através da qual foi possível apreender as intenções que levaram à sua implantação, as leis estabelecidas para o seu funcionamento, os seus objetivos e o seu fim (que não foi lamentado). Mesmo assim, existiam pontas soltas e questões sem maiores explicações, pois apareciam de forma insuficiente na bibliografia examinada ou sequer eram mencionadas. Encontramos, nas obras analisadas, as críticas que ecoavam à época referentes a execução dos trabalhos e o veredicto de incapacidade administrativa e corrupção desenfreada. Pareceu-nos, entretanto, que o principal estava ausente: de que maneira chegou-se a esse desfecho? O que exatamente fez com que essa instituição pioneira não alcançasse os resultados esperados? Por que a SPVEA tornou-se um órgão mal visto e precisou ser extinto? Partindo dessas questões principais, foi necessário buscar explicações para outras indagações que foram surgindo, cujas respostas se tornaram vitais para o resultado final da pesquisa. Foram elas: Por que essa instituição só surgiu para combater a crise amazônica na década de 1950? Como os

superintendentes desempenharam suas funções? Como se dava o seu relacionamento com os estados-membros?

Com a finalidade de procurar respostas para os problemas elaborados foram utilizadas diversas fontes oficiais, ou seja, publicações da própria SPVEA, como o Primeiro Plano Quinquenal; obras da coleção Araújo Lima, editadas pela SPVEA; o relatório encomendado ao Consórcio do Rio de Janeiro que foi contratado pela Superintendência para avaliar o desempenho da instituição até então; os relatórios do Superintendente Mário Cavalcanti durante os últimos anos de existência do órgão, já no período da ditadura civil-militar. Além disso, também foram usadas fontes oficiais do estado do Amazonas (as mensagens anuais dos governadores à Assembleia Legislativa, correspondentes aos anos de funcionamento da Superintendência). Sabendo das limitações desse tipo de fonte, procuramos estabelecer, ao mesmo tempo, contraponto e complemento através do uso de jornais. Os periódicos serviram também para determinar os efeitos da política da Valorização\* e suas consequências tanto local quanto nacionalmente. Para isso utilizamos o Jornal do Comércio amazonense e mais três periódicos do Rio de Janeiro: Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Última Hora. O resultado foi muito satisfatório, pois os jornais enriqueceram a pesquisa com uma grande quantidade de informações que não haviam sido encontradas nas fontes oficiais e nem nos trabalhos acadêmicos anteriores.

As teses e dissertações encontradas sobre o desenvolvimento regional, em sua maioria, não eram da área de História. Foram consultadas obras das áreas de Economia; Geografia; Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ); Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIR), além de diversos artigos. Praticamente não existem trabalhos que coloquem a SPVEA como objeto principal da pesquisa, embora quase todos incluam a Superintendência em suas pesquisas como um projeto de renovação da economia amazônica que não obteve êxito. As duas mais interessantes e relevantes para a pesquisa foram as teses de Gilberto S. Marques e Danilo Araújo Fernandes. Marques analisa o projeto de inserção amazônica no desenvolvimento capitalista brasileiro, destacando o papel da SUDAM. Apesar disso, suas considerações sobre a SPVEA são bem formuladas e pertinentes. A tese de Fernandes trata da formação histórica discursiva sobre a questão regional amazônica e sua relação com o período do nacional-desenvolvimentismo. No entanto, os dois autores se concentram em explicar a política econômica regional tendo como referência a borracha, que

---

\* O termo Valorização será usado diversas vezes no decorrer do texto como sinônimo de SPVEA, Superintendência.

apesar da importância não é vital para a resolução dos problemas elaborados pelo presente trabalho.

No primeiro capítulo da dissertação abordamos o processo de centralização política ocorrida no Brasil a partir da Revolução de 1930, o que gerou as condições necessárias para a constante ação estatal na economia através do surgimento de órgãos federais voltados para o desenvolvimento regional, a solução de problemas estruturais e a defesa dos recursos naturais do país. A Amazônia consegue papel de destaque dentro dessa perspectiva a partir da década de 1940, tendo seu auge com o estabelecimento da SPVEA em 1953.

O segundo capítulo retrata o trabalho da Superintendência, sua formação, seus objetivos, as dificuldades enfrentadas, suas falhas e conquistas, a constante falta de dinheiro, o papel dos superintendentes e o desgaste causado pelas acusações de corrupção que contribuíram para a sua extinção.

O terceiro capítulo traça como se deu o relacionamento entre os governos estaduais do Amazonas e a SPVEA. Os esforços dos governadores para solucionar a crise econômica mostram o quanto o Amazonas era dependente do governo federal, já que a situação alarmante das finanças amazonenses fazia com que o estado tivesse que escolher entre se manter ou investir em melhorias para a população. A relação Amazonas-SPVEA mostrou-se complexa tanto pelo comportamento dos políticos locais quanto pelas peculiaridades que envolviam o funcionamento da Superintendência, o que gerou desentendimentos e grandes conflitos entre os dois.

## Capítulo 1

### O fortalecimento do poder federal e o campo político

A partir do final da década de 1940 e durante toda a década de 1950, o Brasil formulou programas de estímulo e recuperação das suas regiões menos desenvolvidas. O intuito era conseguir uma maior integração econômica nacional e diminuir as diferenças sociais entre o Sudeste, mais próspero, e o restante do país. Iniciaremos este capítulo demonstrando como se deu o processo de concentração do poder político nas mãos do governo central. Essa operação permitiu o estabelecimento das condições necessárias para o surgimento de diversos órgãos incumbidos de solucionar os grandes problemas nacionais. Em seguida examinaremos como se deu a trajetória do desenvolvimentismo nacional, apontando como o predomínio desta ideologia político-econômica também contribuiu para o aparecimento da SPVEA. Por fim, concluiremos destacando de que maneira a Amazônia passou a ser enxergada e como foi encaixada nessa nova dinâmica nacional de investimentos, conquistando assim um espaço considerável no jogo político em ascensão.

Durante os primeiros anos da República brasileira, conhecidos como República Velha (1889-1930), tanto o poder político quanto o econômico estavam descentralizados, nas mãos das oligarquias estaduais. O pensamento econômico liberal dominante à época, contrário ao intervencionismo estatal, delimitava a ação do poder central à concessão de reivindicações, favores ou incentivos às elites regionais, com o intuito de amparar ou ampliar a economia agrário-exportadora.

De acordo com Celso Furtado, a Proclamação da República em 1889 tomou a forma de um movimento de reivindicação da autonomia regional e os novos governos estaduais tiveram, nas duas primeiras décadas da vida republicana, um papel fundamental no campo da política econômica.<sup>1</sup> Todavia, para Dulce Pandolfi, os grupos agroexportadores não representaram em momento algum um todo homogêneo. A dependência do mercado internacional favorecia o caráter cíclico das economias regionais e acentuava as diferenças entre elas. Desse modo, o atendimento aos interesses específicos de cada região era dado, pelo governo central, em função da importância que cada um dos setores representava para o

---

<sup>1</sup> FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000. p.176.



conjunto da economia nacional. Essa engrenagem política afastava progressivamente os estados considerados menores no jogo político nacional. A chamada “política dos governadores”, instaurada a partir do governo Campos Sales (1889-1902) era a confirmação dessa regra, com o predomínio de São Paulo e Minas Gerais à frente do poder nacional. Dessa maneira, os estados do Norte e do Nordeste tinham uma capacidade muito reduzida de barganha frente ao poder central, o que fazia com que as classes dominantes dessas regiões se encontrassem subordinadas às classes dominantes do sul do país.<sup>2</sup> Bóris Fausto explica essa dinâmica de afastamento dos estados menos poderosos economicamente como uma “relação metrópole-satélite” entre regiões dominantes e dominadas.<sup>3</sup> Em relação ao não esfacelamento do poder do Estado Nacional durante esse período, Fausto afirma que mesmo dependente das oligarquias regionais, ele era a última instância de legitimização, funcionando como árbitro nas áreas cujos estados atuavam diretamente. Além disso, por causa do processo de “satelitização”, as contradições ocorriam internamente, tomando a forma regional e atingindo somente as classes dominantes locais.<sup>4</sup> Já no fim dos anos 1920 a insatisfação com esse modelo ganhava cada vez mais força, e os estados que não conseguiam exercer nenhum tipo de influência sobre o poder federal defendiam a ideia de que a nação brasileira era um conjunto de forças sociais, cujos diferentes interesses não poderiam ser sacrificados em função de um só, no caso o interesse dos cafeicultores paulistas.<sup>5</sup>

O grupo que assumiu o poder com a Revolução de 1930, formado por políticos e tenentes derrotados nas eleições presidenciais daquele ano, iniciou uma transformação na organização política do Estado brasileiro. Primeiramente, o líder desse grupo político-militar, o gaúcho Getúlio Vargas, almejava uma reforma institucional centralizadora como condição fundamental para a consolidação do poder em suas mãos. Depois, Vargas planejava resolver a situação econômica do país por meio de uma nova política de desenvolvimento, que seria implantada através da coordenação de um amplo esforço nacional.

Para alcançar a primazia do poder político seria necessário liberar o novo governo federal da interferência dos grupos ou facções regionais e minimizar a influência do mercado externo. A estratégia utilizada para a reestruturação política e a gradual ampliação da força do governo varguista deu-se, basicamente, de duas maneiras: a primeira pelo fato de que muitas

---

<sup>2</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: Uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela de Castro; et al. **Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. pp. 341-342.

<sup>3</sup> FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.117.

<sup>4</sup> Ibidem. pp. 121-122.

<sup>5</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. p. 38.

funções administrativas, antes exercidas pelos governos estadual e municipal, foram transferidas para a competência federal. A segunda através da crescente intervenção federal na economia, o que exigiu a criação de novas agências controladas diretamente pelo governo central que, por sua vez, enfraqueceram ainda mais o poder relativo dos estados e municípios.

O novo grupo dominante desejava uma sociedade mais urbana, industrial e que superasse a economia primário-exportadora. Vargas impôs então o desmantelamento das condições que designavam poder às elites estaduais, que deixariam de ser protagonistas no cenário que se apresentava, através de uma “redefinição dos canais de acesso e influência”.<sup>6</sup> Com isso, as oligarquias regionais, esvaziadas de suas antigas prerrogativas, só conseguiriam ser ouvidas quando entrassem em contato com o governo central. A tomada de decisões caberia somente a este e, por mais que os diferentes grupos estaduais se articulassem, essa articulação estaria presa ao novo mecanismo de acesso e não poderia ser dissociada dele. O governo federal teria autonomia, mas por outro lado, a atuação das elites regionais ainda teria certa relevância, impondo (poucos) limites ao campo de ação do executivo federal. De qualquer modo, a ação governamental nos estados passaria a ser decidida de cima para baixo. Fausto afirma que já a partir de 1930 as oligarquias se subordinam ao poder central, pois perdem o controle direto do governo dos estados, a cargo dos interventores federais. No entanto, não se pode confundir o fim do sistema oligárquico com o fim das oligarquias.<sup>7</sup> De acordo com Weffort, o movimento tenentista obrigou os grupos oligárquicos “a deixar as funções de domínio político, que até 1930 mantiveram de forma ostensiva e quase exclusiva, para subsistir nas sombras” até 1945, quando alcançam uma representatividade privilegiada no Congresso com a volta da democracia.<sup>8</sup> Essa aceitação das regras do jogo político por parte de todos os participantes, mesmo a contragosto e de forma compulsória, é definida por Bourdieu como *illusio*, e sua função é dar legitimidade ao novo regime:

Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo, *illusio*, *involvement*, *commitment*, investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo: todos os que têm o *privilégio* de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, [...] aceitam o contrato tácito que está implicado no fato de participar no jogo, de o reconhecer deste modo como *valendo a pena* ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de *conluio imaginário* bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos.<sup>9</sup>

<sup>6</sup> FAUSTO, Boris (dir.) **O Brasil Republicano**, v. 10: Sociedade e Política (1930-1964). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 103.

<sup>7</sup> FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.142.

<sup>8</sup> WEFFORT, Francisco Corrêa. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 71.

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. pp 172-173.

Simultaneamente ao desmonte do poder político regional ocorria o remanejamento dos recursos econômicos disponíveis. O poder dos governos estaduais e municipais foi diluído pela restrição das fontes tradicionais de receita tributária. A Constituição de 1891 oferecia ampla autonomia econômica aos estados, tais como “possibilidade de contrair empréstimos externos, constituir milícias; discriminação de rendas favorecendo os estados, a quem cabe lançar impostos sobre a exportação, transmissão de propriedade rural, indústrias e profissões” entre outras.<sup>10</sup> A constituição de 1934 revisou e a de 1937 eliminou os impostos interestaduais, importantes fontes de receita dos estados, visando a integração do mercado interno e a padronização do sistema tributário. Essa ação eliminou os últimos vestígios de liberdade na utilização de fontes de recursos financeiros estaduais, prática de longa tradição na República Oligárquica.

Com os poderes político e econômico, ambos absorvidos pela nova estrutura administrativa governamental, foi necessário um enorme aumento da burocracia federal, que passou a controlar toda capacidade decisória do país em suas mãos. Segundo Bourdieu:

Dado que concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos, o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, seja por meio de intervenções financeiras (como, no campo econômico, os auxílios públicos a investimentos ou, no campo cultural, os apoios a tal ou qual forma de ensino), seja através de intervenções jurídicas (como as diversas regulamentações do funcionamento de organizações ou do comportamento dos agentes individuais)<sup>11</sup>

Um dos principais exemplos da força política de Vargas para dominar as elites estaduais foi a implantação do sistema de interventorias, instauradas em 1930. Dentro desse sistema, os poderes executivos estaduais passaram a ser chefiados por interventores, todos subordinados à Vargas diretamente. As Assembleias Legislativas foram substituídas por Departamentos Administrativos, cujos membros também eram nomeados pelo presidente da República e, em tese, exerciam controle sobre os atos dos interventores.

As interventorias constituiriam o elemento-chave nas relações do Governo central com os Estados, representando efetivamente um meio de enfraquecer as oligarquias regionais pela perda das condições institucionais de sua autonomia. Evidentemente, o controle do Executivo federal sobre os grupos dominantes regionais viabilizado pelo sistema de interventorias não seria absoluto. Em grau variável, algum tipo de composição entre os interventores e os grupos locais mais poderosos seria a forma de possibilitar que os conflitos fossem absorvidos, criando condições para o funcionamento da engrenagem subordinada, em última instância, ao poder central.<sup>12</sup>

O ideal seria que os interventores fossem originários das próprias oligarquias regionais, caso de Álvaro Maia no Amazonas. Quando isso não era possível, os interventores

<sup>10</sup> FAUSTO, Op. Cit. pp. 120-121.

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 51.

<sup>12</sup> FAUSTO, Boris (dir.) **O Brasil Republicano**, v. 10: Sociedade e Política (1930-1964). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 103. p. 134.

procuravam manter uma profunda conexão com as elites, através do clientelismo. Com esse artifício vários interventores conseguiram criar bases sólidas de apoio nos estados, afirmando-se como lideranças respeitadas. Através desse mecanismo, Vargas conseguiu criar uma rede de alianças de orientação nacional, leais a ele como presidente. Em 1937, as oligarquias políticas regionais, que haviam sido a base da política nacional poucos anos antes, já estavam domadas. Skidmore resume bem a estratégia utilizada por Vargas para explorar, em benefício próprio, as lutas pelo poder entre os líderes políticos locais:

Mesmo antes do golpe de 1937, Vargas tinha demonstrado, amplamente, seu extraordinário talento de persuasão política. Era raro que deixasse de aproximar-se de uma facção minoritária num estado onde os líderes lhe fossem hostis. Mantendo assiduamente íntimos contatos políticos com a “oposição”, Vargas podia sustentar a promessa de apoio federal se a facção pró-Vargas chegasse ao poder. Como os poderes de patronagem do governo federal cresciam enormemente, a proteção federal poderia ser de grande serventia para um político local. [...] Sem o apoio de Vargas, essa influência era muito mais difícil. Depois do golpe de 1937, seria impossível. [...] Com a responsabilidade federal aumentando rapidamente em tantos campos, [...] todo político brasileiro que quisesse ajudar a determinar os destinos do país tinha de pensar em política nacional ou administração federal.<sup>13</sup>

O processo de fortalecimento do governo federal à custa dos governos estadual e municipal foi acelerado depois de 1937. A partir da instauração do Estado Novo, Vargas consegue alcançar a implantação de um regime francamente autoritário. O Brasil passava a possuir um governo nacional forte, centralizado e apartidário, com um presidente com poder pessoal extremamente enérgico. As decisões estratégicas passaram definitivamente para a esfera de competência do governo federal e em nenhum campo significativo os estados tinham mais o poder de legislar.<sup>14</sup> A pá de cal simbólica em qualquer pretensão que não fosse arquitetada pelo governo ditatorial foi a queima de todas as bandeiras estaduais em um ato público realizado no Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1937. Estava liquidada, definitiva, pública e teatralmente, a autonomia estadual.

A economia passaria a ser gerida cada vez mais por um constante aperfeiçoamento do intervencionismo da União, proporcionando, assim, um amplo controle sobre a almejada transição de um país de economia rural para a industrial. Para Pesavento, o Estado brasileiro se complexificava e modernizava e, nesse sentido, realizou um reordenamento institucional visando uma crescente estatização, com a hipertrofia do Executivo central. “Com a criação de novos órgãos e funções, ampliou-se o aparelho burocrático, com a deliberada incursão do

---

<sup>13</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello** (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.p. 69.

<sup>14</sup> FAUSTO, Op. Cit. p. 135.

Estado nos planos educacional, de saúde, habitação, ao mesmo tempo em que proliferaram empresas estatais e de economia mista”.<sup>15</sup>

O intervencionismo estatal introduziu uma grande alteração no quadro de instituições brasileiras e gerou um conjunto de agências planejadoras. Surgiram, principalmente depois do Estado Novo, seis órgãos de planejamento com atribuições de alcance nacional: o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), em 1934; o Conselho Técnico de Economia e Finanças, (CTEF), em 1937; o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938; a Coordenação de Mobilização Econômica (CME), em 1942; o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), em 1944; e a Comissão do Planejamento Econômico (CPE), também em 1944.<sup>16</sup> Como essas instituições foram constituídas para a resolução de problemas vastos e abrangentes, formaram-se equipes de técnicos civis e militares preocupados com a questão do desenvolvimento nacional, o que trouxe mudanças irreversíveis nas instituições políticas e na administração pública. Em 1945, após a queda de Vargas e a volta da democracia, o Brasil havia herdado um executivo federal mais forte e atuante. “Derrubara-se o homem, mas os mecanismos políticos, o aparato burocrático, o sistema de poder elitista e autoritário iriam permanecer, modificados em alguns aspectos de sua forma, mas idênticos quanto ao conteúdo”.<sup>17</sup> A ditadura Vargas transformou a relação entre a autoridade federal e as autoridades estaduais, destruindo qualquer vestígio da política dos governadores que prevalecera até 1930.

### 1.1 – A consolidação do planejamento estatal

Para que se possa compreender a política de desenvolvimento nacional é necessário elucidar o que significa o ato de planejar. Uma definição universal de planejamento é dada por John Friedmann como “uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto e através da manipulação e do controle conscientes do meio ambiente, procura atingir certos fins já anteriormente por ele mesmo especificados”.<sup>18</sup> A partir disso, pode-se apreender que planejar algo é a tentativa de conseguir atingir um dado objetivo (ou vários), resolvendo de maneira

---

<sup>15</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. p. 44.

<sup>16</sup> BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 254.

<sup>17</sup> FAUSTO, Op. Cit. p. 290.

<sup>18</sup> FRIEDMAN, John R. P. **Introdução ao Planejamento Regional**: Com referência especial à região Amazônica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960. p. 7.

Obs: As citações de obras mais antigas foram todas atualizadas de acordo com a ortografia vigente.

racional os problemas, sejam eles estruturais ou não, que precisem ser superados para a plena realização do(s) propósito(s) predeterminado(s). Para Châtelet, a mudança de paradigma na forma de ação estatal a partir dos anos 1920 deu origem à era do planejamento e ao denominado Estado-Cientista. Nesse Estado-Cientista, as atividades científicas assumiram uma importância crescente, até se tornarem questão de Estado. O poder se articulou com o saber de tal maneira que gerou uma nova mentalidade, um tipo de sacralidade. Por outro lado, o progressivo aumento da complexidade desses Estados obrigou-os a se compreenderem cada vez mais, a fim de se governarem.<sup>19</sup> O objetivo final do Estado-Cientista era a gestão calculada dos homens. “Encontra-se assim avalizada a ideia de que o caráter obrigatório dos comportamentos impostos aos cidadãos resulta de um cálculo efetuado por um organismo habilitado para essa tarefa”.<sup>20</sup>

Para Von Doellinger, o início da atividade de planejamento de Estado no Brasil deve ser entendido através da atuação de órgãos ou colegiados governamentais, com o objetivo primordial de organização da economia. A partir dessa interpretação, o autor reconhece atividades nesse sentido nos anos 1930, ainda antes da implementação do Estado Novo. Afirma que o órgão governamental brasileiro de planejamento mais antigo e também o de maior duração, foi o Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934 e só extinto em 1949:

Embora criado com a finalidade de controlar e organizar o comércio exterior (como o nome indica), pela própria importância do setor externo na economia brasileira – na época a política econômica quase se confundia com a política de comércio exterior – assumiu aos poucos a função de organizador da economia. Era presidido pelo próprio presidente da República e contava com a participação dos ministérios mais importantes da época, do presidente do Banco do Brasil e de representantes das classes produtoras, além de “pessoas de reconhecida competência”.<sup>21</sup>

Já Jorge da Costa estabelece o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, de 1939, como marco da conscientização do planejamento pelos setores públicos nacionais.<sup>22</sup> Para o autor, a partir dessa data, a atuação do governo federal brasileiro faz com que o país entre na Fase de Planejamento Empírico, marcada pela adesão oficial ao planejamento. Nesta Fase, o governo reconhece a relevância e mesmo a imperiosidade de

<sup>19</sup> CHÂTELET, Michel; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. **História das ideias políticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. p. 302.

<sup>20</sup> Ibidem., p.326.

<sup>21</sup> VON DOELLINGER, Carlos. Introdução. In: SIMONSEN Roberto Cochrane; GUDIN, Eugenio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. 3ª ed. Brasília: Ipea, 2010. p. 28.

<sup>22</sup> COSTA, Jorge Gustavo da. **Planejamento governamental**; a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. p. 13.

basear os empreendimentos públicos em programas de ação, mesmo sem dominar ainda as técnicas de planejamento, os dados necessários à elaboração de planos refinados e a capacidade de controle da execução desses planos.<sup>23</sup> De acordo com Costa, no fim da década de 1950 ocorre a transição entre a Fase de Planejamento Empírico e a Fase do Planejamento Científico. Nesta nova fase,

[...] o plano passa a ser de fato o roteiro, o guia, o ponto de convergência e de informações de todas as atividades governamentais. A administração passa a se exercer em função de planos e, progressivamente, se vai afeiçoando à prática das previsões sistemáticas, dos controles a partir de dados concretos e lógicos de referência, da coordenação pelos objetivos preestabelecidos, desdobrados em objetivos parciais equilibrados e harmônicos, entregues à execução das várias unidades governamentais.<sup>24</sup>

Roberto Simonsen (destacado líder empresarial brasileiro, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) entre 1937 e 1945 e membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), órgão ligado ao Ministério do Trabalho, no fim da ditadura varguista) argumenta que o planejamento econômico é uma técnica e não há nenhuma incoerência no fato de o Estado comandar essa atividade e incluir os empreendimentos privados como colaboradores e beneficiários de uma política econômica intervencionista. A interferência estatal seria de fato positiva, pois criaria segurança contra a instabilidade econômica e facilitaria o aproveitamento da iniciativa privada de forma mais eficiente, em benefício da coletividade.<sup>25</sup> Por isso, Simonsen apoiava a ideia de pensar a solução dos problemas nacionais e regionais dentro de uma planificação lógica e coerente:

Se a renda nacional é baixíssima, se os níveis de vida, em grandes zonas, são miseráveis, se possuímos recursos naturais de monta e extensos espaços de terra não aproveitados, se a técnica e a ciência modernas oferecem os instrumentos essenciais para, dentro de um planejamento racional, corrigir esse estado de atraso, por que não adotá-lo?<sup>26</sup>

O entendimento de que os problemas do Brasil deveriam ser solucionados para que o país crescesse como um todo, fizeram com que a União se colocasse com a responsabilidade de produzir estudos cada vez mais elaborados, globalizantes e baseados em planos estratégicos e técnicas de pesquisa desenvolvidas. Só o conhecimento seria capaz de gerar a transformação almejada

---

<sup>23</sup> Ibidem., p. 28

<sup>24</sup> Ibidem., pp. 36-37

<sup>25</sup> SIMONSEN, Roberto C. O Planejamento da economia brasileira. In: SIMONSEN Roberto Cochrane; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. 3ª ed. Brasília: Ipea, 2010. p. 135.

<sup>26</sup> Ibidem., p. 134.

## 1.2 – A CEPAL – o alicerce teórico do Desenvolvimentismo

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) merece destaque por ter sido o principal sustentáculo da corrente desenvolvimentista nacionalista (que analisaremos no tópico seguinte), legitimando a expansão industrial e a intervenção estatal no Brasil durante toda a década de 1950 e início da década de 1960.

A CEPAL foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) e iniciou seus trabalhos no ano de 1948 em sua sede em Santiago, no Chile. Originou-se com a insatisfação dos países latino-americanos por não terem sido incluídos no Plano Marshall, que ajudou a Europa a se recuperar da Segunda Guerra. Os anos de crise das exportações de produtos agrários (exacerbados após a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929) e a consequente falta de capital para investir na indústria ou importar equipamentos industriais se somariam a esta insatisfação, e seriam os principais problemas a serem resolvidos pelos pensadores cepalinos. Para Colistete, “todo o edifício da teoria cepalina estava fundado na hipótese de que a indústria seria capaz de se tornar o núcleo gerador e difusor de progresso técnico e produtividade”.<sup>27</sup> Sob a liderança intelectual de Raúl Prebisch (economista argentino e um dos mais influentes intelectuais da Comissão), a CEPAL se constituiu como instituição pioneira na construção de um pensamento desenvolvimentista econômico latino-americano, crítica do liberalismo e que influenciou toda uma geração de economistas.

Resumidamente, essas eram as principais teses defendidas pela CEPAL:

- O progresso técnico se expandia de maneira desigual pelo mundo: no centro (Europa e E.U.A.), foi mais rápido e elevou a produtividade de todos os setores econômicos; na periferia (América Latina), relegada à função de fornecedora de alimentos e matérias-primas para o centro, a difusão do progresso técnico era restrita ao setor exportador, não se propagando pelo resto do sistema produtivo.
- Havia uma desvantagem comparativa nas trocas entre os países que se especializaram em produzir alimentos e matérias-primas e aqueles voltados para a produção de bens industriais. Os preços dos produtos primários produzidos pela periferia costumavam sofrer desvalorização, em contraste com os preços dos bens industrializados vendidos pelo centro. Disso, resultava uma crescente perda da periferia nas relações comerciais com o centro.

---

<sup>27</sup> COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil.** Estudos Avançados, vol. 15, nº 41, págs. 21-34, janeiro/abril. São Paulo: IEA/USP, 2001. p. 24.



- O planejamento estatal era o melhor caminho para dirigir as forças de mercado no sentido de promover um crescimento industrial com equilíbrio setorial, de forma a reduzir os pontos de estrangulamento das economias nacionais latino-americanas.
- Tendo como parâmetro que a industrialização é o caminho do desenvolvimento, a CEPAL propunha a substituição do padrão de crescimento voltado para o mercado externo pelo padrão baseado no mercado interno. Este último seria sustentado através da substituição de importações, começando pela produção de bens de consumo tradicionais que exigem tecnologia simples e pouco capital. Posteriormente, seria iniciada uma nova fase com a produção de bens de consumo duráveis e bens de capital. A correção do desequilíbrio externo, no entanto, só seria possível quando a economia local atingisse um estágio avançado de industrialização.<sup>28</sup>

O desenvolvimentismo cepalino encontrou um terreno fértil no Brasil, onde as suas teses tiveram alguns de seus maiores divulgadores (caso de Celso Furtado) e um ambiente altamente receptivo, tanto entre os representantes políticos e técnicos governamentais quanto por empresários do setor industrial. A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL foi amplamente aceita porque se apoiava em características que eram reconhecidas como típicas da realidade econômica brasileira e que eram debatidas há anos, aparecendo em programas governamentais federais desde a década de 1930.

Apesar de bastante influentes, poucos anos depois, já nos anos 1960, os ideais cepalinos começaram a entrar em declínio:

O pensamento cepalino [...] passava por importante reformulação analítica, inspirada, em termos ideológicos, no reconhecimento de que a industrialização não resolvia, por si só, o problema do desemprego e da pobreza. [...] Seus atores, que passavam a suspeitar que nem mesmo um bom planejamento bastaria para resolver os problemas estruturais – conceituados, nesse momento, como desequilíbrios “setoriais” e “regionais” - entendiam que, para solucionar os “desequilíbrios sociais”, havia a necessidade de redistribuir a renda e reorientar o estilo de desenvolvimento econômico.<sup>29</sup>

Às reorientações internas foram somados os intensos problemas políticos do continente. Com o avanço das ditaduras militares, que não compartilhavam dos mesmos ideais cepalinos, principalmente o relativo a uma distribuição de renda mais equitativa, a CEPAL é desarticulada, deixa de ser referência para as questões econômicas e perde sua relevância.

---

<sup>28</sup> PEREIRA, José Maria Dias. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, pp.121-141, jul.-dez. 2011. pp.123-125.

<sup>29</sup> BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 422.

### 1.3 – O Desenvolvimentismo

Podemos dizer que o desenvolvimentismo foi uma ideologia de superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização capitalista, arquitetada e centralizada nas mãos do Estado. Daniel Aarão Reis, que define o desenvolvimentismo nacionalista como cultura política nacional-estatista, afirma que quando uma cultura política se consolida, ela contribui para modelar as sociedades em que vigora. Entretanto, as culturas políticas nunca são estáticas, pois vão se modelando a novas demandas sem que suas questões-chave sofram alterações substanciais. Para Reis, a cultura política nacional-estatista enraizou-se na história do Brasil e no conjunto da América Latina e estruturou-se com notável sucesso em diferentes variantes, empolgando sociedades e fundamentando políticas de Estado desde a década de 1930.<sup>30</sup>

O desenvolvimentismo brasileiro evoluiu baseado em dois pilares básicos: o setor privado e o setor público. O setor privado era comandado pelas entidades representativas do setor industrial como a Confederação Nacional da Indústria e a Fiesp. Roberto Simonsen concebeu e divulgou, através desses órgãos, uma estratégia de industrialização planejada para o país. O segundo pilar foi montado no setor público, após a criação das diversas agências voltadas para a administração dos problemas de alcance nacional.<sup>31</sup>

Interessa-nos mais especificamente a análise do pilar que preponderou na política desenvolvimentista do país: o setor público. Dentro do setor público existiam duas correntes de economistas desenvolvimentistas: a majoritária, composta por nacionalistas, e a minoritária, formada por economistas que acreditavam que o processo de industrialização do país seria alavancado principalmente pelo capital estrangeiro. As ideias do grupo majoritário foram as responsáveis pelo comando do país até o início da década de 1960.

Desde suas origens, o desenvolvimentismo foi uma ideologia econômica com fortes vínculos com o nacionalismo. Os desenvolvimentistas nacionalistas defendiam a constituição de um capitalismo industrial moderno no país. Entretanto, sua diferença em relação aos outros grupos era a decidida defesa por uma ampliação cada vez maior da intervenção do Estado na economia. Demonstravam uma inclinação ideológica de desconfiança do uso generalizado do capital estrangeiro. Portanto, o planejamento estatal seria responsável pela organização dos investimentos em setores básicos da economia e o capital privado brasileiro atuaria por meio

---

<sup>30</sup> REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2014. p.14

<sup>31</sup> BIELSCHOWSKY, Op. Cit. p. 78.

de novos incentivos, estabelecidos através de prioridades de investimento determinadas pelo Estado. O Estado interviria mais diretamente por meio de empresas estatais e empresas mistas público-privadas, a fim de eliminar gargalos (limitações que travavam o crescimento da economia) e assegurar investimentos em áreas estratégicas. Defensores dessa fórmula reconheciam que o setor privado estrangeiro poderia cumprir uma função importante, mas a sua participação só seria aceitável se estivesse sujeita a uma cuidadosa regulamentação pelas autoridades brasileiras. A indústria automobilística, por exemplo, montada sob a orientação do Plano de Metas no governo Kubitschek, foi aclamada pelos desenvolvimentistas nacionalistas como um progresso em termos de orientação e controle da economia brasileira.<sup>32</sup>

De acordo com Bielschowsky, o desenvolvimentismo só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade da década de 1950. Entre 1930-45 ocorreu uma tomada de consciência sobre a problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, forjada com a mudança da administração federal. Nesse período surgem os elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista: dá-se início à associação entre o desenvolvimento industrial e o progresso econômico e social; a ideia de planejamento começa a se impor como um imperativo diante da debilidade da estrutura econômica do país e do próprio empresariado nacional. Acirra-se o sentimento anti-imperialista clássico e um novo nacionalismo econômico começa a ganhar expressão.<sup>33</sup> Segundo Saldanha, essa nova forma de promover o progresso nacional foi impulsionada pela crise de 1929, que serviu “para divulgar a impressão já existente, de que muitas coisas em que se vinha acreditando estavam cansadas ou mortas”.<sup>34</sup>

Da década de 1950 até o início da década de 1960, a ideologia desenvolvimentista nacionalista conheceu o seu amadurecimento e auge, seguido de um rápido declínio. A seguir veremos as conjunturas econômicas e políticas que fizeram o desenvolvimentismo se firmar, para poucos anos depois, entrar em crise, vítima das turbulências que modificaram de forma traumática as relações nacionais de poder.

### *1.3.1 – A aplicação no segundo governo Vargas*

Durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra (1946-51) a crescente tendência desenvolvimentista foi refreada, com um predomínio da corrente liberal. Porém, a inclusão do

---

<sup>32</sup> BIELSCHOWSKY, Op. Cit. pp. 127-128.

<sup>33</sup> BIELSCHOWSKY, Op. Cit. pp. 250-251.

<sup>34</sup> SALDANHA, Nelson. **História das Ideias Políticas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. p. 290.

artigo 199 na Constituição de 1946, que tratava da criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e estabelecia aplicação direta de parte da renda tributária da União na região, é um exemplo de que a ação estatal continuava viva e operante. No campo político, o período foi de estabilidade. O Acordo Interpartidário, que reuniu o Partido Social Democrata (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o pequeno Partido Republicano (PR), possibilitou a sustentação necessária ao governo Dutra no Congresso Nacional. “Liberal na forma, herdeiro do autoritarismo característico dos anos 30 no conteúdo, eis possivelmente uma descrição sumária do período Dutra”.<sup>35</sup>

Vargas reassumiu a presidência com o compromisso de aprofundar a industrialização brasileira. A partir desse momento, recuperando a trajetória iniciada em sua fase de origem, o desenvolvimentismo nacionalista reinstalou-se com força no aparelho estatal. A receita da época para obter um crescimento econômico equilibrado era harmonizar o crescimento industrial e as atividades agrícolas. Os pensadores econômicos percebiam que a expansão agrícola era indispensável ao progresso industrial e buscavam o aumento da disponibilidade interna de alimentos e matérias-primas. Em sua mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa de 1951, Vargas já abordava o tema:

À União, através da administração ordinária, de recursos específicos e das organizações auxiliares, caberá a solução dos problemas de alcance nacional de que dependem a produção crescente e a regular distribuição dos abastecimentos alimentares. A fim de enfrentar o problema pela base, tem o Governo consciência de que a sua solução envolve questões gerais [...] referentes ao melhoramento dos transportes, à armazenagem da produção, à regularização do comércio, ao crédito, à política de preços, às indústrias de beneficiamento e transformação, ao fomento agrícola e, por fim, ao aproveitamento de áreas disponíveis junto aos centros populosos, com a fixação aí de lavradores nacionais e estrangeiros, criteriosamente selecionados.<sup>36</sup>

Apesar da importância dada ao aumento da produção agrícola, as maiores discussões giravam em torno da solução que se daria ao impasse sobre a exploração do petróleo e sobre a quem caberia o controle dos recursos naturais do país. A defesa da exploração dos recursos naturais pelo Estado, patrocinada pelos desenvolvimentistas nacionalistas, pela esquerda moderada e forças armadas, levava a uma decisão, apoiada pela maioria da sociedade, de que a utilização desses recursos deveria estar subordinada a um planejamento econômico

---

<sup>35</sup> FAUSTO, Boris (dir.) **O Brasil Republicano**, v. 10: Sociedade e Política (1930-1964). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 295

<sup>36</sup> VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1951**. Rio de Janeiro, 1951. pp. 104-105. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1951>. Acessado em 18 abr. 2016.

conduzido pela União. Tal atitude seria o início de um caminho de progresso e crescimento nacional. Mais uma vez, Vargas já abordava a questão em sua Mensagem de 1951:

A conservação dos recursos naturais básicos deve constituir, portanto, uma preocupação precípua não só do Poder Público, como de todos os brasileiros esclarecidos e patriotas. Uma campanha nesse sentido deve ser estendida a todo o Brasil, mostrando, a todos que produzem e consomem, os meios de minorar nossas deficiências através de melhor aproveitamento das matérias-primas nacionais, de mais racional ocupação da terra e de mais compreensiva utilização dos recursos humanos. O saque aos recursos naturais foi praticado aqui, como em todas as regiões do mundo expostas à ambição desenfreada dos primeiros exploradores. [...] As grandes áreas florestais, as minas, as fontes de energia, as águas e o solo não podem ser encarados somente sob o aspecto da propriedade privada em que o detentor, querendo, tem o direito de depredar e inutilizar, sem medir consequências para o meio e para a coletividade. Acima da respeitável concepção da propriedade individual, cumpre encarar o ponto de vista do bem comum, da parcela que representa no patrimônio da Nação, do que significa para a harmonia e o equilíbrio dos bens naturais do País.<sup>37</sup>

É através desse entendimento que a Amazônia entra como região estratégica, tanto no sentido de reforço da agricultura nacional, quanto na possibilidade de oferecer ao país uma incalculável quantidade de matérias-primas que ainda necessitavam de estudos aprofundados. Com seu imenso território desocupado e desconhecido, o mundo amazônico apresentava um potencial incrível para a economia brasileira e era dever da União mantê-lo sob os cuidados do Estado brasileiro. A grande controvérsia a respeito do Instituto Internacional da Hileia, que será vista mais adiante, contribuiu muito para que o país temesse a perda do controle da região amazônica e reagisse criando condições novas de investimento na Amazônia.

Outros enormes problemas a serem enfrentados pela política desenvolvimentista eram os pontos de estrangulamento na oferta de transporte e energia e as desigualdades regionais. O Norte e o Nordeste, muito atrasados econômica e socialmente, exigiam uma política de investimentos bem pensada por parte do governo federal. Seriam necessário um vultoso aporte financeiro, mais o uso de mecanismos para atrair e dirigir o capital privado nas duas regiões. Nas palavras de Vargas:

Cabe ao Governo da União a tarefa de comandar a realização desses planos de desenvolvimento regional que abrangem áreas de vários Estados. Cabe a ele mobilizar recursos que permitam enfrentar os problemas centrais e de maior amplitude, coordenando seus esforços com os estaduais e os municipais, numa política de incentivo à iniciativa privada [...].<sup>38</sup>

A SPVEA, criada em 1953, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, já no governo de Juscelino Kubitschek, nascem dessa preocupação com

---

<sup>37</sup> Ibidem. p.138.

<sup>38</sup> Ibidem. p.171.

o crescente contraste entre as regiões do país e se juntam à Comissão do Vale do São Francisco, de 1948, como órgãos responsáveis pela valorização regional.

Para ajudar a superar as barreiras que travavam o desenvolvimento do país foi assinado um acordo entre os governos brasileiro e dos Estados Unidos, em dezembro de 1950, que estabelecia a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. A Comissão começou a funcionar em 1951 e dois anos depois apresentou seu relatório final. Seus estudos e sugestões técnicas e políticas destinavam-se a “criar condições para eliminar obstáculos ao fluxo de investimentos, públicos e particulares, estrangeiros e nacionais, necessários para promover o desenvolvimento econômico”.<sup>39</sup> Transporte e energia elétrica foram apontados como as grandes questões que precisariam ser resolvidas prioritariamente:

Parece óbvio, à Comissão Mista, que esse ritmo de industrialização não se manterá a não ser que se vençam os pontos de estrangulamento existentes nesses setores. Desequilíbrios no processo de crescimento, conquanto naturais e inevitáveis, podem tornar-se cumulativos e retardar o ritmo da evolução econômica, porque os estímulos dinâmicos dos setores da economia de mais rápido desenvolvimento talvez não sejam suficientemente fortes por si mesmos para superar os obstáculos materiais, financeiros, institucionais e ideológicos que estorvam o progresso dos setores que menos rapidamente se desenvolvem, ou mesmo, que se encontram estagnados.<sup>40</sup>

Para Skidmore, o trabalho da Comissão Mista deu grande impulso à política de investimentos federais e o governo Vargas aceitou e cooperou totalmente com os esforços da Comissão. A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1952, foi um de seus primeiros resultados. O BNDE se destinava a anular ou reduzir as deficiências infraestruturais que impediam o regular desenvolvimento da economia brasileira.<sup>41</sup> De fato, Vargas tentava conciliar caminhos opostos. Não podia romper os necessários laços econômicos com os Estados Unidos e ao mesmo tempo não podia deixar de defender a integridade dos recursos e riquezas nacionais. Por isso, continuou a política de estatização de setores estratégicos (após sancionar a lei que criava a Petrobrás, Vargas apresentou ao Congresso o projeto criando a Eletrobrás, em 1954), assim como os ataques aos grupos econômicos imperialistas sempre que lhe era conveniente.

Vargas era o mesmo e entretanto era outro: mantinha as velhas manhas, as velhas qualidades e as velhas intenções, mas ajustava-se às novas circunstâncias. Ele retornava com prestígio popular redobrado e enfrentava um crescente surto inflacionário, num governo certamente cheio de aspectos contraditórios. A oposição

<sup>39</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello** (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 129.

<sup>40</sup> O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. **As Soluções Indicadas Pela Comissão Mista BRASIL-EE.UU.** Rio de Janeiro: Ano XX, nº 230, pp. 27-55, abril de 1955. pp.40-41.

<sup>41</sup> SKIDMORE, Op. Cit. p.129.

não o largava, e muitos dos que a faziam representavam interesses do capitalismo internacional; enquanto isso, Vargas defendia o petróleo nacional e propiciava a formação de correntes políticas populares.<sup>42</sup>

Finalmente, perto do fim de seu mandato, a crise política torna seu governo insustentável. Segundo Bielschowsky, “em 1954 é total o antagonismo entre os que desejam o desenvolvimento internacionalizado (ou associado com organizações externas) e os que pretendem acelerar o desenvolvimento econômico independente”.<sup>43</sup> O desfecho da crise com o inesperado suicídio de Getúlio foi tão impactante que acabou com as pretensões de seus adversários e fez com que seu legado político sobrevivesse até a derrubada de João Goulart, pelos militares.

### 1.3.2 – O governo JK

O período Kubitschek (1956-61) marca, ao mesmo tempo, o ponto mais alto e o esgotamento da implantação do desenvolvimentismo econômico. Seu governo conseguiu levar adiante o problemático equilíbrio entre o discurso nacionalista e a prática de abertura ao capital monopolista estrangeiro.

Prometendo “cinquenta anos em cinco”, Juscelino, logo no início de seu mandato, instalou o Conselho de Desenvolvimento Econômico, que foi responsável pelo maior programa de planejamento de toda a história do país: o Plano de Metas. Kubitschek contou com uma conjuntura favorável, na qual o Exército e o Congresso, por meio da aliança PSD-PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), atuaram de maneira a dar estabilidade ao governo, apoiando sua política econômica. Os políticos hostis, principalmente os da UDN, eram minoria no Congresso.<sup>44</sup> A manutenção da estabilidade política também foi fruto da habilidade de Juscelino para conquistar a simpatia de cada classe. Seu programa de governo não pressupunha nenhuma mudança radical na dinâmica social que pudesse ameaçar os proprietários de terras, a classe operária ou a classe média.<sup>45</sup> A política de investimento constituiu o eixo central da atuação econômica do governo Kubitschek e o planejamento coordenado pelo Estado teve efeitos decisivos sobre a economia. Foi o apogeu do pensamento econômico desenvolvimentista, que vinha evoluindo (apesar das críticas cada vez mais

<sup>42</sup> SALDANHA, Op. Cit. p. 327.

<sup>43</sup> BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp. 304-305.

<sup>44</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello** (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 211.

<sup>45</sup> Ibidem., p.207.

ferrenhas dos liberais) ao longo dos últimos anos. Através do Plano de Metas, foram selecionadas cinco áreas cujo desenvolvimento era prioritário: energia, transportes, indústrias básicas, alimentação e educação. No entanto, a maior parte dos recursos financeiros foi investida nas três primeiras. As cinco áreas foram divididas em trinta metas acrescidas de mais uma essencial: a construção de Brasília. Apesar de não cumprir todos os seus objetivos, o Plano de Metas teve pleno êxito na implantação da indústria automobilística, no crescimento da siderurgia, no desenvolvimento do setor de transportes e da produção energética. Porém, o êxito mais visível e notável foi conseguir entregar ao país sua nova capital em 21 de abril de 1960, cumprindo com isso sua maior promessa de campanha.

O desenvolvimentismo nacionalista de Kubitschek era uma abordagem apoiada na economia mista, cujo intuito era estimular a expansão tanto no setor público como no setor privado. Por isso, empresas estrangeiras receberam incentivos especiais e garantias para investir na indústria brasileira. Mas, apesar de o período ficar marcado pelo incremento da participação do setor privado, com a chegada de inúmeras indústrias estrangeiras ao país, o governo federal também investiu pesado para superar os velhos problemas estruturais. De acordo com Skidmore, o governo se valeu da herança de um conjunto de projetos e instituições do segundo governo de Getúlio Vargas. O programa de investimentos públicos preparado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos havia sido posto em prática apenas parcialmente e havia também estudos técnicos do Grupo de Trabalho Conjunto, formado por representantes da CEPAL e do BNDE. Além disso, o governo Kubitschek podia recorrer a fontes de fundos públicos em expansão no exterior, como o governo dos Estados Unidos e as agências internacionais de empréstimos.<sup>46</sup> Outro apoio importante à política econômica de JK foi fornecido pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado no governo Café Filho, mas colocado em funcionamento quando Juscelino assumiu a presidência. O instituto federal tornou-se rapidamente referência de pesquisa e ensino sobre os problemas do Brasil, a partir de uma abordagem ampla do nacionalismo desenvolvimentista. Para os intelectuais do ISEB, o Brasil só venceria o subdesenvolvimento pela intensificação da industrialização. A política de desenvolvimento deveria continuar a ser nacionalista, a única com capacidade de levar o país à emancipação e à plena soberania. O instituto publicou uma torrente de livros e palestras que ofereciam argumentos para a industrialização e explicavam as causas e os efeitos do subdesenvolvimento em todos os setores da sociedade e da economia do país.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> SKIDMORE, Op. Cit., pp. 204-205.

<sup>47</sup> SKIDMORE, Op. Cit., pp. 208-209.



Apesar de todo o trabalho desenvolvido, o ISEB foi extinto em 1964, pouco depois do golpe civil-militar.

O alto nível de investimentos públicos não trouxe só benefícios para a economia brasileira. A atuação do governo produzia grandes déficits no orçamento federal e estimulava o aumento da inflação. Como o executivo federal não admitia reduzir os gastos e comprometer os planos de industrialização, os sintomas de desequilíbrio financeiro logo se fizeram sentir. A partir de 1958, os preços começaram a disparar. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, a inflação alcançou nesse ano 24,3%, e nos três anos seguintes 39,5%, 30,5% e 47,7%, respectivamente.<sup>48</sup> A equipe de Kubitschek lançou o Programa de Estabilização Monetária, que acabou abandonado em 1959 com a ruptura do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujas exigências colocavam em risco a política desenvolvimentista de Juscelino. Um empréstimo de 300 milhões de dólares, que já havia sido pedido pelo governo, ficou em suspenso e nunca foi aprovado pelo Fundo.<sup>49</sup>

A polêmica em torno da estabilização econômica, às vésperas das eleições presidenciais de 1960, voltou a levantar antigas questões que já haviam perseguido Vargas e que incomodaram Juscelino durante todo seu mandato como presidente:

Que funções deveriam cumprir o setor privado e o setor público? Em que indústrias deveria haver monopólio do Estado? Até que ponto o Brasil poderia confiar no talento empresarial nativo? Qual seria a fonte do capital tão necessitado? Que quantidade de investimento estrangeiro seria compatível com o desejo amplamente partilhado de manter o controle da economia nas mãos dos brasileiros? Diante da necessidade de capital estrangeiro, qual deveria ser o ponto de equilíbrio entre investimentos estrangeiros privados e públicos? Finalmente, como deveria ser usado o planejamento nacional e regional?<sup>50</sup>

O predomínio do desenvolvimentismo estendeu-se até 1961, quando começaram a aparecer com mais intensidade assuntos que tomariam um lugar de destaque nas questões debatidas no início dos anos 1960: o reaquecimento da discussão sobre temas ligados ao nacionalismo e sobre questões distributivas, como a reforma agrária. Despontaram, então, manifestações sobre a inviabilidade de crescimento econômico sem reformas e justiça social.

### *1.3.3 – A crise política nacional*

A industrialização já era uma realidade nas cidades economicamente mais importantes do país e o planejamento estatal havia se tornado um conceito de ampla aceitação, mesmo

---

<sup>48</sup> BIELSCHOWSKY, Op. Cit., p. 402.

<sup>49</sup> SKIDMORE, Op. Cit., p. 217.

<sup>50</sup> SKIDMORE, Op. Cit., pp. 221.

entre parte dos economistas conservadores. Contudo, mesmo com visíveis transformações sociais, crescia a percepção de que somente o desenvolvimento industrial não tinha conseguido e nem conseguiria resolver o problema do desemprego e da pobreza da maioria da população das vastas regiões do país.

[...] o problema que se colocava no início dos anos 60 não mais era defender ou atacar o processo de constituição de uma economia industrial moderna, cuja irreversibilidade era percebida por todos. Tratava-se agora muito mais de definir para onde conduzir o capitalismo industrial brasileiro, que nascera com graves distorções, sobretudo sociais.<sup>51</sup>

Eram necessárias novas medidas, que não puderam ser tomadas devido à instabilidade que deixou o governo federal praticamente em uma situação de paralisia entre 1961 e 1964. Ocorreram tantas mudanças que nenhum projeto de governabilidade conseguiu se sustentar. Em agosto de 1961 o presidente Jânio Quadros renunciava, para surpresa geral. Essa atitude gerou forte oposição dos militares e dos políticos conservadores (principalmente a UDN, partido de Jânio), pois o vice-presidente, era ninguém menos que o trabalhista João Goulart (PTB), líder populista herdeiro de Getúlio Vargas. A solução encontrada para que Goulart assumisse foi a alteração do sistema presidencialista para o parlamentarista. O parlamentarismo sobreviveu quatorze meses, sendo extinto através de um plebiscito nacional. Durante esses 14 meses houve três gabinetes diferentes, chefiados, respectivamente, por Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima, todos do PSD.

Em 1963, a crise política piorou, tornando praticamente impossível ao presidente João Goulart realizar qualquer projeto de governo, o que por sua vez, deixava a situação econômica cada vez mais insustentável. A taxa de inflação cresceu aos níveis de 41,7% e 51,3% em 1961 e 1962, chegando a 81,3% e 91,3% nos dois anos seguintes.<sup>52</sup> O projeto de reforma agrária que havia sido proposto pelo presidente foi derrotado e a frente política militar e civil, que planejava um golpe de Estado, ganhava cada vez mais força. O objetivo da oposição era desgastar ao máximo a imagem do presidente até tornar sua continuidade no cargo impossível. Para isso relacionava as reformas propostas por João Goulart aos ideais comunistas, o que significava quase uma sentença de morte política no período de auge da Guerra Fria. Entretanto, apesar dessas acusações, é preciso lembrar que “o caráter do governo Goulart não

---

<sup>51</sup> BIELSCHOWSKY, Op. Cit., p. 428.

<sup>52</sup> BIELSCHOWSKY, Op. Cit., p. 413.

foi comunista, foi nacional-desenvolvimentista, tentando associar a política brasileira à política econômica proposta pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)”.<sup>53</sup>

Por fim, no dia 1º de abril de 1964, o golpe aconteceu, encerrando a democracia brasileira e o ciclo do pensamento econômico desenvolvimentista. É preciso salientar, no entanto, que mesmo com o declínio da aceitação das teorias desenvolvimentistas como solução econômica para os problemas estruturais do país, e o posterior afastamento dos economistas de visão cepalina como Celso Furtado (que teve seus direitos políticos cassados no Ato Institucional nº 1, em 1964), o governo militar também adotou uma postura nacional desenvolvimentista. Porém, essa postura teve segmento de maneira diferente da anterior: autoritária, através de reformas de cunho liberal e sem preocupação com medidas distributivas, como a redistribuição de renda. Foi potencializada após 1967, com a nomeação de Delfim Netto, “um notório desenvolvimentista, partidário do planejamento e próximo do keynesianismo”,<sup>54</sup> para o Ministério da Fazenda, e por meio do endurecimento do regime a partir de 1968. A forte intervenção do governo militar na economia deu resultado, pelo menos durante um tempo. O surto de crescimento econômico somado à queda gradual da inflação, que durou de 1968 a 1973, fizeram com que o Brasil vivesse o seu “Milagre Econômico”.

#### **1.4 – Quando as atenções do país se voltaram para a Amazônia**

Provavelmente a Amazônia era o local que refletia de maneira mais clara e contundente o amplo leque dos problemas conjunturais da sociedade brasileira. Ao fazermos uma síntese do exposto até o momento, percebemos que as transformações ocorridas no país, diretamente ou não, acabavam incluindo ou afetando a realidade amazônica como consequência dos projetos de desenvolvimento nacional. No fim, toda essa dinâmica proporcionou o surgimento das condições necessárias para o nascimento da SPVEA:

1. Primeiro foi necessário o incremento do Estado nacional e uma visão antiliberal para que esse Estado fortalecido atuasse como único responsável pelos interesses coletivos.
2. Em seguida, a aplicação do planejamento estatal como a melhor forma de conduzir o país ao crescimento, aliado a sentimentos de nacionalismo econômico, anti-

<sup>53</sup> BUENO. Bruno Bruziguessi. **Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, n. 1, pp. 47-64, 2014. p. 53.

<sup>54</sup> SINGER Paul. O Processo Econômico. In: REIS, Daniel Aarão (coord.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**, volume 5. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5) p. 186.

imperialismo e a crença de que os recursos naturais deveriam ser controlados pelo governo federal.

3. A ideia de que a industrialização era a base do desenvolvimento e, para que a industrialização fosse efetiva, a necessidade de investir pesadamente em transporte, energia elétrica e indústria de base, gargalos da economia brasileira.
4. O combate às deficiências infraestruturais geraria uma melhor integração do mercado interno. Para isso era indispensável a resolução das desigualdades regionais, principalmente as do Norte e Nordeste.
5. Harmonização das atividades industriais com as atividades agrícolas, em outras palavras, expansão agrícola a serviço da indústria.

Historicamente, quando as atenções do país se voltaram para a região, sempre de forma inconstante até o surgimento da Superintendência de Valorização da Amazônia, os governos de Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek e Castello Branco apresentaram uma mesma maneira de enxergar a Amazônia, compreendida como um grande problema a ser resolvido pelo governo federal. Pode-se notar, através da análise de alguns discursos dos presidentes, que todos abordaram a questão sob o mesmo prisma. O que pode ser retirado de mais importante de suas falas é a preocupação com uma região que não demonstrava capacidade de se manter sozinha. Deficitária e dependente, muitas vezes foi encarada como um risco para a soberania brasileira e à segurança do Estado. Por isso, o desenvolvimento econômico do Norte e sua efetiva integração com o restante do país, tornaram-se essenciais para fazer com que a Amazônia alcançasse uma condição autossustentável a médio prazo (um dos principais objetivos do Primeiro Plano Quinquenal, elaborado pela SPVEA em 1954).

Em seu famoso discurso no Ideal Club de Manaus, em 1940, Getúlio Vargas mencionava os problemas do despovoamento, falta de integração e perigo para a segurança nacional:

Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais, o seu quadro ainda é o da dispersão. [...] O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. [...] O vosso ingresso definitivo no corpo econômico

da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. [...] <sup>55</sup>

E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados. Aqui, na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade, a que não é possível fugir nem iludir. <sup>56</sup>

Em 1948, em sua Mensagem ao Congresso Nacional, o presidente Dutra mostrava-se preocupado com a situação cada vez mais complicada no norte do país:

Tanto mais urgente se afigura a necessidade de uma solução adequada para os imensos problemas da Amazônia, quanto é certo que, dia a dia, se agravam suas difíceis condições de vida. Os esforçados habitantes dessa longínqua região se veem a braços com dificuldades sem paralelo, oriundas de uma multiplicidade de fatores negativos, tais como escassez demográfica; vastidão territorial; afastamento em relação aos grandes centros de produção e consumo do país, o que suscita o encarecimento do custo de produção; economia primária e irracional, de pura destruição de reservas naturais; precárias condições de crédito; estrutura econômica incerta, à mercê das oscilações dos preços das matérias-primas. <sup>57</sup>

Em discurso, também no Ideal Club, sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em abril de 1956, Juscelino Kubitschek afirmava:

Aqui estive por diversas vezes, candidato à presidência da República, e fiz promessas concretas. Volto presidente, no pleno exercício do meu cargo, para dizer-vos que não é em vão que aqui estou, que não pouparei nenhum esforço para responder ao velho e jamais atendido apelo desta região, que quer deixar de ser matéria para lamentações e gritos assustados dos que procuram escapar ao tédio e à monotonia da vida. [...] A Amazônia, como sabeis melhor do que ninguém, é uma área-problema de transcendente significação sentimental. Possui condições peculiares que exigem soluções próprias e novas, e a sua recuperação econômica não pode ser retardada. [...] Dessa forma, a sua valorização pode ser definida como um esforço nacional para assegurar a sua colonização em um sentido brasileiro, para constituir nesta região uma sociedade economicamente estável e progressista. Foi com essa finalidade que se criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que pretendo ver executado durante o meu governo [...]. <sup>58</sup>

Em dois discursos diferentes, Castello Branco abordava os mesmos problemas a serem enfrentados. O primeiro, no Palácio Rio Negro em Manaus, em 1965:

Somente assim, mediante uma ação convergente da União e do Estado, será possível atender as graves e importantes questões que decorrem da disparidade entre a vastidão territorial e o reduzido número de habitantes. Já se disse ser o povoamento o problema principal do Amazonas. E não há dúvida de que somente propiciando

<sup>55</sup>VARGAS, Getúlio. **O destino brasileiro do Amazonas**. pp 78-79. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/31.pdf>. Acessado em 04 dez. 2015.

<sup>56</sup> Ibidem., p.81.

<sup>57</sup> DUTRA, Eurico Gaspar. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948. p. 115.

<sup>58</sup> KUBITSCHKEK, Juscelino. **No Clube Ideal, sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia** – Manaus, 18 de abril de 1956. In: PINTO, Luíza Helena Nunes (org.). **Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 12.

convenientes condições de vida poderemos ver aumentados os perigosos níveis atuais.<sup>59</sup>

E o segundo, o discurso no Amapá em setembro de 1966:

Profundamente empenhado em ajudar às áreas mais subdesenvolvidas, e por isso mesmo mais carentes do apoio e até da iniciativa governamental, considera a atual administração brasileira como desafio que vale a pena aceitar aquele que nos faz a Amazônia, que, não fossem as águas que a afogam, bem poderíamos ter, pela pobreza, como uma réplica do Nordeste. Daí estar colocado no primeiro plano das preocupações do Governo o desenvolvimento econômico da região, a sua ocupação racional, o fortalecimento das suas áreas de fronteira e a integração do espaço amazônico no todo nacional. Com esse propósito, estuda-se completa reformulação da política nacional até agora seguida, e que deverá ser mudada de acordo com a experiência dolorosamente acumulada. Aliás, aos que acompanham a ação do Governo tornou-se tão evidente o propósito de impulsionar-se com segurança e determinação o progresso da região que, para envolver as várias medidas a serem adotadas, já criaram até a expressão «Operação Amazônia»<sup>60</sup>

O fato de Castello Branco ressaltar a necessidade da reformulação das políticas para a Amazônia, vinte e seis anos após o discurso de Vargas, mostra que as soluções pensadas pelo governo federal ao longo dos anos não chegaram nem perto do resultado esperado. A Operação Amazônia citada no discurso tinha como propósito transformar a economia da Amazônia. A SPVEA era transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que tinha a finalidade de planejar, coordenar, executar e controlar a ação federal na região. Porém, as políticas adotadas não sofreram grandes alterações no que diz respeito às estratégias gerais que já vinham sendo praticadas pela própria SPVEA anteriormente. A política regional adotada pelos militares destinava-se a estabelecer “polos de desenvolvimento”; grupos de população estáveis e autossuficientes (especialmente nas áreas de fronteira); estimular a imigração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infraestrutura; e pesquisar o potencial de recursos naturais”.<sup>61</sup> Como veremos, o Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA já abordava todas essas questões.

O Discurso de Vargas em 1940 representa um marco simbólico do início da construção de uma nova estratégia governamental brasileira para a região. A partir dele a Amazônia voltava à cena como uma região merecedora de incentivo, não podendo mais ficar abandonada e isolada do resto do Brasil. Passava a ser um dever do país resgatá-la da decadência em que se encontrava desde a crise do ciclo da borracha e aproximá-la dos centros

<sup>59</sup> CASTELLO BRANCO, Humberto. **No Palácio Rio Negro, durante o banquete que lhe foi oferecido pelo Governador do Estado do Amazonas.** p. 210. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1965/27.pdf>. Acessado em 04 dez. 2015.

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. **Respondendo à saudação do governador do Território do Amapá.** pp. 226-227. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/34.pdf>. Acessado em 04 dez. 2015.

<sup>61</sup> MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. p. 21.

decisórios do país. Era necessário vencer a posição geográfica, responsável pelo isolamento físico, social e econômico da Amazônia. Segundo Becker, a região amazônica nunca esteve realmente inserida na construção do país:

Porção mais setentrional, mais larga e interiorizada do território brasileiro, participando amplamente da massa continental sul-americana - o Heartland - é a área mais distante da costa, fato desfavorável num país que se forjou orientado para o mar. Tais dimensões e posição situam-na igualmente a maiores distâncias dos focos de comando da expansão econômica: a metrópole e suas pontas de lança representadas por Salvador e Rio de Janeiro, no passado, e hoje por São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.<sup>62</sup>

A partir da década de 1940, a Amazônia passa a ser encarada como fronteira de recursos, ou seja, zona de povoamento recente, distante dos centros populosos, em que o território virgem necessita ser ocupado e tornado produtivo, geralmente a um alto custo.<sup>63</sup> O fantasma da vulnerabilidade a interesses estrangeiros começa a rondar a região de forma cada vez mais constante e, para combater essa ameaça, a União precisaria agir. Por isso, uma intervenção federal dinâmica e decisiva na região passa a ser tida como imprescindível, pois só haveria plena mudança do cenário exposto com imensos recursos financeiros, somente possíveis de serem investidos pelo Estado.

Entre os anos de 1946 e 1953, aconteceu o processo de elaboração da estratégia de recuperação econômica da Amazônia. As classes políticas amazônicas aproveitaram o momento favorável para ampliar seus questionamentos e clamores, conseguindo uma vitória através da Constituição de 1946. A implantação da SPVEA conseguiu consolidar, em definitivo, um novo padrão de pensamento e atuação institucional, gerando a construção de um plano que conciliava as necessidades amazônicas aos interesses nacionais em curso. O projeto da valorização, no entanto, era um plano de desenvolvimento de longo prazo, com a previsão de um amplo período de estudos e pesquisas sobre a região, além de estímulos consistentes em termos de fomento à alimentação, saúde e infraestrutura. Essa estratégia, que não colocava o extrativismo na lista de prioridades, não era vista com entusiasmo por boa parte das elites tradicionais da borracha que, apesar de cada vez mais enfraquecidas, ainda tinham bastante influência e capacidade de articulação. Contudo, com a SPVEA, os objetivos a serem conquistados eram muito maiores e ambiciosos do que as antigas e falhas intervenções pontuais feitas pelo governo federal.

Dois fatores externos colaboraram muito para que crescesse o interesse político pela Amazônia. Um aconteceu durante a Segunda Guerra, com a tentativa de retomada do período

<sup>62</sup> BECKER, Bertha K. **A Amazônia na estrutura espacial do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia., Rio de Janeiro, 36(2), pp.3-36, abril/junho 1974. p. 7.

<sup>63</sup> Ibidem. p.12.

áureo da borracha, desta vez financiada pelos Estados Unidos, e o outro através da proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia, o que provocou um tipo de histeria nacionalista, forte o suficiente para barrar o prosseguimento do projeto. Esses dois acontecimentos são relevantes, pois aconteceram respectivamente, antes e depois da elaboração da Constituição de 1946, influenciando diretamente o período em que estava sendo definido o Plano de Valorização da Amazônia, apresentado pela Lei 1.806/53.

#### *1.4.1 – Acordos de Washington e Batalha da Borracha*

A Segunda Guerra Mundial trouxe a oportunidade para que a Amazônia recuperasse sua economia e voltasse a crescer. Com a ocupação das regiões produtoras de borracha pelas tropas japonesas no Pacífico, os Estados Unidos perderam seus fornecedores e foram obrigados a recorrer ao Brasil para que pudessem continuar sua produção de guerra normalmente. Foram então assinados os Acordos de Washington, em 3 de março de 1942, que garantiam aos Estados Unidos a exclusividade comercial sobre algumas matérias-primas estratégicas, principalmente a borracha. Para que o aumento da produção da borracha fosse realizado da maneira mais rápida possível, o Banco de Importação e Exportação disponibilizou ao Brasil um crédito de 100 milhões de dólares, assim como a Rubber Reserve Company criou um fundo de 5 milhões de dólares especificamente para auxiliar a estrutura que deveria ser montada em prol dos objetivos traçados.<sup>64</sup>

Para cumprir os compromissos assumidos era necessário aumentar, e muito, a força de trabalho na região amazônica. O Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA), criado em 1942, e sua sucessora, a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), conseguiram levar do Nordeste para Belém, onde foram redistribuídos, mais de 32 mil trabalhadores e seus dependentes, somando 48 mil pessoas. Entretanto, os recém-chegados “soldados da borracha” estavam completamente despreparados para enfrentar o pesado trabalho de extração e as condições de vida na floresta. Além disso, muitos se sentiram enganados pelas propagandas de incentivo à mobilização, feitas pelo governo federal, e recusaram-se a trabalhar ou abandonaram o serviço logo após a sua chegada.<sup>65</sup> Apesar do esforço empregado, os resultados obtidos foram medíocres. “De 1941 a 1945, a produção anual de borracha natural subiu apenas 10.000 toneladas (de 12.840

---

<sup>64</sup> MAHAR, Op.Cit. p.12.

<sup>65</sup> MAHAR, Op.Cit. p.13.



para 22.902), atingindo um nível apenas ligeiramente superior à metade do registrado em 1912, ano de produção máxima”.<sup>66</sup>

Terminada a Segunda Guerra, os países produtores de borracha do Oriente foram liberados, voltando a assumir o controle da produção mundial, e os acordos entre Brasil e Estados Unidos chegaram ao fim. Após um breve período de esperança, a economia amazônica retornou ao declínio em que se encontrava antes da guerra.

Enquanto isso, a indústria brasileira de derivados de borracha começava a prosperar, e o produto começava a faltar para a indústria nacional. Por causa da prorrogação até 1947 dos valores estabelecidos para a borracha pelos Acordos de Washington, era mais vantajoso para as empresas nacionais importar a borracha do exterior do que comprar a borracha brasileira produzida na Amazônia.

Já se podia vislumbrar, para os primeiros anos da década de 1950, um consumo nacional de borracha vegetal que excederia a produção amazônica. O extrativismo gomífero havia se desvinculado do setor exportador para rearticular-se ao desenvolvimento industrial do sul do país. Dessa maneira, qualquer política que pretendesse manter o preço da borracha vegetal amazônica acima da cotação internacional refletir-se-ia na indústria nacional de artefatos de borracha.<sup>67</sup>

A valorização artificial do preço da borracha nacional não interessava às indústrias brasileiras e por conta disso o problema tornou-se apenas regional e não nacional. A sobrevivência do setor gomífero passou a ser responsabilidade única do poder público.

Pode-se dizer que até meados dos anos 1940, as classes econômicas amazônicas que comandavam as casas aviadoras visavam unicamente reaver os tempos áureos da borracha, numa tentativa de recuperar o status e o poder perdidos desde o início da crise. De acordo com Pinto, a intervenção governamental durante a Segunda Guerra injetou recursos e mão de obra em uma atividade que agonizava há décadas e apenas estimulou um ciclo social que já era considerado uma calamidade, sendo apontado como o principal responsável pelo atraso da região. O Banco de Crédito da Borracha apenas substituiu as tradicionais casas exportadoras, mantendo todo o antiquado processo, ou seja, financiando o intermediário e adquirindo a safra. O seringueiro continuou isolado de tudo e de todos, totalmente à mercê das vontades de seu patrão. “E nem poderia ter sido diferente, pois pretender expandir a produção gomífera em regime de urgência, significava obrigatoriamente, refazer os caminhos abertos pelo aviamento”.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> MAHAR, Op.Cit. p.14.

<sup>67</sup> PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal**. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 104.

<sup>68</sup> Ibidem. p.102.

O fracasso da empreitada fez com que os ideais presentes na ideologia desenvolvimentista nacional ganhassem cada vez mais força localmente, o que relegava as atividades extrativistas a coadjuvantes no processo de progresso econômico.

Uma nova política agrícola atrelada aos interesses da industrialização nacional e ao mercado interno começa a se afirmar, nesse período, enquanto estratégia a ser perseguida inclusive pelos novos segmentos das elites regionais amazônicas, mais ligados aos setores industriais e agrícolas fortemente vinculados aos centros urbanos de Belém e Manaus<sup>69</sup>

Os representantes da região no Congresso passam a defender uma política de desenvolvimento amplo, mais completa e de longo prazo. No início da década de 1950, aposta-se de forma decisiva na diversificação e modernização da base produtiva regional amazônica.

#### *1.4.2 – Instituto Internacional da Hileia*

A proposta de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA) gerou uma discussão muito grande em torno da questão do perigo da internacionalização da Amazônia e do receio de que o Brasil viesse a perder sua soberania sobre a região. A concepção do Instituto partiu do químico brasileiro, o professor Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro, embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), função que exerceu de 1946 a 1958. Arthur Reis chegou a defini-lo como “um dos melhores espíritos do Brasil”.<sup>70</sup> Para Paulo Carneiro, o Instituto deveria realizar pesquisas sobre a fauna e a flora, mas antes de mais nada deveria estudar a vida do homem da região, que ainda contava com 200 mil indígenas. Era preciso, segundo ele, que os cientistas se ocupassem das condições sanitárias da região e da evolução dos índios de acordo com a etnologia e a etnografia.<sup>71</sup>

Aprovado pela UNESCO, o Instituto foi recebido como uma grande notícia por cientistas brasileiros e pelos responsáveis pela região amazônica em uma reunião em Belém, no ano de 1947. Paulo Carneiro conseguiu apoio dos governadores do Mato Grosso,

<sup>69</sup> FERNANDES, Danilo Araújo. **A Questão Regional e a Formação do Discurso Desenvolvimentista na Amazônia**. tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2011. p. 270.

<sup>70</sup> REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. p. 184.

<sup>71</sup> PETITJEAN, Patrick; DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. **A redescoberta da Amazônia num projeto da Unesco**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 14, nº 26, pp. 265-292, 2000. p. 270.

Amazonas e Pará, todos imbuídos do mesmo pensamento, o de que a Amazônia e suas riquezas eram mais que um patrimônio nacional, eram patrimônio universal.<sup>72</sup>

Em reunião em Iquitos, no Peru, entre 1 e 8 de maio de 1948, o IIHA teve eleita a sua comissão interina e aprovado o projeto da convenção que determinava sua estrutura administrativa e organizacional. Para presidente foi escolhida a antropóloga brasileira Heloísa Alberto Torres e para secretário-geral foi indicado o botânico inglês E. J. Corner.<sup>73</sup> Estavam presentes representantes do Brasil, Peru, Equador, Colômbia, Bolívia e Venezuela, além de França e Holanda por causa de seus territórios na América do Sul. A Inglaterra não enviou representante, mas a Itália sim. Como aprovaram o projeto inicial na Unesco, os italianos desejavam ter uma participação ativa na implementação do Instituto.

Em 14 de maio de 1948, logo em seguida à reunião de Iquitos, realizou-se a reunião de Manaus, escolhida como sede do IIHA. Nessa época eclodiu no Brasil a polêmica sobre o projeto do IIHA, que aguardava aprovação na Câmara dos Deputados, e a imprensa passou a acompanhar o caso com muito interesse. As notícias refletiam a ambiguidade das interpretações e a ignorância a respeito dos termos da criação de um instituto internacional de ciências na Amazônia:

O Instituto parecia a alguns um instituto a serviço de propósitos de dominação imperialista dos Estados Unidos, enquanto outros preferiam ver esse Instituto a serviço da Rússia comunista. Falava-se já numa internacionalização da Amazônia ou na sua partilha por várias nações fortes. Altos interesses da humanidade, que sofria fome e precisava de espaço para ocupar, ditariam essa política, que consideraria as fronteiras sem mais razão de ser, pois eram utopias do passado.<sup>74</sup>

O grande adversário do IIHA foi o ex-presidente Artur Bernardes, que firmou posição enérgica contra o projeto. O argumento mais forte de Bernardes era uma possível dominação imperialista sobre a Amazônia travestida de objetivos científicos. Então, como presidente da Comissão de Segurança Nacional, solicitou um parecer do Estado Maior das Forças Armadas sobre o IIHA.<sup>75</sup> O exame feito pelo Estado Maior das Forças Armadas, em março de 1949, foi favorável à implantação do IIHA, mas fazia ressalvas importantes. Alegava que os trabalhos científicos poderiam ser feitos sem risco à segurança nacional “se se houvesse tido o cuidado de deixar as funções executivas, dentro de cada país, a cargo de um órgão nacional”.<sup>76</sup> O organismo internacional deveria tratar unicamente de orientar as pesquisas, mobilizar recursos necessários e centralizar e difundir as informações científicas.

---

<sup>72</sup> Ibidem., p. 273.

<sup>73</sup> Ibidem., p. 280.

<sup>74</sup> REIS, Op. Cit. p. 189.

<sup>75</sup> PETITJEAN; DOMINGUES, Op. Cit. p. 283.

<sup>76</sup> REIS, Op. Cit. p. 192.

Parecia, em consequência, ao Estado Maior, que o Instituto assumia o aspecto de “uma autarquia internacional com jurisdição sobre território que inclui cerca de metade do Brasil”, o que tornava portanto, “de máximo interesse para nós a questão de sua estruturação orgânica”<sup>77</sup>

O relatório do Estado Maior também apontava que os países amazônicos não tinham qualquer vantagem ou preferência para exercer o comando do Instituto, através da sua direção, ou fazer parte da Comissão Executiva do IIHA, que comportaria apenas cinco dos países amazônicos. Ou seja, o Brasil poderia ter, atuando em seu território, uma instituição internacional da qual o país não teria nenhum controle.

Arthur Reis afirma que durante o debate acerca da implantação do IIHA, na Europa o assunto “fora recebido como uma oportunidade para expansão de capitais e de populações”, e que, em certos países europeus, autoridades brasileiras foram contatadas “para que fornecessem informações acerca das áreas de que poderiam dispor para as explorações comerciais em vista e para a localização de emigrantes”.<sup>78</sup> Além disso, acrescenta que, durante o governo Dutra, enquanto ocupava a direção da Divisão de Expansão Econômica do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, deu parecer contra uma proposta de recebimento, na Amazônia, de excedentes populacionais de Porto Rico.<sup>79</sup>

Para consolidar sua posição nacionalista, Artur Bernardes também obteve o apoio do Instituto Brasileiro de Geopolítica, que divulgou longo relatório posicionando-se contra o projeto do Instituto Internacional, em janeiro de 1950. O relatório criticava o internacionalismo que viria junto com a prática científica, desconsiderava o poder de Paulo Carneiro para defender o projeto do IIHA e dizia que tal instituto atentaria contra a soberania do país. Os assuntos geopolíticos somente poderiam ser orientados por uma política nacionalista, nunca pelo internacionalismo, com a “colonização” da Amazônia devendo ser reservada somente aos brasileiros. O poder sobre a região amazônica estava em jogo.<sup>80</sup>

Em 1950, o Itamaraty preparou o Protocolo adicional à Convenção de Iquitos, que foi encaminhando ao Congresso Nacional com o intuito de dissipar dúvidas e “precisar com a máxima clareza os objetivos exclusivamente científicos do IIHA”.<sup>81</sup> Porém, o Congresso não permitiu que o Protocolo fosse assinado, suspendendo qualquer decisão. Sem ser ratificado, o instituto foi abandonado e nem precisou ser dissolvido oficialmente.

---

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> REIS, Op. Cit. p. 199.

<sup>79</sup> REIS, Op. Cit. p. 241.

<sup>80</sup> PETITJEAN; DOMINGUES, Op. Cit. p. 285.

<sup>81</sup> Ibidem. p. 286.

Toda a polêmica criada acerca da questão acabou sendo positiva para o país, no fim das contas. Em resposta ao IIHA, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) foi instituído em 1952, por decreto do presidente da República Getúlio Vargas, e subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Em 1954, o INPA começou a funcionar oficialmente, quando foi nomeado o seu primeiro diretor, Olympio da Fonseca e, nomeada como sua conselheira Heloísa Alberto Torres.

### 1.5 – Djalma Batista e Arthur Reis – cultura e planejamento político

De acordo com Fernandes, a possibilidade real de soerguimento da economia regional fez com que o discurso desenvolvimentista tivesse larga aceitação nos meios intelectuais amazônicos.<sup>82</sup> A partir de uma breve amostra de dois influentes e respeitados intelectuais amazonenses, podemos compreender como a visão planificadora da União era corroborada e mesmo desejada. A ação governamental externa era vista como a única saída para estimular e capacitar a sociedade amazônica, refém do baixo índice de escolaridade e incapaz de ampliar sozinha seu desenvolvimento social e econômico.

Djalma Batista tinha convicção de que o atraso da Amazônia vinha da falta de uma herança cultural forte e extensa por parte dos povos amazônicos. Para ele, só um grande investimento governamental em educação e cultura seriam capazes de criar uma base sólida para o desenvolvimento das mentes e do homem da região.

[...] é preciso convir que há uma superioridade cultural das raças. O branco da Europa e da América do Norte é civilizado não por causa do pigmento da pele ou da conformação do crânio, e sim por ter atrás de si mais de um milênio de cultura, a que se incorporaram as heranças oriental, da Grécia, do Império Romano e do Cristianismo. [...] Contrastando com os índios do altiplano andino, que deixaram testemunhos definitivos de sua cultura, nas ruínas de Cuzco, Macchu-Picchu e Tihuanaco, na Amazônia apenas em Marajó e Santarém se recolhem amostras de uma cerâmica indígena realmente artística. Os silvícolas do século 17, e os que ainda hoje se encontram com características tribais, pertenciam e pertencem à Idade da Pedra Polida, isto é, são um pouco mais novos apenas, culturalmente, que os homens que primeiro apareceram sobre a Terra.<sup>83</sup>

Daí a relevância atribuída por Batista à defesa dos investimentos em pesquisas científicas na região. Em sua visão, era prioritária a implementação de instituições de pesquisa com preocupações direcionadas para a afirmação de uma cultura científica regional. Objetivando uma transformação cultural, social e intelectual da Amazônia, Batista apoiava a

<sup>82</sup> FERNANDES, Danilo Araújo. **A Questão Regional e a Formação do Discurso Desenvolvimentista na Amazônia**. tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2011. p. 284.

<sup>83</sup> BATISTA, Djalma. **Amazônia: Cultura e Sociedade**. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2006. p. 123.

execução de seus ideais na ação de elites que fossem preocupadas e comprometidas verdadeiramente com o crescimento e o desenvolvimento da civilização amazônica.

“Não nos enganemos: A Valorização da Amazônia que começa a se executar, mercê de um sábio dispositivo da Constituição de 1946, tem de se basear na formação de uma verdadeira elite, que viva aqui, e aqui seja experimentada, e não a dos infalíveis parasitas que pretendem valorizar a planície trocando pernas pela avenida Rio Branco ou correndo de automóvel, burocraticamente, de um Ministério para outro... Temos de convir que estamos no limiar da civilização na Amazônia: até agora houve apenas ameaça... Mas essa civilização só pode surgir de um movimento de cima para baixo, isto é, dos homens de estudo para a massa, e com a elevação gradual desta, através de uma sistemática e eficiente divulgação do saber. Em suma, é obra a ser empreendida pela elite”.<sup>84</sup>

A falta de uma educação apropriada ao meio amazônico era um defeito grave, que afetava a formação da sua população desde a infância. Apesar de estarem inseridas na floresta, as pessoas cresciam e passavam a vida sem saber aproveitar bem os recursos disponíveis e nem utilizá-los de maneira eficiente (o caso do extrativismo gomífero é exemplar). O resultado de tal dinâmica resultava em dependência de locais mais desenvolvidos e a formação de um círculo vicioso: “material humano primitivo, a serviço de interesses de fora da região e falta de aprimoramento a que a educação conduz. E o resultado é o que vemos: sociedades em estado primário de evolução, à procura de um destino social e econômico”.<sup>85</sup>

À frente do INPA, Djalma Batista foi um dos principais responsáveis pela implementação de iniciativas de grande importância em termos do desenvolvimento da pesquisa científica na Amazônia.

Ao lermos alguns livros e publicações de Arthur Reis, como “A Amazônia e a cobiça internacional”, “Amazônia e o mundo atual”, “Como governei o Amazonas”, “O impacto amazônico na civilização brasileira – a Transamazônica e o desafio dos trópicos”, “A Amazônia e a integridade do Brasil”, só para citar algumas de suas inúmeras obras, notamos sua apaixonada defesa da região e o seu total apoio à ação direta e produtiva do Estado brasileiro no sentido de acabar com os desequilíbrios econômicos, sociais e culturais da Amazônia. Reis foi um grande admirador e defensor de governos nacionais fortes e centralizadores além de políticas intervencionistas como a desenvolvimentista nacionalista. Para Reis, a dependência externa era um dos principais entraves para que a Amazônia evoluísse, já que somente a inversão de uma imensa quantidade de dinheiro, a execução de serviços e obras expressivas, a utilização de técnicas novas e operações de campo seriam capazes de levar a uma real transformação e integração da Amazônia na vida nacional. Como era inviável que todas essas medidas fossem realizadas isoladamente pelos estados nortistas,

<sup>84</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>85</sup> BATISTA, Op. Cit. p. 146.

havia um clamor de sua parte por uma ação federal e um incômodo por não haver sido concretizada ainda, relegando a importância da Amazônia para o Brasil. Apesar disso, não concordava que a União tivesse abandonado a região, como muitos de seus contemporâneos achavam. A distância em relação ao centro político trazia, historicamente, enormes barreiras e perigos tanto para o desenvolvimento regional quanto para o nacional. Como visto no caso do Instituto da Hileia, Reis acreditava que o interesse dos países estrangeiros a respeito da Amazônia ia muito além de conhecer suas possibilidades através de pesquisas ou algum tipo de cooperação. O colapso das políticas coloniais europeias, causado pelas lutas de independência dos países asiáticos e africanos entre as décadas de 1940 e 1960, era uma preocupação séria, já que Reis concluía que a Amazônia seria o principal alvo de uma nova investida colonialista.<sup>86</sup>

A Amazônia está sendo considerada como espaço aberto ideal: a) para receber os excedentes populacionais das áreas que padecem devido aqueles excessos; b) para produzir os alimentos de que carecem aquelas multidões fustigadas pela fome inclemente e mortífera; c) para produzir a matéria-prima vegetal, animal e mineral de que carecem os grandes parques industriais do mundo.<sup>87</sup>

Havia chegado o momento de conquistar a Amazônia definitivamente, já que jamais houve nenhum planejamento para povoá-la de maneira efetiva. “O Brasil tem vivido como nação atlântica e algumas vezes como nação platina. Nunca se realizou como nação amazônica”.<sup>88</sup> O Brasil havia falhado em não colocar em prática um programa de Estado quando começou o período de declínio da borracha. Depois, com a Batalha da Borracha, mais uma vez o país deixou de resolver a situação pela ausência de uma intervenção estatal bem conduzida. A criação da SPVEA deu a Reis, como seu primeiro Superintendente, a oportunidade de colocar em prática seu desejo por realizações objetivas e diretas para revigorar a Amazônia: a disponibilidade espacial e seu adequado aproveitamento; a utilização dos recursos naturais; a garantia da segurança e soberania brasileiras; o crescimento da população, tanto no sentido numérico quanto cultural. Todas essas questões seriam agora amplamente coordenadas por uma instituição unicamente voltada para o sucesso amazônico, que demonstraria, por conseguinte, o sucesso do planejamento do Estado brasileiro.

---

<sup>86</sup> Arthur Reis ampara suas conclusões através do exame de livros publicados em países como Inglaterra e Estados Unidos. Para saber mais consulte “A Amazônia e a Cobiça Internacional”, capítulo: “A pressão dos interesses universais”

<sup>87</sup> REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. p. 226.

<sup>88</sup> Ibidem. p. 231.

## Capítulo 2

### A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

O governo federal criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, o segundo órgão regional a atuar no país. Era a primeira vez, desde a crise da borracha que depauperou a economia local, ainda nos anos 1910, que uma ação planejada da União tentava fortalecer e dar nova feição à Amazônia como um todo, e não somente revitalizar a economia gomífera. O presente capítulo tem por finalidade esclarecer como era o funcionamento da instituição e de que maneira a SPVEA tentou executar o objetivo para o qual foi fundada: a reestruturação da sociedade amazônica. Foram inúmeros os problemas que a instituição encontrou em sua trajetória. Para que fosse possível identificá-los houve o estudo de sua estrutura interna de funcionamento, a análise do período de cada Superintendente à frente do órgão, assim como a identificação dos fatores externos que atrapalharam o andamento das atividades previstas. Damos ênfase a dois pontos que consideramos importantes e que são pouco ou nada ilustrados na bibliografia sobre o tema: o primeiro foi trazer à tona o trabalho dos superintendentes, principalmente as dificuldades enfrentadas, responsáveis por fazer com que quase todos desistissem do cargo; o segundo, apresentar o modo como se deu a total perda de confiança a respeito do trabalho da SPVEA, fazendo com que recebesse, já nos primeiros anos de atuação, o rótulo de instituição altamente corrompida.

#### 2.1 – Estrutura, funcionamento e objetivos

Proposto pelo deputado federal pelo Amazonas Leopoldo Peres, o artigo 199 da Constituição Federal de 1946 criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Sucinto, o artigo apenas definia que a União aplicasse quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária no desenvolvimento da área amazônica por, no mínimo, vinte anos consecutivos. Além da União, os Estados e os Territórios da região amazônica, bem como os respectivos Municípios, também estavam obrigados a reservar para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias.<sup>1</sup> Apenas quase sete anos depois foi aprovada a Lei nº 1.806,

---

<sup>1</sup> BALEEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Constituições Brasileiras Volume V: 1946**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. p. 93.



de 6 de janeiro de 1953, que esclarecia a natureza do Plano de Valorização da região e criava a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

O longo processo que terminou na elaboração da SPVEA iniciou-se na Câmara dos Deputados com a composição de uma Comissão Especial, presidida por Leopoldo Peres, para o estudo do planejamento da valorização econômica da Amazônia. Os deputados decidiram que o Parlamento deveria criar o órgão governamental de planejamento, cabendo-lhes apenas o exame e a aprovação dos planos e programas de trabalho. Começaram, então, a se suceder as apresentações de projetos e emendas. O deputado pelo Amazonas, Pereira da Silva, do Partido Social Democrático (PSD), em 14 de outubro de 1946, apresentou a proposta de criação do “Departamento Nacional da Amazônia”, incumbido de executar o Plano de Valorização da Amazônia e subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. O Departamento seria chefiado por um Diretor Geral e integrado por uma Divisão Técnica, composta de um representante do Ministério da Viação, um representante do Ministério da Agricultura, um do Ministério da Educação e um do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Como órgãos consultivos do Departamento, funcionariam o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Estatística, o Conselho Nacional de Petróleo, o Conselho de Imigração e Colonização, o Conselho de Proteção aos Índios e o Conselho de Segurança Nacional. Haveria ainda delegacias regionais em Manaus, Belém, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Macapá e no norte de Mato Grosso para executar os serviços programados.<sup>2</sup>

Em 26 de novembro de 1946, a Sociedade Amigos de Alberto Torres (Sociedade civil fundada em 1932 no Rio de Janeiro, tendo como principal objetivo a discussão dos problemas nacionais à luz do pensamento de Alberto Torres) apresentou um projeto criando o “Instituto de Recuperação da Amazônia”, órgão paraestatal, com autonomia administrativa e financeira, e sede em Belém. O Instituto teria uma Administração Central, composta dos seguintes Departamentos: Transportes, Crédito, Educação, Saúde, Povoação, Agricultura, Indústria, Comunicações, Geografia e Estatística, mais os serviços de Estudos e Planificações e de Administração Geral. Os Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP) e o Instituto Agrônomo do Norte, assim como as repartições ou organismos existentes, com finalidades afins aos do Instituto passariam a integrar o seu

---

<sup>2</sup> REIS, Arthur César Ferreira. **Fundamentos, História, Estrutura e Funcionamento da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia**, Escola Brasileira de Administração Pública, Curso de Planejamento Regional, 1955. pp.25-26. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13024/000050987.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 30 jan. 2016.

sistema. Sua direção estaria entregue a um Presidente, de reconhecida capacidade e conhecedor da região e de seus problemas, assistido por um Conselho Técnico<sup>3</sup>.

O deputado pelo Amazonas, Cosme Ferreira Filho (PSD), em 7 de abril de 1947, sugeriu que o empreendimento fosse realizado em duas etapas. A primeira, com o fortalecimento de todos os organismos que servissem “de apoio à produção, ao beneficiamento e a circulação das riquezas do vale, bem como à educação, à defesa sanitária e à melhoria das condições de vida de suas populações”. E a segunda, mais ampla, “com base científica e com fundamento no sentido histórico da própria evolução da Amazônia”, cujas realizações e tradições “a nova marcha de civilização” não poderia e nem deveria abandonar, ao invés de tentar “improvisações e experiências, sem esse indispensável e basilar sentido histórico”.<sup>4</sup>

Em 15 de setembro de 1947, a Comissão Parlamentar apresentou proposta de criação de uma Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com sede em Belém e autonomia para toda a região. A Comissão seria constituída pelo Superintendente Geral e pelos chefes dos seguintes departamentos: Administração, Produção, Crédito, Transportes, Educação e Assistência Médico-Social, Trabalho e Colonização e Imigração. Haveria um Conselho Técnico de Planejamento e Controle, integrado pelo Superintendente, chefes dos departamentos e um representante de cada unidade política que integrasse a região. Em 27 de novembro, o deputado Oswaldo Pacheco, do Partido Comunista do Brasil (PCB) apresentou substitutivo ao projeto da Comissão Parlamentar. Criava a "Comissão do Plano de Valorização da Amazônia", entidade com autonomia técnica e administrativa, com sede em Manaus e jurisdição em toda a área amazônica. O órgão não executaria diretamente os programas do plano, mantendo, porém, um serviço de controle e fiscalização das obras e serviços executados por acordos com outros órgãos ou empresas privadas. Elaboraria planos periódicos, com a duração de cinco anos, nos quais seriam incluídas medidas sugeridas pela população da Amazônia, formuladas em assembleias em cada unidade administrativa ou localidade da região.<sup>5</sup>

Na Comissão de Constituição e Justiça, a 29 de março de 1949, o deputado fluminense pelo PSD, Eduardo Duviols, formulou outro substitutivo, no qual instituía a Superintendência da Valorização da Amazônia. A Superintendência seria composta de um Superintendente e

---

<sup>3</sup> Ibidem. p.27

<sup>4</sup> Ibidem. p.28.

<sup>5</sup> Ibidem. pp. 30-32.

cinco assistentes técnicos, que exerceriam, também, a direção de cinco departamentos destinados ao estudo e execução do plano de valorização.

Enviado, então, ao Senado, depois de ter sido aprovado pela Câmara, o projeto sofreu mudanças através de emendas de autoria do Senador pelo Pará, Álvaro Adolpho (PSD), em 1951. Pelo anteprojeto, ficavam criadas a Superintendência e a Comissão de Planejamento nos mesmos moldes em que aparecem na redação final da lei. A lei 1.806, portanto, foi constituída com base nas alterações feitas pelo substitutivo de Álvaro Adolpho.<sup>6</sup>

Por fim, foi definido o tamanho da área a ser alvo da Valorização. Para isso, houve o abandono, para efeito de execução da lei, do entendimento clássico sobre a Amazônia, ampliando-a a uma área de trabalho que representava dois terços do território brasileiro.

### *2.1.1 – A lei 1.806*

O teor da lei merece ser analisado de forma relevante, pois determinava como o trabalho da SPVEA deveria ser conduzido. Através dela, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia ficou finalmente estabelecido como:

[...] um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.<sup>7</sup>

Em seu segundo artigo, a lei 1.806 estabelecia que, para fins de atuação da SPVEA, a Amazônia brasileira passaria a abranger a região compreendida pelos Estados do Pará, Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé (atual Rondônia) e Rio Branco (atual Roraima) e a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16°, além da área do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e a área do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44° (área que passou a ser denominada como Amazônia Legal). Os recursos destinados ao Plano de Valorização só poderiam ser aplicados em medidas, serviços, empreendimentos ou obras, que possuíssem fim estritamente econômico ou relação direta com a recuperação econômica da região, obedecendo à prioridade dos problemas regionais detectados pelos estudos conduzidos pela Superintendência. A lei também garantia o caráter essencialmente técnico e econômico dos planejamentos específicos e programas de trabalho.

---

<sup>6</sup> Ibidem. p.39.

<sup>7</sup> BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953.

A Superintendência estava autorizada a promover acordos com os estados, municípios, autarquias, sociedades e entidades privadas compreendidas na área amazônica.

O artigo 7º, de suma importância, regulava os objetivos gerais do Plano de Valorização.

Resumidamente, seu propósito estava definido para:

- a) Promover o desenvolvimento da produção agrícola e a produção extrativa da floresta;
- b) Fomentar a produção animal, elevando os índices de nutrição das populações amazônicas; promover a solução dos problemas que prejudiquem a pecuária, a defesa e o melhoramento dos rebanhos;
- c) Desenvolver um programa de defesa contra as inundações periódicas;
- d) Promover o aproveitamento dos recursos minerais da região;
- e) Incrementar a industrialização das matérias-primas de produção regional para o abastecimento interno e a exportação mais densa dos produtos naturais;
- f) Realizar um plano que compreenda todo o sistema de transportes e comunicações da Amazônia, tendo em vista principalmente as peculiaridades do complexo hidrográfico, sua extensão e importância na economia regional;
- g) Estabelecer uma política de energia na região, a organização do abastecimento de combustíveis, a eletrificação dos principais centros de produção e da indústria e a utilização dos recursos naturais de forma racional;
- h) Estabelecer uma política demográfica que compreenda a regeneração física e social das populações da região pela alimentação, a assistência à saúde, o saneamento, a educação e o ensino e a imigração de correntes populacionais. Agrupar os elementos humanos da região onde possam constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica;
- i) Estabelecer um programa de desenvolvimento do sistema de crédito bancário regional;
- j) Fomentar o desenvolvimento das relações comerciais com os mercados consumidores e abastecedores, e ter em vista as relações com os países vizinhos;
- k) Manter um programa de pesquisas geográficas, tecnológicas e sociais, com recrutamento e fixação de quadros técnicos e científicos na região tendo em vista fornecer os elementos técnicos para a execução do Plano;
- l) Incentivar o capital privado<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 jan. 1953.

A lei criou o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia para atender à execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA). Esse fundo era constituído com os três por cento da renda tributária da União; os três por cento da renda tributária dos Estados, Territórios e Municípios, total ou parcialmente compreendidos na área da Amazônia brasileira (recursos disponibilizados pelo já citado artigo 199 da Constituição Federal de 1946); as rendas oriundas dos serviços do PVEA, ou a exploração dos atos ou contratos jurídicos dela decorrentes e o produto de operações de crédito e de dotações extraordinárias da União, dos Estados ou Municípios.

Outro aspecto significativo foi a definição da execução do Plano por meio de planejamentos parciais, em períodos de cinco anos, daí a adoção dos intitulados planos quinquenais. Porém, o início dos trabalhos deveria ser realizado através de um Programa de Emergência, até a aprovação final do primeiro planejamento quinquenal.

A SPVEA, com autonomia administrativa, porém diretamente subordinada ao Presidente da República, foi criada com sede definida em Belém. Além disso, para efeito da descentralização de serviços e maior agilidade na execução das obras planejadas, a Superintendência foi autorizada a manter divisões sediadas em Manaus e Cuiabá. Ao Superintendente foi incumbida a tarefa de presidir a Comissão de Planejamento, composta de quinze membros, sendo seis técnicos, correspondentes aos setores gerais de atividade do Plano, nomeados pelo Presidente da República, e nove representantes dos Estados e Territórios amazônicos, um para cada uma das entidades administrativas da região, e designados ao cargo pelos respectivos governos. O principal trabalho da Comissão de Planejamento foi preparar, no prazo de nove meses, tanto o Programa de Emergência quanto o plano definitivo para o primeiro período quinquenal, assim como o orçamento para o primeiro período anual.

Um aspecto fundamental da lei 1.806 estava presente no seu penúltimo artigo, o qual estabelecia como primeira prioridade a reforma e ampliação das centrais elétricas de Belém e Manaus, inclusive explicitando a capacidade mínima que cada uma deveria produzir (vinte mil quilowatts), para o abastecimento de energia industrial, doméstica e serviços urbanos de tração e de luz.<sup>9</sup>

Portanto, o Primeiro Plano Quinquenal deveria obedecer aos objetivos traçados pela Lei 1806. Estava estabelecido que seria preciso uma ação duradoura e não mais a simples

---

<sup>9</sup> Idem.

aplicação de medidas isoladas e locais. A Amazônia precisava ir além das políticas que geravam apenas efeitos passageiros e de curto prazo.

Pensada para ser um órgão executor, constituiu-se a organização da Superintendência do seguinte modo:

- *Na sede em Belém:*

a) Gabinete do Superintendente; b) Setor Jurídico; c) Setor Técnico e Orçamentário; d) Setor de Contabilidade; e) Setor de Pessoal; f) Setor de Material; g) Setor de Obras; h) Setor de Coordenação e Divulgação; i) Setor de Comunicações; j) Tesouraria; k) Zeladoria.

- *Divisões regionais:*

I) Sediada em Manaus, com jurisdição no Estado do Amazonas e Territórios do Rio Branco, Acre e Guaporé;

II) Sediada em Cuiabá, com jurisdição no Estado de Mato Grosso.<sup>10</sup>

A primeira Comissão de Planejamento ficou definida da seguinte maneira:

- *Presidente:* Arthur César Ferreira Reis

- *Membros Técnicos Federais:* Francisco Pereira da Silva, Guilherme Eduardo Ferreira Studart, Hugo Mascarenhas, Ricardo Borges Ferreira e Silva, Sócrates Bomfim e Waldir Bouhid

- *Representantes políticos:*

Representante do Estado do Pará..... Stélio de Mendonça Maroja

Representante do Estado do Amazonas..... Firmo Ribeiro Dutra

Representante do Estado do Maranhão.....Cid Rojas Américo de Carvalho

Representante do Estado de Mato Grosso..... Jayme Ferreira de Vasconcelos

Representante do Estado de Goiás .....Armando de Miranda Storni

Representante do Território Federal do Acre .....Francisco Custódio Freire

Representante do Território Federal do Amapá.....Raul Montero Valdez

Representante do Território Federal do Rio Branco.. Valério Caldas de Magalhães

Representante do Território Federal do Guaporé.....Francisco Valente Pinheiro<sup>11</sup>

- Subcomissões:

<sup>10</sup> BONFIM, Sócrates. **Valorização da Amazônia e sua comissão de planejamento**. Escola Brasileira de Administração Pública, Curso de Planejamento Regional, 1953. pp. 30-31. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13025/000050984.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 05 jan. 2016.

<sup>11</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **Primeiro Plano Quinquenal. v. 1**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955 a. p.10.

Produção Agrícola; Recursos Naturais; Transporte, Comunicações e Energia; Crédito e Comércio; Saúde; Desenvolvimento Cultural.

Segundo Sócrates Bonfim, a burocracia envolvendo a Comissão de Planejamento e suas Subcomissões se dava da seguinte maneira:

As Sub-Comissões apresentam anualmente, até o dia 15 de fevereiro, um relatório dos trabalhos realizados visando ao planejamento da valorização amazônica no setor que lhes incumbe. Para realizar tal planejamento, lançam mão de processos próprios de investigação e de análise das solicitações apresentadas à Comissão de Planejamento, por entidades públicas ou privadas. Elaborados os relatórios, são eles enviados a uma Comissão de Coordenação, constituída pelos presidentes das 6 Sub-Comissões, sob a presidência do Superintendente.<sup>12</sup>

Esses relatórios, recebidos pela Comissão de Coordenação, eram distribuídos a um relator para que este desse seu parecer. Após isso, eram remetidos ao plenário da Comissão de Planejamento, onde poderiam ser aprovados ou rejeitados. Os relatórios que fossem rejeitados seriam então devolvidos à Subcomissão de origem, para que houvesse as correções necessárias indicadas pelo parecer expedido. A seguir, eram remetidos ao Relator Geral, também escolhido entre os membros da Comissão de Coordenação, que deveria reunir e sistematizar os trabalhos parciais, com a missão de apresentar um projeto completo do plano.

A Comissão de Coordenação também ficou responsável por formular as ideias básicas sobre a conceituação e o enfrentamento dos problemas amazônicos. Esse estudo foi chamado de Concepção Preliminar da Valorização Amazônica, com o objetivo de orientar os trabalhos iniciais de planejamento. Entendido como introdutório, baseava-se sobre os conhecimentos disponíveis à época, a respeito da natureza amazônica, apresentando por isso, uma interpretação inicial de suas questões. (os pontos apontados por essa Concepção Preliminar para o desenvolvimento da região foram ampliados e esquadrihados no Primeiro Plano Quinquenal, que será comentado mais à frente).

Por causa do prazo estabelecido na Lei nº 1.806, de nove meses para a elaboração do Primeiro Plano Quinquenal, estava decidido que ele deveria ser organizado com os elementos informativos já existentes, permitido o seu reexame a cada ano, à medida que novas pesquisas fossem feitas e pudessem aconselhar modificações na aplicação das verbas da SPVEA.

Durante os anos de elaboração da lei, muito se comparou a Valorização da Amazônia com uma bem sucedida ação empreendida pelo governo americano entre 1933 e 1944, a Tennessee Valley Authority. Para Araújo Cavalcanti, então Secretário-Geral da Associação Brasileira de Municípios, a comparação era completamente desmedida, já que a bacia do

---

<sup>12</sup> BONFIM, Op. Cit. p. 43.

Tennessee era uma área pequena, menor que o estado de Pernambuco, com problemas diferentes e bem menos complexos que os amazônicos<sup>13</sup> Os americanos investiram pesadamente durante os anos mencionados, construindo 28 imensas represas para os mais diversos fins, no que pode ser considerado uma das maiores experiências mundiais de planejamento estatal.<sup>14</sup> Por isso, Cavalcanti aponta alguns de seus ensinamentos que poderiam ser preciosos para o caso brasileiro:

- a) planejamento integral – mesmo que fosse lento, deveria estabelecer prioridades e ordens de urgência para questões mais graves.
- b) execução rápida dos projetos que obtiveram prioridade, de preferência os que fossem capazes de criar riqueza (por exemplo, aproveitamentos hidrelétricos, transportes, etc.);
- c) concentração de recursos na execução de projetos básicos – Não diluir os recursos disponíveis, “como seria o caso de uma política errada de distribuí-los entre órgãos administrativos existentes, estaduais, territoriais ou municipais. Semelhante política representaria a perpetuação do atual status quo”.
- d) Prestação de contas perante o Congresso e diretamente ao povo, além das comprovações de despesas perante os órgãos competentes.<sup>15</sup>

Selecionamos esses quatro pontos apontados por Cavalcanti por serem emblemáticos no sentido de demonstrar, como será conferido com o decorrer do texto, que o trabalho da Valorização ocorreu exatamente ao contrário do que o autor recomendava, transformando em realidade seus temores a respeito de uma política inócua para a região.

## 2.2 – O Plano de Emergência e o Primeiro Plano Quinquenal

Definida como obra política, com o propósito de desenvolver economicamente os espaços subaproveitados e inaproveitados da região, a Valorização da Amazônia foi classificada como empreendimento de grande porte, cujos objetivos foram estabelecidos como um esforço nacional para:

- a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro;
- b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais;

---

<sup>13</sup> CAVALCANTI, Araújo. Prefácio. In: NUNES, Osório. **Introdução Ao Estudo Da Amazônia Brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1951. p. 10.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>15</sup> *Idem*.



c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.<sup>16</sup>

Arthur Reis (em conferência realizada em Belém em 15 de setembro de 1955 para o Curso de Planejamento Regional, sob responsabilidade da SPVEA e da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas), afirmava, de modo conciso, que existiam duas razões fundamentais que explicavam o propósito da valorização da Amazônia: “a que diz respeito ao estabelecimento de condições iguais para o homem brasileiro nas várias regiões em que ele vive, e a que se refere à segurança nacional, no que essa segurança possa estar ferida pela ambição de potências mais desenvolvidas”.<sup>17</sup>

A partir do consenso sobre os objetivos a serem atingidos, o Programa de Emergência foi pensado como uma transição entre o regime de obras e serviços que vinham sendo realizados na Amazônia, através do orçamento regular da União, e as metas a serem alcançadas pelo novo regime de planejamento econômico definido pela Lei 1.806. Esquematizado em apenas três meses pela Comissão de Planejamento, pode-se defini-lo, então, como uma extensão da Lei 1.806, mas ainda preliminar, de menor alcance e que serviria como parâmetro até a implementação do Primeiro Plano Quinquenal, em 1955.

As principais concepções estabelecidas pelo Programa de Emergência foram:

- a) O papel fundamental da produção agrícola para a fixação das populações da região e a modificação da economia regional, através da produção de alimentos e matérias-primas para consumo local e exportação. Esses objetivos seriam alcançados seguindo as seguintes ações, entre outras: a intensificação da imigração e a organização racional da colonização, a reforma do regime de terras, a racionalização da agricultura e da produção animal, o fomento agrícola em geral, o desenvolvimento da tecnologia agrícola, a intensificação da produção de gêneros alimentícios;
- b) A melhoria dos transportes, tanto fluviais quanto terrestres, através de entendimentos e planejamento comum com os governos estaduais e municipais. As ferrovias ficariam a cargo do Governo Federal.

<sup>16</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. Belém: Setor de Coordenação e Divulgação, 1954. p. 4.

<sup>17</sup> REIS, Arthur César Ferreira. **Fundamentos, História, Estrutura e Funcionamento da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia**. Escola Brasileira de Administração Pública, Curso de Planejamento Regional, 1955. p.6. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13024/000050987.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado 30 jan. 2016.

- c) A diversificação da produção extrativista e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho empregadas, criando condições para aumentar a renda dos trabalhadores florestais. Criação de um Instituto de Pesquisas Florestais e colaboração com a Missão da FAO (A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – Food and Agriculture Organization).
- d) A preparação de pessoal técnico e auxiliar para os serviços de saúde, estudos e projetos de sistemas de esgoto e abastecimento de água, recuperação dos sistemas existentes, assistência médico-sanitária e médico-social mediante o prosseguimento da construção e equipamento de postos e subpostos de saúde, hospitais e maternidades; equipamento e reaparelhamento de laboratórios de pesquisas, intensificação da vacinação; a execução de um programa alimentar de emergência; a construção de frigoríficos e matadouros.
- e) A formulação de um plano de desenvolvimento de crédito bancário, para incentivo à iniciativa privada, além do estabelecimento de condições básicas para abrigar a associação das empresas privadas com a SPVEA. Também seria fundamental a elaboração de um sistema de financiamento das cooperativas, o estudo do sistema tributário e o estímulo das relações comerciais entre os mercados consumidores e abastecedores. Seriam ainda concedidos empréstimos agrícolas, pecuários, agropecuários e industriais.
- f) A adoção de um programa educacional mínimo para o ensino primário fundamental da região através da elaboração e impressão de livros didáticos adequados ao meio. Seriam também realizados estudos e pesquisas preliminares à ampliação da rede escolar existente para o ensino médio e promovida a colaboração com as escolas em funcionamento, públicas e particulares. Em relação ao ensino superior, estava incluída a colaboração, através de acordos, com as instituições existentes e a concessão de bolsas de estudo para a especialização de pessoal. O programa previa ainda a criação de institutos educacionais de base.<sup>18</sup>

Assim, as primeiras políticas elaboradas pela SPVEA englobavam a reestruturação significativa tanto da economia quanto da sociedade regional.

Depois da formulação do Programa de Emergência em dezembro de 1953, a Comissão de Planejamento da SPVEA dedicou-se ao planejamento do Primeiro Plano Quinquenal, que

---

<sup>18</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. SPVEA (1954/60) – **Política de Desenvolvimento da Amazônia**. v. 1. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960a. pp. 26-27.

foi concluído em pouco mais de 5 meses. Por causa do exíguo tempo disponível para sua produção, o documento carregava muitos traços de improvisação, com suas formulações registrando um caráter especulativo bastante acentuado. Chamou-se mesmo o plano de “registro de necessidades” (nem sempre examinadas por critérios científicos). Percebe-se pela quantidade de estudos e pesquisas apontados como necessários, que sua elaboração valeu como uma primeira “tomada de posição” face aos problemas regionais.<sup>19</sup>

O fato é que a Comissão teve dificuldades consideráveis porque não existiam dados suficientes sobre a região. O meio físico era conhecido imperfeitamente e os estudos realizados até o momento da criação do plano eram poucos, inconstantes e fragmentados. Portanto, pode-se afirmar que as dificuldades da vida amazônica estavam ligadas a causas que eram mal conhecidas e, em diversos aspectos, apenas conjecturadas. A Comissão visou, em primeiro lugar, obter o conhecimento dos dados ainda ignorados da realidade geográfica, social e econômica. Assim, o Primeiro Plano Quinquenal foi produzido sobre as necessidades aparentes da região. Os elaboradores do Plano contavam com a possibilidade da revisão anual do seu planejamento e o ajuste, de acordo com a evolução dos resultados das pesquisas, para refinar os ideais propostos.

O primeiro grande problema identificado foi a falta de uma distribuição mais regular das populações amazônicas, por isso sua redistribuição passou a ser estudada para que fosse possível a autossuficiência da região. Além da questão dos espaços vazios, outros grandes problemas a serem enfrentados eram a recuperação social do homem e a ocupação política da terra. A enorme diferença entre as grandes cidades da Amazônia, principalmente Belém e Manaus, e o interior dos seus respectivos estados também era uma preocupação. Essas cidades não dispunham de zonas agrícolas para prover o seu sustento por causa de sua especialização no comércio e constituíam um peso morto para o produtor rural, refém da falta de infraestrutura. Como solução, deveria ser promovida a industrialização das grandes cidades, o que provocaria profundos efeitos na economia regional. Entretanto, existiam vários obstáculos que impediam essa industrialização, tais como a falta de mão de obra especializada, deficiência no fornecimento de energia elétrica, a inexistência de estabelecimentos de pesquisas tecnológicas e a insuficiência de saneamento e assistência sanitária.<sup>20</sup> Dessa maneira, a resposta para iniciar o desenvolvimento da economia e da sociedade amazônica seria a transformação da população rural, para que houvesse o surgimento de uma economia de base agrícola. O ideal seria concentrar essa população rural em zonas selecionadas que

---

<sup>19</sup> Ibidem. p. 28.

<sup>20</sup> Ibidem. p. 29.

dispusessem de transportes e que possibilitassem o aproveitamento dos recursos florestais e minerais disponíveis. Além disso, o aperfeiçoamento e diversificação da produção extrativista era outra medida tida como essencial para melhorar as condições de vida do trabalhador florestal. Para começar a resolver essas questões, os planejadores da SPVEA dividiram a Amazônia em zonas imediatamente recuperáveis, para o que foram usados critérios econômicos e políticos:

- *Critérios econômicos*: zonas com populações densas; zonas circunjacentes a núcleos urbanos importantes; zonas onde houvesse facilidades especiais de transporte; zonas propícias à agricultura, à indústria, à pecuária, e zonas marginais de estradas de ferro.
- *Critérios políticos*: zonas de fronteiras; zonas onde terminasse a navegação de primeira linha, com populações ativas a montante; zonas limítrofes com o sul e nordeste do Brasil e por onde avançava uma penetração pioneira<sup>21</sup>.

A ideia do zoneamento tinha o intuito de limitar a área espacial de enfrentamento dos problemas a proporções em que os mesmos pudessem ser superados, através de projetos de aplicações práticas, já que seria muito difícil planejar uma recuperação global da Amazônia. A partir disso, foram estipuladas 28 zonas recuperáveis (Figura 1):

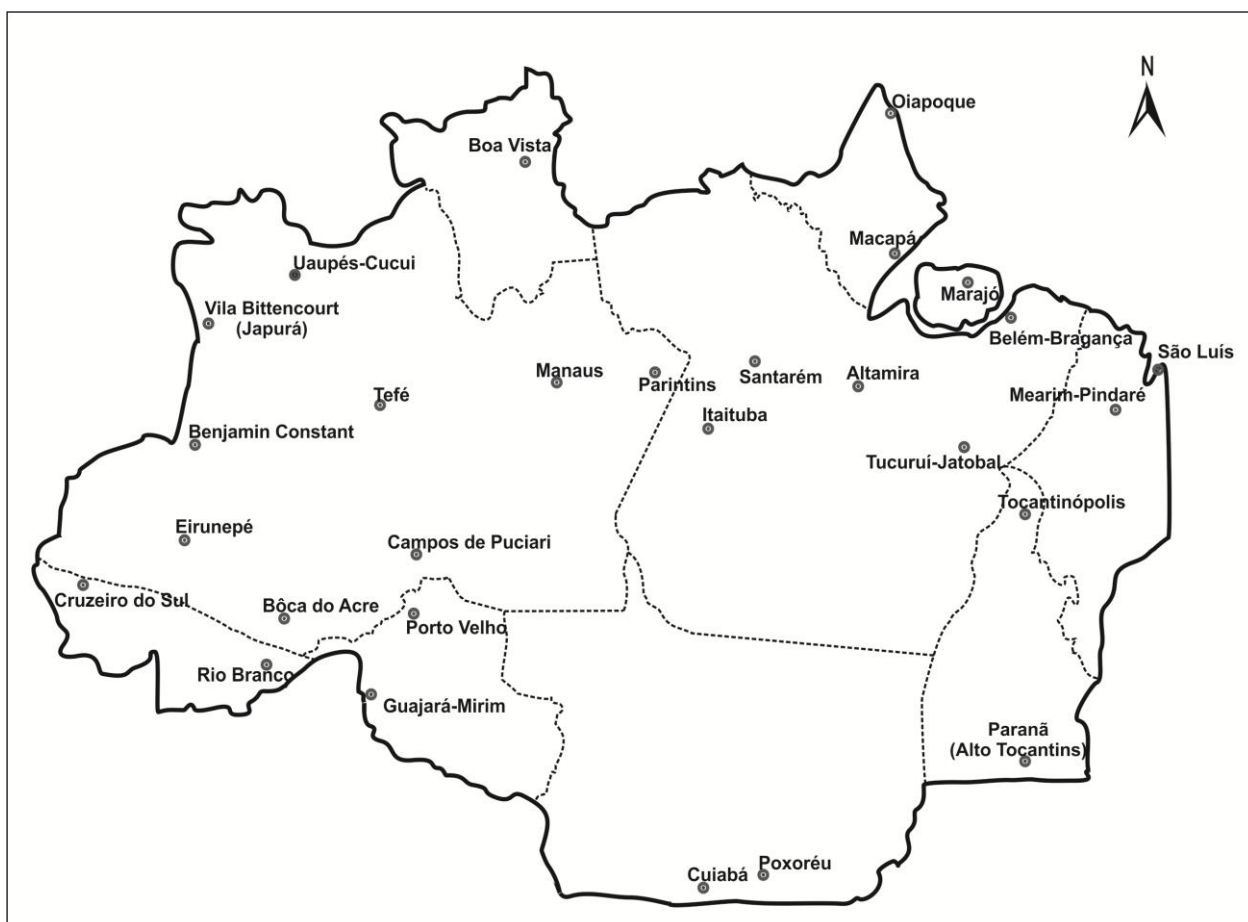
1) Belém-Bragança, 2) Manaus, 3) São Luiz, 4) Cuiabá, 5) Macapá, 6) Rio Branco (Acre), 7) Porto Velho, 8) Boa Vista (Rio Branco), 9) Santarém, 10) Marajó, 11) Altamira, 12) Tucuruí - Jatobal, 13) Itaituba, 14) Benjamin Constant, 15) Eirunepê, 16) Boca do Acre, 17) Campos de Pucari, 18) Parintins, 19) Tefé, 20) Uapês – Cucuí, 21) Vila Bittencourt (Rio Japurá), 22) Guajará – Mirim, 23) Cruzeiro do Sul, 24) Paranã (Alto Tocantins), 25) Bacia Rios Mearim e Pindaré, 26) Oiapoque, 27) Poxoréu, 28) Tocantinópolis.<sup>22</sup>

A maioria das zonas escolhidas estava situada no estado do Amazonas, no total de nove: Manaus, Benjamin Constant, Eirunepê, Boca do Acre, Campos de Pucari, Parintins, Tefé, Uapês-Cucuí, Vila Bittencourt (rio Japurá). Em seguida vinha o estado do Pará com seis zonas: Belém-Bragança, Santarém, Marajó, Altamira, Tucuruí-Jatobal, Itaituba. Essa classificação reflete a preocupação com os dois maiores estados da região, que necessitavam de uma grande atenção dos técnicos da Valorização. Embora em menor quantidade, as zonas do Pará estavam avaliadas à frente das zonas do Amazonas, todas aparecendo nas primeiras colocações do *ranking* da SPVEA, com exceção da segunda posição, ocupada por Manaus.

<sup>21</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. Belém: Setor de Coordenação e Divulgação, 1954. p. 4.

<sup>22</sup> *Ibidem*. p. 5.

O estado do Amazonas possuía uma população de 514.099 habitantes em uma área de 1.595.818 de km<sup>2</sup>, que correspondiam a 14,48% da população e 31,55% da área da região amazônica respectivamente. A densidade demográfica do estado era de 0,322 habitante por km<sup>2</sup>. Em conjunto, a densidade demográfica da Amazônia era de apenas 0,7 habitantes por km<sup>2</sup>. A população total da Amazônia era de 3.549.589 habitantes em 1950, somando apenas 6,83% da população nacional em uma área equivalente à 59,38% da superfície total do Brasil<sup>23</sup>.



**Figura 1** – Área de atuação da SPVEA (Amazônia Legal) com 28 zonas recuperáveis.

FONTE: Mapa adaptado de SPVEA 1954/60 – Política de Desenvolvimento da Amazônia. v. 1

Depois do exame da localização das zonas recuperáveis e o estabelecimento dos critérios iniciais para o seu desenvolvimento, os técnicos da Valorização passaram a planejar de forma mais detalhada o atendimento das necessidades de cada uma dessas áreas, chegando à conclusão de que os problemas de base da Amazônia estavam interligados e não podiam ser entendidos senão em conjunto. Essas questões essenciais que impediam o progresso na região

<sup>23</sup> Ibidem. pp. 26-27.

foram definidas como: a) o problema alimentar; b) o problema de produção de matérias-primas e sua industrialização; c) o problema do transporte; d) o problema da distribuição do capital; e) o problema da saúde; f) o problema de nível cultural; g) o problema da recuperação das populações extrativistas.<sup>24</sup>

Todos esses pontos foram alvo do Primeiro Plano Quinquenal, que formulou estratégias para superá-los:

### 2.2.1–Agricultura

A atividade de base a merecer maiores esforços e investimentos deveria ser a agricultura. O seu desenvolvimento resultaria no equilíbrio alimentar da região e, com isso, em melhores condições de saúde e na redução do alto custo de vida regional. A agricultura na Amazônia era uma questão controversa, já que alguns especialistas consideravam o solo da região impróprio para uma agricultura de rendimentos satisfatórios. Entretanto, como já foi mencionado, os trabalhos científicos e análises técnicas eram escassos e muito específicos, portanto tal afirmação não poderia ser considerada como verdade absoluta em uma área de cinco milhões de quilômetros quadrados.

Para os planejadores da SPVEA, a população amazônica só seria capaz de realizar uma verdadeira civilização nesta região se conseguisse basear a sua economia sobre a agricultura. O problema foi decomposto, assim, em três aspectos:

- 1 – o aspecto tecnológico, ou seja, o do conhecimento das técnicas de trabalho e das plantas próprias a cada ambiente.
- 2 – o do nível cultural do agricultor que lhe permita a absorção e prática dessas técnicas.
- 3 – o da capacidade econômica do agricultor, para que possa adquirir ou utilizar o equipamento necessário aos trabalhos, não só de conservação do solo, como também de mecanização do processo agrícola, inclusive de beneficiamento e conservação da safra.<sup>25</sup>

A colonização era pensada como o grande facilitador do emprego de uma agricultura bem planejada e desenvolvida. Através dela seria mais efetiva a absorção de técnicas pelo agricultor, a assistência de um agrônomo, o apoio financeiro e a posse dos instrumentos de trabalho necessários, que seriam usados, de forma simultânea por inúmeros indivíduos. Tudo isso diminuiria em muito o elevado custo da SPVEA com a operação. A distribuição de

<sup>24</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. Belém: Setor de Coordenação e Divulgação, 1954. p. 5.

<sup>25</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **Primeiro Plano Quinquenal. v. 1**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955a. p. 76.

sementes de boa qualidade e a orientação ao agricultor sobre o tipo de cultura mais apropriada ao seu terreno eram outros fatores fundamentais para o crescimento das safras agrícolas, perfeitamente exequíveis dentro do programa de distribuição dos agricultores em colônias organizadas. A SPVEA considerava, porém, como o mais importante aspecto da assistência agrícola, um sistema de crédito rural com base no crédito pessoal, que seria aplicado por agências da Caixa Econômica Federal localizadas nos núcleos agrícolas do interior. Um agrônomo orientaria o agricultor sobre as suas necessidades e a Caixa Rural lhe facultaria os recursos para melhorar as condições de sua produção.

Além de alcançar a autossuficiência alimentar na Amazônia, os objetivos agrícolas gerais do Primeiro Plano Quinquenal visavam a produção de gêneros alimentares necessários à economia nacional e que pudessem ser exportados para o exterior.<sup>26</sup>

### 2.2.2 – Alimentos de origem animal

Havia duas certezas sobre a dieta de alimentos de origem animal na Amazônia: a primeira era a de que o consumo de carne vermelha era extremamente pobre, e a segunda era a de que “uma dieta equilibrada é mais uma questão de educação e de hábitos higiênicos do que propriamente de nível econômico”<sup>27</sup>.

Segundo o Primeiro Plano Quinquenal, a Amazônia dispunha apenas de dois quintos da carne bovina necessária para o abastecimento satisfatório de sua população.<sup>28</sup> E a situação era mais grave ainda porque a maioria das cabeças de gado localizava-se em zonas de difícil acesso, o que dificultava as ações para melhorar o limitado abastecimento das populações amazônicas como um todo.

### 2.2.3 – Matérias-primas

A produção de matérias-primas e sua industrialização constituíam o segundo aspecto crítico da economia regional. A utilização dos recursos naturais era prejudicada pelo desconhecimento sobre a forma correta ou mesmo a possibilidade de sua utilização. Assim, a produção de matérias-primas na Amazônia deveria visar, em primeiro lugar, a complementação das necessidades nacionais através de culturas conhecidas como a borracha e a juta. Apesar de todas as suas desvantagens, a indústria extrativista ainda era a espinha dorsal

---

<sup>26</sup> Ibidem. p. 85.

<sup>27</sup> Ibidem. p. 82.

<sup>28</sup> Ibidem. p. 83.

da economia amazônica e não seria abandonada. A sua recuperação era necessária onde não fosse possível fazer a sua substituição. O programa de valorização objetivava o aumento do rendimento do trabalhador florestal através do aperfeiçoamento da técnica de trabalho em borracha silvestre e a vulgarização dos processos de exploração das árvores sem que fosse necessário destruí-las. A diversificação de opções para o trabalhador florestal também seria incentivada para que fosse possível o aumento da sua renda líquida.

O objetivo estabelecido pela Subcomissão Agrícola foi de alcançar, durante o quinquênio planejado, uma plantação total de 45.000 hectares de seringueiras que, quando adultas, produziriam 45.000 toneladas de borracha. Esse total, mesmo reunido à safra silvestre, ainda seria inferior às necessidades crescentes do país, que somente seriam atendidas no decorrer do segundo quinquênio.<sup>29</sup> A Subcomissão também previu um aumento de 50.000 hectares na área cultivada de juta durante o quinquênio.<sup>30</sup> Essa juta seria destinada à exportação, pois a safra produzida na Amazônia já alcançava o equilíbrio com o consumo local.

O grande intento, porém, era conseguir um rápido sucesso na exploração dos recursos naturais da Amazônia. Para isso foi projetado o apoio aos trabalhos científicos do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a criação do Centro de Pesquisas Florestais, que atuariam no reconhecimento de “centros de interesse”, concentrando as pesquisas em cima dessas possibilidades que resultariam em projetos de utilização industrial e comercial.<sup>31</sup>

#### *2.2.4 – O problema do transporte*

Só seria possível o zoneamento da região amazônica em núcleos de população com autonomia econômica e uma densidade demográfica considerável, se essas zonas pudessem ser atendidas por um sistema eficiente de transportes, ligando-as entre si e ao resto do país. Para atingir essa meta, o Plano Quinquenal estabelecia como prioridade o investimento no transporte fluvial para o interior da Amazônia e, em segundo lugar, o investimento em rodovias. A partir disso, pensou-se na construção de um sistema de transportes interiores que permitisse o deslocamento das safras produzidas em qualquer parte da Amazônia no sentido da calha do rio Amazonas, na necessidade de ligar a Amazônia por via terrestre ao Sul e Nordeste do Brasil como ajuda para incrementar o povoamento da região (pelo deslocamento de populações de áreas mais densamente povoadas), e para permitir a realização de seu

---

<sup>29</sup> Ibidem. p.90.

<sup>30</sup> Ibidem. p.91.

<sup>31</sup> Ibidem. pp. 91-92.



tráfego comercial de forma mais rápida e menos onerosa. Apesar disso, é interessante perceber que estava prevista a construção de apenas uma rodovia no estado do Amazonas, que ligaria Lábrea a Humaitá. O objetivo era ligar os rios Madeira e Purus, considerados os de maior futuro econômico no estado, e o escoamento da produção de carne bovina que seria intensificada nos Campos Gerais do Pussuary.<sup>32</sup>

### 2.2.5 – *O problema de distribuição de capital*

Outro fator de atraso para a região, sendo um obstáculo ao desenvolvimento de sua produção e aproveitamento dos seus recursos naturais, era a escassez e a má distribuição dos recursos financeiros. Devido às condições do meio geográfico e aos problemas enumerados anteriormente, a produção era realizada em condições e sob o peso de uma sobrecarga de despesas inúteis, que deveriam ser contornadas o mais rápido possível.

Criticando o sistema de aviamento<sup>33</sup>, um legado do período áureo da exploração extrativista da borracha, os técnicos da SPVEA apontavam o sistema de comércio no interior da Amazônia como a origem real dos altos preços vigorantes, mesmo com as dificuldades de transportes já apontadas. A situação atingia todos os agricultores, desde o que produzia gêneros capazes de ser exportados até o pequeno agricultor, para o qual a situação era ainda pior, pois este não encontrava nenhuma possibilidade de financiamento.

O comércio local, resultado da soma de condições de custos exorbitantes, declínio da produção e produtos desvalorizados, apresentava um balanço comercial totalmente desequilibrado, com um déficit de 300 milhões de cruzeiros por ano, em média. Isso acontecia devido à necessidade de comprar alimentos e produtos manufaturados de outros estados, cujos valores foram sextuplicados pela inflação, enquanto os produtos amazônicos como a borracha juta e castanha tiveram seus valores apenas triplicados, durante 15 anos (desde o fim da década de 1930 até o início da década de 1950).<sup>34</sup>

<sup>32</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **Primeiro Plano Quinquenal. v. 2.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955a. p. 43.

<sup>33</sup> Em geral funciona através de um intermediário, o aviador, que fornece o capital inicial (roupas, ferramentas, alimentação) ao trabalhador rural, o aviado, em troca da produção deste último. Pouco ou nenhum dinheiro entra nessa transação, o que faz com que as condições de exploração oferecidas pelo aviador mantenham o aviado em dívida perpétua com seu empregador. Mahar, Dennis J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia. Uma análise das políticas governamentais.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. p. 205.

<sup>34</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia.** Belém: Setor de Coordenação e Divulgação, 1954. p. 8.

### 2.2.6 – Saúde

O problema de saúde estava interligado com todos os outros aspectos da valorização regional, a começar pela dispersão, que constituía um sério impedimento à criação de condições sanitárias ideais pela dificuldade de contato entre o homem do interior e quaisquer dos instrumentos da ação saneadora: médico, hospital ou posto de saúde. Ademais, o Plano Quinquenal apontava as deficiências na produção alimentar e nos hábitos alimentares, além da falta de hábitos de higiene adequados, como aspectos graves para o problema da saúde.

O programa de saúde seria executado, por isso, paralelamente aos outros programas de recuperação da região, tendo o Plano Quinquenal traçado uma diretriz que, em linhas gerais, constava do seguinte:

- Serviços básicos de saneamento (construção de serviços de esgoto, abastecimento de água e melhoria das condições higiênicas das habitações na zona rural.)
- Serviços de Assistência Médico-Sanitária (construção de uma rede de hospitais e maternidades, assim como postos de higiene e serviço de assistência obstétrica domiciliar às parturientes das áreas não servidas por maternidades)
- Campanhas contra doenças transmissíveis.
- Serviços de assistência (alimentação de lactantes, gestantes e mães nutrízes, suplemento alimentar aos pré-escolares e escolares, iodetação do sal de cozinha em áreas de alta incidência do bócio.)
- Pesquisas de interesse médico-sanitário.
- Serviços de bioestatística, propaganda e educação sanitária.<sup>35</sup>

### 2.2.7 – Nível Cultural

O Plano Quinquenal almejava a criação de novas formas de educação, capazes de atingir todas as camadas sociais, oferecendo, de imediato, vantagens objetivas à população, preparando os trabalhadores a exercer suas funções de maneira qualificada e assertiva, em benefício de toda a comunidade. Um grande número de técnicas novas, de novos hábitos e concepções, deveria ser introduzido na vida dos trabalhadores, pois a quantidade de profissionais especializados era muito reduzida, inclusive nas maiores cidades. No interior, o homem rural continuava praticando os mesmos métodos de trabalho do começo do século XX, sem nenhum tipo de aperfeiçoamento. A preocupação com a educação de base consistia em

---

<sup>35</sup> Ibidem. p. 13.

disseminar esses novos hábitos às populações interioranas, com o intuito de atingir tanto os adultos quanto as crianças.

Outro objetivo do revigoramento da Amazônia, para a sua total integração aos níveis da vida cultural e econômica do resto do país, era a construção de um melhor nível educacional superior. A formação de técnicos para suprir as necessidades regionais, tanto em qualidade quanto quantidade, era primordial. Com a maioria das Faculdades da região amazônica em precárias condições, a construção de uma Universidade que desse verdadeira expressão às questões da Amazônia apresentou-se como a melhor fórmula. A Comissão de Desenvolvimento Cultural também reservou uma verba destinada a bolsas de estudos, como forma de acelerar a formação de técnicos diferentes para os mais diversos trabalhos exigidos. Como última etapa da política de educação e melhoramento do nível cultural, a SPVEA se encarregava da criação de bibliotecas, museus, publicações de obras científicas e filmes documentários, dando preferência aos que se relacionassem com a Amazônia.

Os membros da Comissão de Desenvolvimento Cultural, entretanto, estavam cientes que a meta era ambiciosa e que o tempo necessário para atingi-la era fundamental. No mais, muitas das providências programadas pelos planejadores provavelmente teriam de sofrer alterações substanciais, à medida que fossem sendo realizadas. A atenção à experiência prática seria preponderante para seu sucesso.

### **2.3 – O desempenho dos Superintendentes**

Antes de entrarmos nas análises a respeito dos Superintendentes da Valorização, achamos importante oferecer uma observação sobre o posicionamento dos jornais usados como fonte na dissertação. Foram selecionados três jornais do Rio de Janeiro, por sua relevância e por terem posições políticas diferentes entre si, para mostrar a repercussão do trabalho da SPVEA fora da Amazônia, na capital e centro político do país até a construção de Brasília. Houve então a possibilidade de produção de um contraponto e complementação com o material encontrado no tradicional e cinquentenário, à época, *Jornal do Comércio* de Manaus, utilizado como base para o estudo da recepção local ao trabalho da política de valorização regional.

*Última Hora* – Jornal diário e vespertino fundado no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1951 por Samuel Wainer. Foi criado para servir de porta-voz do getulismo junto à opinião pública. Pretendia ser “um jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo”,

governo esse que era considerado por Wainer um legítimo representante das classes populares. Comprometido com o PTB, lutava pela soberania nacional e pelo desenvolvimento econômico, combatendo os interesses estrangeiros na economia brasileira. Apoiou a construção de Brasília, fez oposição a Jânio Quadros, embora concordando com alguns aspectos de seu governo, como a política externa de aproximação com os países socialistas. Com a renúncia, o periódico empenhou-se na defesa da posse de João Goulart. Durante o governo Goulart, o *Última Hora* permaneceu fiel à sua tradição trabalhista, ficando ao lado do presidente até as vésperas do movimento militar que o depôs.<sup>36</sup>

*Jornal do Brasil* – Jornal diário e matutino fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Sua atuação era baseada em quatro atributos, que o definiam como um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”. Mantinha uma linha de discrição, não participando das campanhas radicais que envolveram o segundo governo de Getúlio Vargas. Defensor da livre iniciativa, o jornal não via com simpatia a existência da Petrobras e do monopólio estatal. Embora evitando o comprometimento partidário explícito, assumiu uma posição de crítica ao governo Kubitschek, acusando-o de corrupção e de responsabilidade por desmandos na construção da nova capital. Após a renúncia de Jânio, foi favorável à legalidade da posse de João Goulart, passando a sofrer censura imposta pelo governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Com a posse de Goulart, o periódico deu um crédito de confiança a seu governo. Os problemas econômicos e a maior inclinação do governo para a esquerda provocaram a ruptura definitiva do jornal com Goulart. Acreditando que a democracia encontrava-se ameaçada, passou a apoiar a intervenção militar como solução de emergência para a crise, por isso deu absoluto apoio à indicação do general Castello Branco para a presidência da República. Em seguida, apoiou seu governo, principalmente na área econômica.<sup>37</sup>

*Correio da Manhã* – Jornal diário e matutino fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt. Foi durante grande parte de sua existência um dos principais órgãos da imprensa brasileira, destacando-se sempre como um “jornal de opinião”. Sua linha política não tinha compromissos partidários e era orientada por uma nítida inspiração liberal. Mesmo sendo oposição, exerceu grande influência durante o segundo governo Vargas, chegando a pesar nas decisões políticas. Era inteiramente contra o monopólio estatal do petróleo, porém

---

<sup>36</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *Última Hora*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>. Acessado em 21 jan. 2017.

<sup>37</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acessado em 21 jan. 2017.

uma vez criada a Petrobras, passou a defendê-la enquanto patrimônio do povo brasileiro. Durante o governo JK, o jornal manteve-se contra a construção de Brasília, temendo um esvaziamento político no Rio de Janeiro. Após a renúncia de Jânio, fiel à sua tradição legalista, o Correio apoiou a posse de João Goulart, embora não concordasse com sua política herdada de Vargas. Essa atitude valeu ao periódico uma edição apreendida, por determinação do governador Carlos Lacerda, ex-jornalista da própria casa. Mais tarde, o jornal apoiou a derrubada de Goulart por desejar a resolução imediata da crise política. Depois do Ato Institucional nº 1, o Correio da Manhã percebeu que se partia para uma ditadura militar. Passou então a denunciar torturas e arbitrariedades.<sup>38</sup>

Em seu período de treze anos de existência, a SPVEA teve sete superintendentes e um interventor. O ano de 1961 foi particularmente conturbado, com a presidência da Superintendência tendo sido ocupada por quatro pessoas diferentes. Eis o tempo que cada um ficou à frente da SPVEA:

<b>Superintendente</b>	<b>Início - Fim</b>
Arthur Cezar Ferreira Reis	01/08/1953 – 12/12/1955
Waldir Bouhid	14/12/1955 – 31/01/1961
Aldebaro Cavaleiro De Macedo Klautau	01/04/1961 – 19/09/1961
Mário da Silva Machado	20/09/1961 – 25/10/1961
Mário Dias Teixeira	30/10/1961 – 28/03/1963
Francisco Gomes de Andrade Lima	29/03/1963 – 06/04/1964
Ernesto Bandeira Coelho	07/04/1964 – 03/06/1964
Mário de Barros Cavalcanti	04/06/1964* – 27/03/1967** <sup>39</sup>

**Tabela 1** – Tempo de cada superintendente à frente da SPVEA

\* A solenidade de posse ocorreu em 19 de maio de 1964, porém o início das atividades à frente da instituição se deu a partir de 04 de junho.

\*\* Mário Cavalcanti deixou o cargo já como Superintendente da SUDAM, instituída no ano anterior.

<sup>38</sup> LEAL, Carlos Eduardo. **Correio da Manhã**. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acessado em 21 jan. 2017.

<sup>39</sup> Relação dos superintendentes desde a sua fundação – SPVEA/SUDAM. Disponível:

[http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/acessoainformacao/institucional/arquivos/relacao\\_superintendente\\_s\\_desde\\_a\\_sua\\_fundacao\\_spvea.pdf](http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/acessoainformacao/institucional/arquivos/relacao_superintendente_s_desde_a_sua_fundacao_spvea.pdf). Acessado em 15 jan. 2016.

Obs: Há divergência de datas entre o arquivo consultado e a obra Da SPVEA a SUDAM (1964-1967), de autoria de Mário de Barros Cavalcanti. Preferimos adaptar a tabela conforme as informações obtidas nas páginas 19 e 22 da obra de Cavalcanti.

### 2.3.1 – Arthur Reis

O período de Reis à frente da SPVEA foi de preocupação com a montagem de um aparato técnico que pudesse contribuir, através de pesquisas científicas e estudos, para que a região descobrisse as riquezas escondidas na floresta e passasse a usá-las de forma eficiente. O pensamento era o de obter o conhecimento sobre a natureza para depois dominá-la. Consciente de que esse primeiro período seria tomado pelo empirismo, Reis sempre foi cuidadoso no sentido de lembrar que o projeto era de longo prazo e que não podiam ser esperadas grandes obras e realizações, já que essas estariam previstas para um momento posterior, no qual o conhecimento sobre a região estivesse mais completo. Apesar disso, a SPVEA começou a sofrer resistências, críticas e pressões desde muito cedo, como os ataques, através da imprensa de Belém, pelos quais o Programa de Emergência era criticado pelo reduzido tempo em que foi produzido “por uma comissão de Planejamento composta de leigos sobre a realidade amazônica”.<sup>40</sup> Além disso, o próprio Reis sofria acusações que careciam de provas como a de nomear 158 “afilhados” e fazer a SPVEA possuir “10 datilógrafas para cada máquina de escrever”.<sup>41</sup> Na festa em comemoração ao primeiro ano de funcionamento da Divisão de Manaus, Newton Vieiralves, chefe da Divisão, fez um discurso em que condenava as ações políticas que estavam acontecendo contra o órgão federal e seu Superintendente:

Desfigurada do ponto de vista econômico, desbaratada quanto à sua faculdade de recuperação, a Amazônia certo esperava que se operasse o milagre de Lázaro. Seus representantes, na sua quase totalidade exigiram demais do executivo da SPVEA. Desatendidos uns, em suas pretensões descabidas, investiram contra o seu Superintendente. Vingaram-se, agora, mutilando o planejamento técnico feito pela SPVEA para 1955. Traíram o sentido da Valorização Econômica da Amazônia em troca de uma distribuição liberal de favores. Desprezaram o que havia de austero na planificação que lhes foi dado examinar, transformando-a em inexpressiva folha de pagamento.<sup>42</sup>

Houve protestos dos estados e municípios desde o início dos trabalhos e durante todo o período de existência da instituição, por causa do atraso nos pagamentos de verbas para execução de obras e serviços. Arthur Reis, confirmando a demora na liberação das quantias demandadas, explicava da seguinte maneira a burocracia necessária para que fossem efetuados os pagamentos:

O que ocorre é que, de acordo com os próprios convênios, os pagamentos se processam em parcelas, geralmente quatro. A primeira paga no ato da assinatura, e a

<sup>40</sup> Ataques da Imprensa à SPVEA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 mar. 1954. 1º Caderno, p.2.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Com uma festa cheia de simplicidade, comemorou a Divisão da SPVEA o seu primeiro ano de atividades. **Jornal do Comércio**, Manaus, 21 jan. 1955. p. 6.

segunda em data convencionada; a terceira e a quarta, porém, somente depois de examinadas e aprovadas as contas relativas aos primeiros pagamentos. O processo pode ser lento e difícil, mas é seguro.<sup>43</sup>

A velocidade em reivindicar os valores a que tinham direito não era a mesma na hora de cumprir os deveres com a Valorização. A SPVEA não recebia integralmente nem da União, nem dos estados e nem dos municípios, o que acarretava inúmeras dificuldades para que suas obrigações pudessem ser cumpridas.

Assim, no ano de 1954, a União devia entregar ao Fundo de Valorização [...] Cr\$ 1.134.121.000,00 e os Estados e Municípios Cr\$ 30.000.000,00. Ora, a União apenas pagou Cr\$ 828.808.515,70 e os Estados e Municípios, Cr\$ 17.402.594,00. Dos Estados, é de assinalar-se, apenas o Pará e Mato Grosso atenderam ao dispositivo constitucional, aquele integralmente e este parcialmente. No ano em curso, não melhorou para a SPVEA a situação: a União pagou as quotas de janeiro a junho [...], o mesmo fazendo o Estado do Pará e alguns municípios de Goiás, Pará, Amapá e Amazonas.<sup>44</sup>

Os políticos e chefes dos Estados amazônicos não quiseram compreender que os investimentos feitos por eles, a longo prazo, serviriam para melhorar a região como um todo. Pressionando tanto a União quanto a Superintendência para resolver seus problemas internos, pretendiam ver seus pedidos atendidos prioritariamente, na tentativa imediatista de aumentar o próprio poder e influência local.

[...] sem consciência do que é o empreendimento, apegados às questões puramente locais, esqueceram que o objetivo do legislativo constituinte não fora a aplicação pura e simples de recursos da União sem disciplina conveniente, mas justamente as aplicações promovidas dentro das limitações e dos rigores de uma ordenação técnica. A região era um todo global. Os problemas é que deviam ser equacionados e resolvidos: mais graves num Estado, menos noutro. No planejamento, consideramos os problemas e não os Estados e Territórios<sup>45</sup>.

Um exemplo de pensamento voltado para a resolução de questões locais, em detrimento de uma obra de conjunto para toda a região amazônica, foi um projeto de Lei da autoria do deputado federal, pelo Território do Rio Branco, Valério Magalhães, em 1959. O deputado, que havia feito parte da Subcomissão de Saúde e sido o representante político do Território Federal do Rio Branco durante o período de Reis à frente da SPVEA, desejava que os recursos da Valorização fossem distribuídos igualmente, de forma imparcial, por todos os estados-membros da Amazônia, mesmo que isso prejudicasse empreendimentos maiores ou essenciais em outras localidades. A justificativa para o projeto era o combate à politicagem que, segundo ele, induzia os trabalhos da instituição:

<sup>43</sup> Grandes problemas da Amazônia, **Jornal do Comércio**, Manaus. 11 fev. 1955, p. 1.

<sup>44</sup> Dois anos de atividades da SPVEA no Amazonas. **Jornal do Comércio**, Manaus. 18 set. 1955, p. 5.

<sup>45</sup> REIS, Arthur César Ferreira. Prefácio. In: FERREIRA FILHO, Cosme. **Amazônia em novas dimensões**. Manaus: Editora Conquista, 1961.

A aplicação do Fundo de Valorização Econômica da Amazônia é feita, presentemente, sem base, atabalhoadamente, subordinadamente as mais das vezes, à influência política desta ou daquela unidade administrativa, com inegáveis prejuízos aos Territórios, principalmente. Por outro lado, o impacto direto das entidades econômicas instaladas nas capitais dos maiores Estados, força a financiamentos vultosos destinados a empreendimentos que reconhecemos necessários, mas cuja resultante é a diminuição das dotações atribuídas aos demais Estados e Territórios não contemplados por tais benefícios. Com a distribuição equânime que o projeto apresenta, esses empreendimentos continuarão a ser atendidos dentro, entretanto, dos limites das quotas atribuídas à unidade a qual os mesmos se destinam beneficiar.<sup>46</sup>

O constante embate entre o que era planejado pela Valorização e o que era desejado pelas elites locais, levou Arthur Reis a deixar o cargo de Superintendente do PVEA no final de 1955. Desgastado, Reis afirmou que sua saída foi causada “por exigência dos políticos”, cujos desejos e interesses não quis atender.<sup>47</sup>

### 2.3.2 – Waldir Bouhid

O segundo Superintendente da SPVEA foi o grande personagem da instituição. Foi durante a sua administração que surgiram os escândalos de corrupção e de desvio de dinheiro público.

Mineiro, Waldir Bouhid era médico sanitário e não um administrador de carreira, porém tornou-se um dos expoentes da administração Juscelino Kubitschek, sendo o responsável pelos primeiros anos de construção da rodovia Belém-Brasília. Havia sido deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD), presidente da Assembleia Legislativa no Pará e prefeito de Belém entre 1949 e 1950. Nos anos de 1953 e 1954 fez parte da Subcomissão de Planejamento de Saúde da SPVEA, e entre junho e agosto de 1955 assumiu a cadeira de senador como suplente do senador Magalhães Barata. Foi nomeado superintendente da SPVEA na rápida presidência de Nereu Ramos e mantido por Juscelino Kubitschek. Em 1956, novamente como senador após a eleição de Magalhães Barata como governador do Pará, renunciou ao mandato para continuar à frente da SPVEA.<sup>48</sup>

No ano de 1957, denúncias do deputado Coaracy Nunes (PSD/Território do Amapá) sobre irregularidades na SPVEA resultaram na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar malversação, pelo Superintendente, dos recursos atribuídos ao

<sup>46</sup> MAGALHÃES, Valério Caldas de. **O Rio Branco na Câmara**. [s.l.]: [s.n.], 1960. p. 30.

<sup>47</sup> REIS, Arthur César Ferreira. Prefácio. In: FERREIRA FILHO, Cosme. **Amazônia em novas dimensões**. Manaus: Editora Conquista, 1961.

<sup>48</sup> GUERRA, José Augusto. Perfil Waldir Bouhid, um mineiro na Amazônia. **O Observador Econômico e Financeiro**. nº 294, p. 14-16, ago. 1960.



órgão federal, além de outras suspeitas na administração da Valorização entre 1954 e 1957.<sup>49</sup> Em 30 de agosto, Coaracy Nunes deu depoimento à CPI declarando que a SPVEA exercia “um domínio econômico maléfico” à região amazônica em virtude da desorganização da instituição e do comportamento de Waldir Bouhid, que fazia política com os recursos destinados ao desenvolvimento regional. O deputado afirmou que vários prefeitos deixavam de receber as verbas a eles destinadas por não serem simpáticos ao Governador do Pará, General Barata. Nunes garantiu ainda que existiam vários casos de pessoas que receberam somas elevadas por serviços de natureza técnica e científica de necessidade duvidosa, para os quais não estariam qualificadas. Por fim, o deputado disse que não tinha nada contra o antigo Superintendente da SPVEA, Arthur Reis, a quem considerava um homem honrado.<sup>50</sup> Apesar de a CPI abranger parte do período em que Arthur Reis esteve à frente da instituição, o alvo das investigações era Bouhid.

As suspeitas contra Bouhid já haviam chegado aos jornais da capital brasileira um ano antes da abertura da CPI, quando o deputado federal amazonense pelo PTB, Áureo Mello, enviou uma carta ao diretor do jornal *Correio da Manhã* pedindo espaço para dar explicações sobre uma matéria que havia sido publicada. Acusando “um protegido do sr. Waldir Bouhid” de passar informações deturpadas, o deputado questionava os gastos da SPVEA com seu pessoal e afirmava que não quis, até aquele momento, requerer a constituição de uma CPI sobre a administração de Bouhid, pois tinha esperança de que o presidente Kubistchek teria a sensatez de substituí-lo antes de que tal medida fosse necessária. Ao finalizar a carta, Áureo Mello pede ao diretor do jornal que mande “um de seus abalizados redatores analisar a fundo esse reinado da SPVEA”, pois isso seria um favor ao povo do Brasil.<sup>51</sup>

Após o começo das investigações, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria com o seguinte título: “Descalabro na SPVEA”. Na matéria, o deputado federal pelo Amazonas, Riça Júnior (PTB), apresentava sérias acusações contra a SPVEA e seu Superintendente:

[...] uma organização nos moldes daquela, que movimenta milhões e milhões de cruzeiros, sem contabilidade, ou, o que é pior, mantendo uma contabilidade deficiente e confusa, como se houvesse uma intenção preconcebida de balburdiar tudo.<sup>52</sup>

<sup>49</sup> COUTINHO, Maria Laura; LINS, Maria Inês de Bessa; BRUSCO, Dílson Emílio. **Comissões parlamentares de inquérito: 1946 a 2002**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. 580 p. (Série documentos parlamentares; n. 150)

<sup>50</sup> Nas Comissões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1957, 1º Caderno, p.14.

<sup>51</sup> MELLO, Aureo. A SPVEA: Um escândalo brasileiro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 set. 1956. 5º Caderno, p. 1.

<sup>52</sup> Descalabro na SPVEA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1957, 1º Caderno, p. 14.

Na mesma notícia, Riça Júnior estranhava declarações de apoio a Bouhid feitas pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek. O Superintendente era apontado por uma comissão de contadores do Ministério da Fazenda como responsável pela má aplicação de mais de 166 milhões de cruzeiros, relativos a despesas não comprovadas ou com comprovantes inaceitáveis do exercício de 1956. A ex-poetisa e futura deputada Adalgisa Nery, dias antes, em sua coluna do periódico *Última Hora*, já havia censurado o comportamento de Juscelino:

Todos sabem que o Sr. Valdir Bouhid está no pelourinho de uma Comissão de Inquérito Parlamentar, na qual é acusado de escândalos administrativos de aspectos muito feios e sem redenção. Como vai a suprema autoridade do país declarar à imprensa que o dito réu “conta com seu integral apoio pessoal”? [...] Mais uma vez o sr. Juscelino podia poupar-se, deixando de dar o seu apoio pessoal e integral ao sr. Bouhid, presidente da SPVEA, justamente na hora em que este se encontra incomunicável com os conceitos morais.<sup>53</sup>

Em contraste com os jornais da capital federal, o *Jornal do Comércio* de Manaus enchia Bouhid de elogios, o que seria a tônica do periódico até o fim da SPVEA, qualquer que fosse o chefe da instituição.

Administrador consciente, capaz, dotado de alto espírito público e senso de responsabilidade [...] subordina seus atos num sadio desejo de acertar e de bem servir, sempre pautando seus atos por uma reta justiça. Chefe amigo, administrador capacitado de qualidades para o exercício de tão árduo mister, tem conseguido atravessar o superintendente Waldir Bouhid, com galhardia, todas as dificuldades encontradas em seu trabalho à frente da Valorização da Amazônia, indo, pouco a pouco, concretizando os pontos básicos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia [...]<sup>54</sup>

O periódico manauara não deu nenhum destaque às denúncias feitas contra o Superintendente e nem à abertura da CPI. Não sendo possível evitar o assunto completamente, manifestou apoio a Bouhid e à Valorização sempre que pôde.

Aliás, a relação de alguns estados e cidades amazônicas com o Superintendente da SPVEA, durante os anos de sucessivos ataques e fortes suspeitas contra seu trabalho, pode parecer paradoxal. Nesse período, Bouhid foi agraciado inúmeras vezes com prêmios e títulos, tais como Cidadão Honorário de Manaus, de Itacoatiara, de Belém, de Goiás, de Goiânia, de Anápolis e de Ceres. Recebeu ainda o Grau de Comendador da Ordem do Mérito da Aeronáutica pelos “relevantes serviços prestados à nação” e a Ordem do Mérito Tamandaré, num reconhecimento e homenagem do Presidente da República.<sup>55</sup> Essas atitudes podem ser

<sup>53</sup> NERY, Adalgisa. Autoridade e Irreflexão. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 12 nov. 1957. p. 3.

<sup>54</sup> Festejará a DM. 1 do SPVEA o 2º ano de administração de Waldir Bouhid. *Jornal do Comércio*, Manaus, 14 dez. 1957, p. 6.

<sup>55</sup> “Ordem do Mérito da Aeronáutica” nova honraria concedida a Bouhid. *Jornal do Comércio*, Manaus, 28 out. 1960. p. 6.

entendidas de duas maneiras: como uma forma pragmática de atrair a simpatia do chefe de um órgão que funcionava como um “superministério”, responsável por aprovar a distribuição de benesses em toda a região e, mais importante em um cenário nacional, sustentar a posição de que ir contra a SPVEA era ir contra a Amazônia. De fato, as elites amazônicas se sentiam excluídas e apequenadas em relação ao resto do país há muito tempo. As alegações incriminadoras que prejudicavam cada vez mais a reputação da Valorização eram vistas como tentativas de desestabilizar o trabalho feito na região e, principalmente, impedir o investimento no Norte, fazendo com que o dinheiro aplicado na região rumasse para outras atividades em outros estados do país.<sup>56</sup> Os políticos amazônidas que participavam dos ataques à SPVEA eram muitas vezes tratados como traidores da Amazônia. Os setores dominantes, mesmo decadentes, precisavam realçar a sua importância, mantendo a sua capacidade de influenciar os rumos do desenvolvimento regional. Nesse sentido, o *Jornal do Comércio* sempre teve um posicionamento nítido, atuando como propagador dos interesses políticos e econômicos do pensamento conservador amazonense.

Por isso, pode-se compreender atitudes como a da bancada do Amazonas na Câmara Federal, exaltando a figura de Bouhid após o mesmo ter recebido o título de Cidadão Honorário de Manaus em 1959. Deputados de diferentes partidos, tanto da situação, o PTB, quanto da oposição, casos de PSD e UDN, alinharam seus discursos em prol do Superintendente. Para Pereira da Silva (PSD), Manaus proporcionou um ato de justiça com um grande brasileiro e trabalhador; para Jaime Araújo (UDN), foi uma justa homenagem ao dinâmico Superintendente; segundo Arthur Virgílio Filho (PTB), a Câmara Municipal reconheceu os méritos e consagrou um homem público prestador de serviços à terra amazonense, que procurava, pelos meios ao seu alcance, fomentar o desenvolvimento econômico do Amazonas; Wilson Calmon (PSP) argumentou que houve uma merecida homenagem a esse grande amazônida.<sup>57</sup> Como adendo, deve-se observar também que nessa época, o estado do Amazonas vivia um período de paz com a Superintendência, assunto que será tratado no Capítulo 3.

De volta às suspeições a respeito dos investimentos federais na Amazônia, um setor que atraiu inúmeros ataques e desconfianças foi a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás), entidade criada dentro da estrutura administrativa da SPVEA e

---

<sup>56</sup> Um bom exemplo desse argumento foi o artigo intitulado Campanha contra a Amazônia, publicado no *Jornal do Comércio* em 1 de dezembro de 1960, p. 2.

<sup>57</sup> Membros da bancada amazonense na Câmara federal enaltecem o trabalho de Valdir Bouhid. **Jornal do Comércio**, Manaus, 15 dez. 1959, p. 8.

comandada pelo seu Superintendente. Em dezembro de 1958, a Rodobrás, em funcionamento há apenas seis meses, já era apontada como exemplo de corrupção pelo deputado estadual Ferro Costa (UDN/Pará), que também combatia o Serviço de Navegação da Amazônia e Portos do Pará, igualmente sob responsabilidade da Valorização amazônica:

Todos os negócios da Rodobrás se processam num clima das mais abomináveis facilidades. Nenhum contrato, nenhuma aquisição se processa ou se consuma mediante abertura de concorrência pública, muito embora as transações subam a centenas de milhões de cruzeiros. Por outro lado, o Serviço de Navegação da Amazônia e Portos do Pará (SNAPP) se tornou centro de arranjos partidários realmente vergonhosos. [...] só nos últimos dois anos, o SNAPP, que já era deficitário, admitiu de forma irregular mais de mil funcionários, dos quais nenhum por concurso.<sup>58</sup>

A importância da estrada, que unia a nova capital ao Norte do país, fazia com que sua construção fosse imprescindível para o governo federal. Por isso, a Belém-Brasília (também conhecida por Bernardo Sayão e BR-14, hoje BR-153) passou a ser prioridade para a SPVEA, o que causou um enorme alvoroço. Iniciada em agosto de 1958, logo foi alvo de questionamentos e contestações. Em junho de 1959, os deputados da Comissão Parlamentar de Valorização da Amazônia faziam restrições à SPVEA e ao modo como a estrada estava sendo construída. Queriam obter informações sobre o custo da obra.<sup>59</sup> Pouco mais de três meses depois, Ferro Costa anunciava que a BR-14 seria a mais cara do mundo: “um quilômetro daquela rodovia está custando o dobro do preço que comumente se paga em outras regiões do país.” O deputado salientou ainda que a SPVEA estava sendo dilapidada por negociastas e grupos políticos.<sup>60</sup> Em fevereiro de 1960, o senador amazonense Antóvilva Mourão Vieira (PTB) afirmava que o dinheiro da região estava comprometido por causa da Belém-Brasília, pois após os cortes feitos pela União, havia sobrado para a SPVEA apenas a quantia de 500 milhões de cruzeiros para investimentos em toda Amazônia, enquanto estavam destinados 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros somente às obras da rodovia.<sup>61</sup> Em outubro do mesmo ano, o deputado federal paraense Gabriel Hermes Filho (UDN) relatava que seriam utilizados em dois anos (a verba liberada em 1960 mais a estimativa para 1961) por volta de 40 por cento de todo o orçamento da Valorização da Amazônia somente na Belém-Brasília.<sup>62</sup>

<sup>58</sup> Negócio da Rodobrás. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 dez. 1958. 2º Caderno, p. 6.

<sup>59</sup> Três Deputados atrapalham votação da isenção para indústria automobilística. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 jun 1959. 1º Caderno, p. 5.

<sup>60</sup> Será a mais cara do mundo a rodovia Belém-Brasília. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 set. 1959, 1º Caderno, pp. 11 e 14.

<sup>61</sup> Congresso Nacional. No Senado. Críticas à SPVEA, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1960, 1º Caderno, p.6.

<sup>62</sup> Amazônia: sem verba nem planejamento, recuperação econômica é impossível. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 out. 1960, 1º Caderno, p. 11.

Bombardeado por críticas de todos os lados, Bouhid entregou a elaboração de um relatório de avaliação a uma empresa privada de assessoria técnica: a Consórcio de Planejamento e Empreendimentos S/A, sediada no Rio de Janeiro e com uma equipe técnica integrada por economistas, engenheiros, técnicos de administração, agrônomos, sociólogos, auditores “de provada idoneidade profissional”.<sup>63</sup> O curioso é o fato de a empresa ter tido apenas cinco meses para efetuar a análise de 7 anos de trabalho da SPVEA. Citando a própria empresa:

[...] esse prazo exíguo oferece a explicação básica da limitação com que certos temas foram tratados no corpo do documento. O ideal seria que tivéssemos podido cumprir um adequado programa de pesquisas [...] para chegar ao balanço rigoroso, perfeitamente funcional, do papel que a SPVEA desempenha na Amazônia.<sup>64</sup>

A avaliação, que englobou o período entre 1954 e 1960, resumiu os fatores de limitação da eficiência da SPVEA em dois: os fatores intrínsecos (relacionados à estrutura do órgão) e os fatores extrínsecos (definidos pelas relações externas que a SPVEA mantinha com outras entidades). Em relação ao primeiro, a empresa reconhecia que a Valorização não havia conseguido se estruturar eficientemente, sendo incapaz de atingir as metas estabelecidas pela Lei 1.806, tanto pela falta de pessoal técnico quanto pela natureza nem sempre racional dos métodos utilizados. Além disso, a própria estrutura administrativa da instituição gerava deficiências em sua atuação. O parecer cobrava que as ações de um organismo estatal do porte da Superintendência fossem baseadas somente em normas técnicas, tanto em suas atividades fins como na prática orçamentária. Consequentemente, criticava regras políticas que estavam presentes em seu funcionamento e que deveriam ser abandonadas. Infelizmente, o documento não faz nenhuma menção a quais seriam essas regras e nem como atrapalhavam os trabalhos, mas aponta como principal defeito a composição mista da Comissão de Planejamento, composta de diretores técnicos e delegados administrativos (os representantes de cada estado da Amazônia). “Muito difícil se torna, a um órgão assim composto, não enveredar pelas práticas que escapam às funções essenciais”.<sup>65</sup> A presença dos técnicos ficou restrita às chefias de serviço e, no entanto, devido ao volume de trabalho remetido à Comissão de Planejamento e outras seções, como o Setor Técnico e Orçamentário, a quantidade de especialistas ainda era muito pequena. Faltava à SPVEA um sólido quadro de profissionais de diversas especialidades para realizar os controles e orientação adequadas:

<sup>63</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. SPVEA (1954/60) – **Política de Desenvolvimento da Amazônia**. v. 1. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960a. p.11.

<sup>64</sup> *Ibidem*. p. 9.

<sup>65</sup> *Ibidem*. p.108.

[...] a SPVEA precisaria servir-se de um corpo de técnicos que em nenhum momento foi viável constituir. Tramitam na Comissão de Planejamento mais de 7 mil processos / ano [...] Como realizar a assistência e os controles técnicos, e mais a fiscalização financeira das aplicações de fundos, sem o “staff” conveniente?<sup>66</sup>

Entretanto, de acordo com o Consórcio, os fatores que mais prejudicaram o andamento das ações da Superintendência foram os fatores extrínsecos, que estavam fora do alcance da instituição, principalmente os conflitos de competência entre a SPVEA, o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP) e o Congresso Nacional. O DASP era apontado como principal culpado pelos problemas que abrangiam os programas de desenvolvimento regional elaborados pela Valorização, pois interferia na orçamentação de forma ilegal, cortando ou alterando dotações e fixando prioridades à sua vontade:

[...] é óbvio que o DASP está interferindo no próprio conteúdo do planejamento, e termina por planejar paralelamente ou por cima das atribuições legais (e sem atribuição legal) da SPVEA. Forçoso é reconhecer que o desempenho, por parte da SPVEA, da sua atribuição legal de promover o desenvolvimento regional está muito de perto afetado pelos controles e interferências do DASP e, por vezes, do Congresso Nacional<sup>67</sup> [...].

A relação entre DASP e SPVEA era determinada pelo artigo 25 do decreto que aprovou o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. De acordo com o Regulamento, o DASP apenas receberia a proposta de orçamento anual produzido pela Comissão de Planejamento em articulação com o Setor Técnico e Orçamentário da Superintendência. Após o recebimento, o documento seria anexado à proposta do Orçamento Geral da União e encaminhado ao Congresso Nacional.<sup>68</sup> Outro problema foi o repasse de encargos financeiros dos Ministérios da Saúde, Agricultura, Educação e Justiça para a SPVEA, que apesar de indevido, teria contado com o amparo do DASP.

Continuando, o relatório alega que a execução das obras planejadas foi repetidamente frustrada desde a entrega das primeiras parcelas da cota constitucional, causando reflexos profundos. Essa indisciplina teve origem, sobretudo, nos planos de contenção de despesas públicas da União, que dilatavam os prazos de entrega dos recursos à SPVEA e os orçamentos de execução. Em decorrência, os convênios não puderam ser cumpridos, sendo necessário abandonar centenas de programas específicos (que ficaram inacabados ou sequer começaram) e ainda executar outros com orçamento onerado:

---

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Ibidem. p.109

<sup>68</sup> BRASIL. Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953. Aprova o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF:10 out.1953, Seção 1, p. 17131.

Tornou-se comum o programa necessitar de ser recomeçado (caso, p.ex. de abertura de rodovias) cada vez que os duodécimos, todos fora do calendário da previsão, eram entregues para execução da despesa orçada. Igualmente se tornou comum que os orçamentos do programa fossem superados no bojo do processo inflacionário. Não é novidade assinalar que, em um país cuja moeda se desvaloriza em ritmo anual, às vezes de 18%, qualquer retardamento do dispêndio, isto é, qualquer perturbação na execução financeira do empreendimento exige pronto ajustamento dos valores da previsão, tumultuando a programação primitiva<sup>69</sup>.

Segundo o Consórcio, a SPVEA deixou de receber pouco mais de 4 bilhões de cruzeiros entre 1955 e 1960. Em vez de quase 18 bilhões, recebeu 13 bilhões e 800 milhões (números arredondados).<sup>70</sup> Apesar de toda dificuldade, a avaliação colocou o funcionamento da SPVEA como um fator de compensação, que impediu o agravamento do desequilíbrio econômico entre a região amazônica e o sul do país através de algumas mudanças estruturais, como a maior presença da indústria e da agricultura na formação da riqueza social.

É correto afirmar que o trabalho da Valorização lançou impulsos iniciais de mudança nas condições regionais de atraso, fazendo com que alguns fatores de estrangulamento do processo econômico, casos de energia elétrica e transportes, começassem a ser eliminados. A Superintendência foi responsável por inventários florestais através de convênios com a UNESCO para o conhecimento adequado da floresta e da utilidade das suas espécies, além de estudos para determinar a ocorrência de minerais no solo amazônico. Também fomentou a produção (e posterior distribuição) de sementes e mudas, principalmente a hévea, arroz e juta. Comprou navios de passageiros e carga (embora em número reduzido para o tamanho da Amazônia) e criou cinco novas linhas de navegação, reestabelecendo outras quatro. Distribuiu livros didáticos impressos por conta própria e montou bibliotecas. Em relação ao capital privado, financiou fábricas e empresas de papel; exportação de produtos regionais; pesca, redes e sacaria; tecelagem; frigoríficos; gelo; transporte aéreo de passageiros e alimentos; artefatos de borracha etc.<sup>71</sup> Todavia, por precisar operar primeiramente no domínio da pesquisa, a SPVEA não conseguiu executar realizações grandiosas e de ampla repercussão. Pará e Amazonas foram áreas preferenciais, com 23,7% e 21,2%, respectivamente, dos recursos aplicados pela SPVEA. As áreas amazônicas do Maranhão, Mato Grosso e Goiás, assim como os Territórios Federais, apresentavam um número menor de problemas e

<sup>69</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. SPVEA (1954/60) – **Política de Desenvolvimento da Amazônia**. v. 1. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960a. p.111.

<sup>70</sup> Ibidem. p. 67.

<sup>71</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. SPVEA (1954/60) – **Política de Desenvolvimento da Amazônia**. v. 2. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960b. Passim.

necessidades por atender, por isso tiveram menos investimentos financeiros.<sup>72</sup> No Amazonas os financiamentos concedidos se deram basicamente em energia elétrica (70%) e refinação de petróleo (20%).<sup>73</sup>

Mesmo ressaltando os fatores externos como os principais causadores de problemas para a instituição, a empresa enxergava como necessária uma reformulação administrativa, na qual deficiências estruturais, funcionais e operacionais deveriam ser corrigidas. Para isso, foram observadas inúmeras condições que impediam que os trabalhos andassem de maneira mais fluida e que causavam sobrecarga de determinados setores-chave:

- A SPVEA assumia, por vezes, tarefas diretamente executivas, executando obras e serviços, sem que suas características estivessem ajustadas para isso. Deveria centrar-se somente na elaboração dos planos, bem como a coordenação e fiscalização dos projetos.
- Exercia funções que pertenciam a outros órgãos regulares da administração pública, o que prejudicava a execução de suas funções principais.
- A Superintendência e a Comissão de Planejamento funcionavam como duas diretorias, com funções paralelas, o que gerava conflitos e burocratização desnecessários.
- O Superintendente era muito requisitado e tinha contatos demais (centralização excessiva)
- Existiam compartimentos estanques, deveria haver agrupamento de setores afins.
- Descentralização do setor técnico-orçamentário, que concentrava demasiadas funções.
- Falta de planos a médio e longo prazos e ausência de critérios objetivos para avaliação e classificação de prioridades de investimentos.
- Excessiva centralização de pagamentos na sede em Belém.<sup>74</sup>

Mesmo com a SPVEA atuando por meio de convênios, financiamentos e participação societária, faltavam ainda um conjunto de incentivos à iniciativa privada local nos ramos de produção mais necessários, como isenções tributárias e favores cambiais por parte do Governo Federal.<sup>75</sup> A legislação do imposto de renda que concedia benefícios fiscais às indústrias do Norte que aproveitavam ou utilizavam matéria-prima local, não era suficiente

---

<sup>72</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. SPVEA (1954/60) – **Política de Desenvolvimento da Amazônia**. v. 1. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960a. p. 85.

<sup>73</sup> Ibidem. p. 91.

<sup>74</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. SPVEA (1954/60) – **Política de Desenvolvimento da Amazônia**. v. 2. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960b. pp. 279-280.

<sup>75</sup> Ibidem. p. 283.



para atender aos objetivos de uma política tributária de desenvolvimento econômico regional.<sup>76</sup>

Ponto intrigante é que, após criticar a formação da Comissão de Planejamento por causa da participação dos representantes políticos, o Consórcio ofereceu um novo modelo estrutural que estabelecia o Conselho de Planejamento, repetindo a mesma estrutura já existente e mantinha a participação dos representantes políticos escolhidos pelos estados amazônicos.<sup>77</sup> Essa contradição talvez seja explicada pelo fato de, durante o processo de análise, ter havido a percepção de que não seria possível afastar as influências regionais das decisões tomadas pela Superintendência.

A própria SPVEA já tinha encomendado estudos anteriores para reformular sua estrutura administrativa. Uma comissão da Fundação Getúlio Vargas, no ano de 1955, elaborou um relatório no qual apontava deficiências e fazia recomendações. Entre as deficiências estavam a falta de uniformidade na capacidade de seu pessoal; a existência de prazos pouco razoáveis para a elaboração de documentos básicos, como o Primeiro Plano Quinquenal; o predomínio de membros não-técnicos na Comissão de Planejamento; excesso de funções sob a responsabilidade direta do Superintendente; e falta de comunicações adequadas e bem definidas entre todos os níveis da organização, ou seja, exatamente as mesmas apontadas alguns anos depois pelo Consórcio. Em 1959, a Superintendência atribuiu à Subcomissão de Coordenação, composta dos seis técnicos federais, o encargo de elaborar um anteprojeto de reestruturação da SPVEA que, se chegou a ser finalizado, não produziu nenhum efeito.<sup>78</sup>

Vamos agora destacar duas passagens do relatório de 1960 que demonstram que existiam também falhas importantes referentes à documentação do órgão. A primeira era sobre o controle que a SPVEA fazia, ou deixava de fazer, em relação à sua própria contabilidade. A segunda diz respeito às estatísticas da instituição acerca de seu próprio funcionamento:

Convém observar que um balanço adequado da ação da SPVEA importava em dispor-se de elementos de controle físico e contábil das obras, empreendimentos, serviços realizados ao encosto das aplicações do Fundo Constitucional. E esse controle inexistia [...]. Por isso as observações que instruem o balanço, por vezes, caem no domínio das generalizações. Outra ressalva está em que [...] os exemplos, que reforçam os conceitos gerais expostos, poderiam ser mais ricos e impressionantes, se

---

<sup>76</sup> Ibidem. p. 287.

<sup>77</sup> Ibidem. p. 449.

<sup>78</sup> BOUHID, Waldir. **Amazônia & Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Agência da SPVEA (Coleção Araújo Lima), 1960. pp. 32-34.

os materiais de informação (derivados da efetivação dos controles) fossem mais regulares.<sup>79</sup>

Os elementos dinâmicos gerados no sistema econômico, e especialmente no processo de desenvolvimento regional, sob o impacto da ação da SPVEA, apresentam-se, até aqui, de quantificação difícil, seja pela inexistência de dados estatísticos e contábeis devidamente sistematizados, ou pelo fato de vários investimentos se encontrarem ainda em fase inicial ou processo de maturação. Isso não impede a conceituação do problema ao nível dos efeitos primários dos principais empreendimentos, notadamente em indústrias e serviços básicos.<sup>80</sup>

Por fim, o trabalho realizado pela empresa não gerou nenhum impacto positivo sobre a situação da Superintendência e de seu chefe, com os dois continuando extremamente mal vistos. Em um conjunto de artigos intitulados “E a Amazônia, senhor Presidente?”, o jornalista e escritor Osório Nunes utilizou os dados expostos pelo trabalho de avaliação para criticar duramente o órgão e o governo federal. Classificando o relatório produzido como um livro de confissões da SPVEA,<sup>81</sup> Nunes constrói um cenário amazônico deprimente e comenta a respeito dos erros cometidos pelo país na condução da política de Valorização. Entre esses erros estavam a falta de um planejamento global, a displicência nos programas de energia, a ineficiência dos sistemas de transporte e de abastecimento de alimentos, o abandono dos seringais, entre outros.<sup>82</sup> “Logo viram os amazônicos mais avisados que a Lei 1.806 era inexequível na sua pretensão de abarcar, a um só tempo, toda a problemática da maior área-enigma do Continente”.<sup>83</sup> Para Nunes, houve desinteresse em relação a Amazônia e a tentativa de planejamento regional havia sido um fracasso até então: “é preciso remover os escombros do pseudoplanejamento que desabou na Amazônia, a fim de, sobre o terreno limpo, edificar uma programação regional eficiente”.<sup>84</sup>

No final de 1960, Bouhid havia anunciado que deixaria o comando da Superintendência no dia 31 de janeiro de 1961, alegando ter cumprido sua missão. Porém, isso não foi suficiente para que as investigações sobre a sua atuação fossem extintas. Houve agitados novos capítulos até 1962, mais de um ano após sua exoneração do cargo. Contudo, a

<sup>79</sup> SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. SPVEA (1954/60) – **Política de Desenvolvimento da Amazônia**. v. 1. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960a. p. 49.

<sup>80</sup> Ibidem. p.159.

<sup>81</sup> NUNES, Osório. E a Amazônia, senhor Presidente? De como não fazer um planejamento regional – Confissões da SPVEA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 2 jun.1961, 1º Caderno, p. 12.

<sup>82</sup> \_\_\_\_\_. E a Amazônia, senhor Presidente? De como se abandona um Império. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30 maio 1961. 1º Caderno, p. 13.

<sup>83</sup> \_\_\_\_\_. E a Amazônia, senhor Presidente? Um plano que não valoriza a Amazônia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 maio 1961, 1º Caderno, p. 12.

<sup>84</sup> \_\_\_\_\_. E a Amazônia, senhor Presidente? Um plano tateante. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 jun. 1961, 1º Caderno, p. 12.

forma como o *Jornal do Comércio* do Amazonas noticiou o fim da era Bouhid, foi mais uma vez em total descompasso com os acontecimentos:

Ao deixar a Superintendência, o dr. Waldir Bouhid entregará ao seu sucessor, um órgão reestruturado, trabalho que já está sendo elaborado, e q[u]e contará com a valiosa experiência do atual dirigente, maior daquele importante organismo, fruto de 7 anos de atividades ininterruptas na SPVEA, primeiro como membro da Comissão de Planejamento e após com[o] Superintendente.<sup>85</sup>

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, a SPVEA continuava a ser tratada como uma calamidade da administração pública e os pedidos de reestruturação do órgão ecoavam fortemente através da imprensa:

[...] os responsáveis pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, a começar pelo sr. Valdir Bouhid, adotaram as técnicas mais predatórias até hoje vistas na selva burocrática brasileira. Basta dizer que o Tribunal de Contas da União não conseguiu aprovar as contas de um só dos exercícios da administração Bouhid para perceber-se que a SPVEA precisa de uma limpeza em regra. [...] O Congresso Nacional tem muita responsabilidade, também, pelo que ocorre na Amazônia. Até agora, o Plano da SPVEA não foi tornado lei. A estrutura da SPVEA é inteiramente obsoleta. Os seus orçamentos são feitos para, pura e simplesmente, custearem órgãos federais e estaduais. Não se inserem num sistema de investimentos planejados para fins de desenvolvimento social. [...] Nos Estados vemos Belém sem energia, Manaus às escuras. Em toda região há uma crônica falta de energia, de meios de comunicação e de transportes. A retenção e o malbaratamento de verbas pela SPVEA contribuíram ainda mais para agravar os problemas da Amazônia.<sup>86</sup>

No decorrer de 1961, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, pediu punição a Waldir Bouhid faltando apenas três dias para que este entregasse o cargo. O motivo do pedido foi a falta de resposta, dentro do prazo fixado, as informações solicitadas pela Comissão de Supervisão de Órgãos Autônomos, a respeito de dez documentos exigidos pelo Tribunal de Contas da União sobre a prestação de contas da SPVEA referente ao exercício de 1959. O Tribunal considerou insatisfatórios os documentos enviados como comprovantes de despesas diversas.<sup>87</sup> Houve também uma sindicância instaurada pelo Presidente Jânio Quadros que acusava Bouhid de sumir com 4 bilhões da SPVEA, no que seria “o maior escândalo administrativo de que se tem notícia no país”. O Superintendente do PVEA era responsabilizado, por exemplo, de comprar e deixar abandonados 5 aviões e conceder empréstimos astronômicos a uma empresa de tecelagem do Maranhão.<sup>88</sup> O caso de maior repercussão foi a chamada Operação Bananal. Classificada como um empreendimento criminoso pelo Ministro da Justiça Pedroso Horta, foi o suposto emprego irregular de 350

<sup>85</sup> Waldir Bouhid: “Minha missão na SPVEA está cumprida”. **Jornal do Comércio**, Manaus, 22 dez. 1960, p. 8.

<sup>86</sup> A Amazônia desvalorizada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 mar. 1961. 1º Caderno, p. 3.

<sup>87</sup> Ministro da Justiça pede punição funcional para o Superintendente da SPVEA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1961. 1º Caderno, p. 5.

<sup>88</sup> Comissão diz que Bouhid sumiu 4 bilhões da SPVEA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 abr. 1961 1º Caderno, p. 12.

milhões de cruzeiros sem dotação orçamentária própria para tal. O ex-presidente da Fundação Brasil-Central, o coronel reformado da polícia militar de Minas, Nélio Cerqueira Gonçalves e Waldir Bouhid foram acusados de serem os responsáveis. Como não prestaram contas dentro do prazo legal de trinta dias após o fechamento do ano financeiro, ficou também caracterizado o crime de peculato.<sup>89</sup>

Alguns meses depois, o Ministro da Justiça Alfredo Nasser (a rotatividade no cargo foi grande em 1961) pediu a instauração de sete comissões de inquérito para apurar as inúmeras irregularidades da gestão de Bouhid à frente da SPVEA. Segundo o Ministro, praticamente em todos os setores de atuação da instituição foram praticados abusos. As mais importantes: ausência de estudos técnico-econômicos na concessão de financiamentos, efetuados apressadamente e por pessoas sem qualificação técnica; ausência de fiscalização quanto à finalidade dada aos empréstimos; negligência no recebimento dos juros referentes aos empréstimos feitos; falta de prestação de contas, que deveria ser mensal, relativas às obras da Belém-Brasília durante os anos de 1959, 1960 e 1961, num total de 5 bilhões de cruzeiros; valores milionários em contas particulares de funcionários da SPVEA; irregularidades em convênios e na aquisição e distribuição de tratores. Tudo estava sob suspeita. O Ministro concluiu apontando a administração da Valorização como “verdadeiramente ruínosa”.<sup>90</sup> A resposta de Bouhid foi apresentar uma queixa-crime contra Nasser por este promover “a difamação através do sensacionalismo publicitário” em torno do assunto. Acusou ainda a sindicância de atuar com o objetivo de inventar irregularidades na sua administração, para com isso, denegrir a obra de Juscelino Kubitschek através de seus auxiliares.<sup>91</sup>

Em junho de 1962, o Procurador-Geral da República arquivou o caso Bananal devido à total carência de razão para a continuidade da ação penal. A primeira acusação contra Nélio Cerqueira, de aplicação de verba ainda em tramitação no Congresso, foi desconsiderada pois o próprio presidente Jânio Quadros, no *Diário Oficial* em 22 de agosto de 1961, já autorizara esse tipo de ação. A segunda, uso irregular de verbas da SPVEA, não procedia simplesmente pelo fato da Ilha do Bananal fazer parte da Amazônia brasileira de acordo com a Lei 1.806/53. A terceira, falta de prestação de contas em tempo hábil, também não poderia prosseguir pelo

---

<sup>89</sup> Sentença aponta irregularidades na SPVEA e na F. Brasil-Central. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1961, 1º Caderno. pp. 8 e 12.

<sup>90</sup> Nasser pede sete inquéritos para irregularidades na gestão Bouhid na SPVEA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1962, 1º Caderno, p. 4.

<sup>91</sup> Bouhid diz que processa Nasser porque divulgou irregularidades na SPVEA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1962, 1º Caderno, p. 4.

fato do dispositivo legal que apoiava a acusação já ter sido revogado há anos.<sup>92</sup>

As sindicâncias e inquéritos iniciados no governo Jânio para apurar irregularidades e fraudes caíram no esquecimento. A falta de informações sobre o desfecho de cada uma delas nos levam a crer que foram arquivadas após a repentina ruptura ocorrida com a renúncia do Presidente, e a posterior crise política que se instaurou sobre o governo Goulart. A primeira CPI contra a SPVEA, ainda no governo JK, também havia sido arquivada após perder força por causa da trágica morte do deputado Coaracy Nunes (falecido em acidente de avião em 21 de janeiro de 1958), já que este foi o autor da denúncia que deu origem à Comissão.<sup>93</sup>

### 2.3.3 – Aldebaro Klautau e Mário Machado

O novo escolhido para chefiar a SPVEA assumiu em meio ao turbilhão que atingia em cheio a instituição. Aldebaro Klautau, professor e advogado paraense, já havia sido deputado estadual no Pará pelo Partido Social Progressista (PSP) e candidato a governador do mesmo estado em 1960. Segundo o *Jornal do Comércio*, (que havia anunciado que o próximo Superintendente receberia um órgão reestruturado) ao entrar na SPVEA, Klautau encontrou um legado de 1600 obras paralisadas em toda a região amazônica. Para tentar resolver o problema, o novo chefe do PVEA procurou retomar como prioridade, as operações de maior interesse coletivo.<sup>94</sup> Para demonstrar que iniciava uma nova era, o novo Superintendente trocou toda a Comissão de Planejamento, colocando em seus lugares “homens competentes, apolíticos e dedicados aos problemas da Amazônia”.<sup>95</sup>

A nova administração precisaria lidar com inúmeros desafios. O Pará, estado que tinha recebido a maior quantidade de recursos da SPVEA até então, e também sede da Superintendência, encontrava-se em uma conjuntura complicadíssima. Em um suplemento especial, o *Última Hora* fez uma enorme reportagem de sete páginas mostrando a situação “angustiosa e catastrófica” do Pará. O jornal publicou uma longa entrevista com o novo governador, Aurélio Correia do Carmo (PSD), na qual o político afirmava que só uma intensa

<sup>92</sup> Procurador opina pelo arquivamento do inquérito de Bananal. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 jun. 1962, 1º Caderno, p. 8.

<sup>93</sup> Líder da UDN explica: por que os comunistas preferem o PTB. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 set. 1958, 2º Caderno, p. 7.

<sup>94</sup> Através de um plano de prioridade, SPVEA dará prosseguimento às obras paralisadas. **Jornal do Comércio**, Manaus, 28 jun. 1961, p. 6.

<sup>95</sup> Klautau diz que resultado da sindicância na SPVEA é de estarrecer o país. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1961, 1º caderno. p. 10.

ajuda do governo federal tiraria o Pará do imenso atraso em que se encontrava.<sup>96</sup> Belém era classificada como “uma cabeça gigante num corpo mirrado”, com o custo de vida mais alto do país. Já os moradores do interior eram descritos como pessoas que viviam na miséria e abandono.<sup>97</sup> Nessa reportagem, o periódico *Última Hora* destaca em duas matérias, que soam como propaganda e provavelmente foram pagas, as empresas Paraense Transportes Aéreos e Fábrica de Cimento Carneiro. Apontadas como exemplos para o Brasil pela qualidade de seus serviços, o periódico menciona a SPVEA no caso da companhia aérea, dizendo ter ouvido o Superintendente Aldebaro Klautau e este ter garantido que a Paraense era uma das duas únicas empresas que sempre mantiveram em dia os pagamentos dos empréstimos conseguidos com a Valorização.<sup>98</sup> Em relação à fábrica de cimento, nenhuma menção a qualquer financiamento da SPVEA.<sup>99</sup> Ademais, Belém não recebia verbas da Superintendência para a luz desde 1959, o dinheiro que deveria ter ido para a iluminação da capital paraense foi todo aplicado na Rodobrás. Com isso, a capital do Pará teve que pedir empréstimo ao BNDE no valor de 150 milhões para investir na energia elétrica.<sup>100</sup>

No fim de junho de 1961 aconteceu um encontro entre Klautau e os governadores do Amazonas, Pará e Amapá com o objetivo de se prepararem para conversar com o Presidente da República. Nessa reunião, o chefe da Valorização disse que estava encontrando sérias resistências em sua luta para deixar o orçamento da SPVEA livre das “injunções político-partidárias”, fazendo um apelo para que os governadores da região o ajudassem. Acrescentou ainda que se houvesse qualquer corte de orçamento por parte da União, o que era comum acontecer, centenas de obras seriam interrompidas.<sup>101</sup> Apenas três meses após essa reunião, Aldebaro Klautau pediu exoneração.

O General Mário Machado exerceu a função de chefia da Valorização da Amazônia como interino, ficando no posto apenas 35 dias.

<sup>96</sup> Riquezas e Misérias da Amazônia. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1961. Suplemento Especial, p. 1.

<sup>97</sup> Gigantismo e Atrofia: Belém é uma cabeça de gigante num corpo mirrado. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1961. Suplemento Especial p. 5

<sup>98</sup> Meio milhão de bocas alimentadas por uma companhia de aviação. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1961. Suplemento Especial. p. 3.

<sup>99</sup> No Pará a mais moderna fábrica de cimento do Brasil. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1961. Suplemento Especial p. 8.

<sup>100</sup> DARWIN Brandão. A Notícia dia a dia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1961, 1º Caderno p. 2.

<sup>101</sup> Colonização e crédito são os temas da Amazônia no encontro com o Presidente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1961, 1º caderno, p. 4.

### 2.3.4 – Mário Dias Teixeira

No período em que comandou a SPVEA, Mário Teixeira tentou conciliar os interesses das classes políticas que comandavam a região amazônica. Teixeira se esforçou para que houvesse uma reformulação, tanto do governo federal quanto da própria SPVEA, na maneira de conduzir a política direcionada à Amazônia. Considerando que o caminho seguido até então estava errado e não atendia à realidade da região, chegou a afirmar que “sem o decidido e decisivo apoio dos homens públicos do país e da região amazônica, o cargo que ocupa lhe traz nenhuma sedução”.<sup>102</sup> Incomodado com a fragmentação das receitas, trabalhou para que houvesse uma união maior entre os estados, na esperança de que enxergassem a região como um todo, para um aproveitamento mais racional dos investimentos. Providenciou a compra de um grande terreno para que fosse construída a sede da Superintendência, já que quase 10 anos após sua constituição ainda não possuía sede própria, e seus funcionários estavam espalhados em diversos edifícios.<sup>103</sup> Durante sua temporada no órgão federal, teve que voltar suas atenções à rodovia Belém-Brasília, “em virtude do abandono a que a mesma foi relegada durante toda a administração Klautau”.<sup>104</sup> Na verdade, o governo de Jânio Quadros não teve muito interesse em investir na rodovia, que inclusive já tinha sido chamada por ele mesmo de “estrada para as onças” em fevereiro de 1959.<sup>105</sup> Nos anos de 1961 e 1962, o Superintendente foi envolvido na desordem sobre a responsabilidade pela construção da estrada. O governo de Jânio Quadros, através do decreto nº 50.272, de 15 de fevereiro de 1961, transferiu a Rodobrás, sob a responsabilidade da SPVEA desde 1958, para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Um ano depois, pelo decreto nº 628, de 23 de fevereiro de 1962, João Goulart devolveu a Rodobrás à estrutura administrativa da SPVEA. A aplicação de dinheiro público na rodovia também foi alvo de uma CPI, que investigava o emprego dos recursos do Plano Rodoviário Nacional. A Comissão de Inquérito tratava do abandono da conservação da rodovia e da transferência de materiais e máquinas para outras obras, o que causou enorme prejuízo aos cofres da União. As discordâncias entre a Valorização e o DNER levaram os responsáveis pelos dois órgãos a serem acareados com os integrantes das duas comissões militares, que levantaram e tomaram os equipamentos da Rodobrás quando de sua

---

<sup>102</sup> Superintendente do PVEA mobiliza opinião pública em defesa dos nossos interesses. **Jornal do Comércio**, Manaus, 22 de novembro de 1962, p. 1.

<sup>103</sup> Sede para a SPVEA. **Jornal do Comércio**, Manaus, 23 maio 1962, p. 1.

<sup>104</sup> Titular da SPVEA mostra a situação precária em que se encontra a Belém-Brasília. **Jornal do Comércio**, Manaus, 18 abr. 1962, p. 6.

<sup>105</sup> “Rodovia Belém-Brasília é uma estrada para as onças” diz Jânio Quadros. **Jornal do Brasil**, 24 fev. 1959, 1º Caderno, p. 4.

transferência para o DNER.<sup>106</sup> É importante salientar que o desvio de maquinário ocorreu durante o período em que a Belém-Brasília ficou sob responsabilidade do DNER. Depois do retorno da Rodobrás à SPVEA, as obras de recuperação foram retomadas. Em setembro de 1962, a rodovia recebeu uma comitiva de altas autoridades para conferência do trabalho realizado.<sup>107</sup>

Em sua busca para encontrar soluções para o mundo amazônico, Mário Teixeira conseguiu o apoio dos governadores do Amazonas, Amapá, Pará, Mato Grosso e Goiás, além de deputados e senadores amazônidas para implantar um novo Plano Diretor da Amazônia, que seria sustentado pelo seguinte tripé:

- a) novo planejamento à base de um critério seletivo dos problemas, considerando os breves e extensos efeitos de solução;
- b) reestruturação do órgão supervisor (SPVEA);
- c) adoção de nova estrutura financeira para a SPVEA, [...] através de um processo de antecipação de receita, por meio de empréstimos nacionais e internacionais.<sup>108</sup>

No entanto, não conseguindo avançar em seus propósitos e nem evitar os cortes bilionários no orçamento da Superintendência, Teixeira, completamente frustrado, pediu exoneração de sua função. Ao passar suas atribuições a Andrade Lima, qualificou a Valorização como um órgão inutilizador de homens e destruidor de ideais.<sup>109</sup>

### 2.3.5 – *Francisco de Andrade Lima*

Nomeado por João Goulart, o engenheiro Andrade Lima era um homem desconhecido na região amazônica. Sua escolha causou o descontentamento de toda a bancada da Amazônia, que desaprovou o seu nome exatamente pela falta de vínculo com a região.<sup>110</sup> Chegando a chefia do órgão federal em um momento em que era impensável a continuação dos seus trabalhos sem uma reformulação, Andrade Lima contou com o apoio integral do Presidente da República para elaborar um novo plano que modificasse o aparentemente inalterável perfil amazônico. O próprio João Goulart, em suas mensagens ao Congresso Nacional, nos anos de 1962 e 1963, já reconhecia a pouca relevância das práticas da SPVEA:

<sup>106</sup> Nas Comissões. Belém-Brasília **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 jun. 1962, 1º caderno, p. 7.

<sup>107</sup> Visitas de Altas Autoridades à Rodovia Bernardo Sayão (Belém-Brasília) Hoje Totalmente Recuperada Para o Tráfego Pelos Técnicos da Rodobrás. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 2 set. 1962. 1º Caderno, p. 14.

<sup>108</sup> SPVEA quer a revogação imediata do decreto que lhe tirou um bilhão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 mar. 1962, 1º Caderno, p. 3.

<sup>109</sup> De Frente de Perfil – Distribuidora de Homens. **Jornal do Comércio**, Manaus, 12 abr. 1963, p. 8.

<sup>110</sup> Interessado o Deputado José Esteves em valorizar os nossos produtos e industrializar a hinterlândia. **Jornal do Comércio**, Manaus, 15 jun. 1963, p. 8.



Na região Norte, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia é o órgão que detém as responsabilidades básicas do planejamento local. Apesar dos seus esforços, não logrou elaborar qualquer programa global. O I Plano de Valorização da Amazônia, preparado no início das atividades da SPVEA, não chegou a ser julgado pelo Congresso Nacional. Nesta área, os recursos públicos têm-se pulverizado em projetos isolados [...] A experiência de oito anos de funcionamento tem demonstrado a ineficácia da atual estrutura da SPVEA.<sup>111</sup>

Antes da nomeação de Andrade Lima, Goulart já enfatizava a reformulação geral de métodos e objetivos da SPVEA. Para uma integração regional consistente, planejava-se uma nova política federal de desenvolvimento para a região Norte baseada em três pontos:

- a) Reformulação da Lei nº 1.806 e do Decreto nº 34.132, atos constitutivos da SPVEA, reajustando a atual estruturação da entidade, de forma a dar-lhe atribuições definidas como órgão coordenador da política federal na área.
- b) Apresentação de um Programa de Emergência para execução imediata, considerando os projetos básicos e bem assim a articulação dos investimentos federais na região.
- c) Elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia, plurienal, compreendendo a totalidade dos investimentos federais na área e a coordenação de todos os incentivos à iniciativa privada.<sup>112</sup>

Um dos pontos que exigiam um tratamento diferenciado era o da economia gomífera. Em 1963, a Valorização estava sendo novamente apontada como a principal responsável pela situação de abandono dos seringais e de nada fazer em favor da borracha. “A SPVEA cruzou os braços e nunca deu maior atenção ao problema, o que fez com que os seringueiros que lá trabalham, na sua maioria, ficassem entregues à própria sorte por falta de assistência técnica e material”.<sup>113</sup> A visita do Ministro da Agricultura Ermírio de Moraes ao Amazonas jogou mais pressão sobre os trabalhos da Superintendência. Moraes se disse chocado ao observar a situação em que se encontravam os trabalhadores da borracha e da juta, chegando a afirmar que as condições de trabalho eram piores do que no tempo da escravidão. Acrescentou ainda que os escravos recebiam mais assistência de seus senhores para a preservação da sua capacidade de trabalho do que os trabalhadores do setor extrativista, cujos patrões não tinham nenhum interesse em melhorar suas condições de vida e de trabalho. Segundo o Ministro, apesar de existirem leis e inúmeros órgãos dedicados ao assunto, incluída a SPVEA, quase

<sup>111</sup> GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília: 1962. pp. 9-10. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-joao-goulart-1962>. Acessado em 14 dez. 2016.

<sup>112</sup> \_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília: 1963. p. 91. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-joao-goulart-1963/view>. Acessado em 14 dez. 2016.

<sup>113</sup> CARVALHO, Augusto César. Brasil: Cinquenta Milhões De Dólares Com Exportação de Produtos De Borracha. Caderno Especial. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 abr. 1963, p. 4.

nada havia sido feito até então. A seu pedido foi criado um Grupo de Trabalho para estudar melhorias para os trabalhadores da atividade extrativista.<sup>114</sup>

Lima começou o ano de 1964 recebendo elogios de deputados da Amazônia pelas boas condições da rodovia Belém-Brasília, mesmo depois de estragos causados por fortes chuvas. O encontro do chefe do PVEA com os parlamentares deu-se por causa da apresentação do seu Plano de Ação na Amazônia, previsto para ser executado em dois anos, à Comissão Financeira da Câmara Federal. Sua garantia era a de que a fisionomia econômica e social da região seria transformada, já que o Programa de Obras do Plano havia recebido total apoio de João Goulart. Os deputados amazônicos presentes mostraram-se satisfeitos com o trabalho feito por Andrade Lima, congratulando-o por seus esforços. O Superintendente aproveitou a ocasião para acusar o ex-Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, de discriminar a Amazônia, garantindo que este negou a liberação das verbas de 1963 para a SPVEA. O pagamento só ocorreu em março de 1964, após a entrada de Nei Galvão na pasta da Fazenda, que ocorreu nos últimos dias do ano anterior.<sup>115</sup> Apesar do empenho de Andrade Lima, um mês depois da exposição de seu projeto na Câmara Federal, a SPVEA recebia como interventor o General Ernesto Bandeira Coelho, colocado pelo governo golpista para apurar as irregularidades da instituição. Durante o período de intervenção, todos os trabalhos do órgão federal ficaram paralisados.

## 2.4 – O desrespeito à Constituição e à SPVEA

Antes de entrarmos na última fase de funcionamento da SPVEA, já no governo militar, enfatizaremos brevemente as principais dificuldades que a Valorização teve de enfrentar.

O governo federal nunca cumpriu integralmente o repasse de verbas a que a SPVEA tinha direito. A falta de pagamento era constante e os atrasos e descontos se sucediam. Em carta datada de 20 de setembro de 1955, o primeiro Superintendente da SPVEA, Arthur Reis, pedia ao Presidente da República, Café Filho, que houvesse regularidade na entrega dos recursos aos quais a instituição tinha direito:

Assim, Senhor Presidente, é necessário que o Ministério da Fazenda mande depositar no Banco do Brasil as quotas relativas ao mês de julho e agosto, razão por que tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar seja recomendado ao Senhor Ministro da Fazenda a providência em causa.<sup>116</sup>

<sup>114</sup> Criado Grupo de Trabalho para estudar situação dos trabalhadores da borracha. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 maio 1963, 1º Caderno, p. 9.

<sup>115</sup> Deputados Estão Coesos e Aplaudem Obras da SPVEA e Rodobrás na Amazônia. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1964, p. 3.

<sup>116</sup> REIS, Arthur César Ferreira. **Carta de Artur César Ferreira Reis a Café Filho sobre os recursos financeiros do Plano de Valorização Econômica da Amazônia**. Rio de Janeiro. Disponível em:

No mês de março de 1956, o Superintendente Waldir Bouhid reclamava os atrasados de quase um bilhão de cruzeiros que existiam desde o fim de 1954, acrescidos do período entre os meses de novembro de 1955 a março de 1956.<sup>117</sup> Em abril do mesmo ano, o deputado amapaense Coaracy Nunes (o mesmo da CPI sobre a SPVEA) ameaçava obstruir qualquer ação governamental, apoiado por toda bancada amazônica, caso o Ministro da Fazenda, José Maria Alckmin, não atendesse a região, pagando os atrasados a que a SPVEA tinha direito. Segundo o deputado, as verbas atrasadas vinham se acumulando desde 1953.<sup>118</sup> Não foi a única vez que houve uma tentativa de obstrução da pauta da Câmara Federal pela bancada amazônica. Em julho de 1963, quarenta e dois deputados da Amazônia retiraram-se do plenário, afirmando que só voltariam caso a União pagasse integralmente os três por cento determinados em lei para a Superintendência. A situação, no entanto, foi contornada por Tancredo Neves, que prometeu interceder junto ao governo federal.<sup>119</sup>

Além dos atrasos, os cortes no orçamento do governo federal também atingiam em cheio a SPVEA. No início de 1959, dos 3,4 bilhões que seriam destinados à instituição, houve o corte de 1,6 bilhão de cruzeiros, quase a metade do orçamento total.<sup>120</sup> A situação nos anos anteriores não havia sido diferente. Segundo Gabriel Hermes, do total de pouco mais de 13 bilhões de cruzeiros que a lei fixava à SPVEA no quinquênio 1954-58, foram entregues menos de 5 bilhões.<sup>121</sup> Na visão do deputado a região não estava sendo ajudada como se supunha, e a aplicação dos três por cento da arrecadação tributária nacional com destino ao desenvolvimento amazônico era um verdadeiro engodo. No início de 1964, Hermes apontava que do total de 12 bilhões de cruzeiros que deveriam ter sido entregues à Valorização no ano anterior, apenas 2 bilhões chegaram aos cofres do órgão, o que mal dava para cobrir os gastos com pessoal.<sup>122</sup>

O pior é que os estados e municípios da própria Amazônia desrespeitavam a Constituição. Em contrapartida, a SPVEA efetuava represálias, como a de agosto de 1958, contra o governo do Amazonas. A instituição suspendeu todos os pagamentos ao governo do estado, até que este prestasse contas das parcelas que já havia recebido. Bouhid afirmava que

[http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=ARQ\\_CF\\_C&pasta=CF%20c%201955.09.20](http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=ARQ_CF_C&pasta=CF%20c%201955.09.20).  
Acessado em 04 dez. 2015.

<sup>117</sup> Correio dos Estados. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1956. 1º Caderno, p. 4.

<sup>118</sup> Novo Sentido ao Plano de Valorização da Amazônia. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1956, 6º Caderno, p. 2.

<sup>119</sup> Flávio Tavares Informa de Brasília. Amazônia Obstruí. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1963, p. 4.

<sup>120</sup> Atingem o setor de obras públicas 42% do corte de 35 bilhões no Orçamento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 fev. 1959. 1º Caderno, p. 4.

<sup>121</sup> A situação na Amazônia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 jun. 1959, 1º Caderno, p. 5.

<sup>122</sup> Situação da SPVEA. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1964, p. 4.

o Amazonas estava há cinco anos recebendo verbas da SPVEA sem, no entanto, recolher ao Fundo de Valorização, os três por cento correspondentes à sua renda tributária.<sup>123</sup> Como resposta, em abril de 1959, o governador amazonense recém-empossado Gilberto Mestrinho, declarava que apesar dos cinco anos de existência da Superintendência, não havia uma obra no Amazonas que fosse de autoria da SPVEA. Criticando também o governo federal, Mestrinho afirmava que o Amazonas não havia sentido “coisa alguma de útil das patrióticas metas do presidente da República”, (referindo-se ao Plano de Metas de JK) e que estava convencido de que o Brasil terminava em Belém, sendo o Amazonas uma coisa à parte.<sup>124</sup> Como se vê, a SPVEA, além de não conseguir apoio suficiente do governo federal, também era questionada regionalmente.

Aparentemente, também não houve interesse em regulamentar o Primeiro Plano Quinquenal, que nunca foi estabelecido como programa de planejamento para a Amazônia. De acordo com Arthur Reis, isso fazia parte de uma estratégia para que o Plano Quinquenal não merecesse nenhuma atenção no Congresso Nacional.

E não mereceu, vamos falar francamente, porque não tinha este, como não tem, o menor interesse em que tal ocorra. É que, aprovado um planejamento, estará encerrada a possibilidade de atender aos interesses eleitorais, imediatos, dos políticos que não poderão mais utilizar o orçamento federal, na rubrica da valorização.<sup>125</sup>

Em 1959, o deputado federal Valério Magalhães, em seu discurso de estreia, alegava que o Plano Quinquenal havia ficado durante anos na Câmara Federal, sem sequer ser avistado. “Esse Plano, que deveria ser o primeiro dos quatro quinquênios, foi encontrado há poucos dias pela Comissão Parlamentar da Valorização Econômica da Amazônia, em uma gaveta, descaso cometido por essa própria Casa contra a Amazônia”.<sup>126</sup> Carlos Lacerda, deputado federal da UDN, pelo Rio de Janeiro, em aparte à fala de Magalhães, salientou que “quando um Plano como esse da Valorização Econômica da Amazônia é engavetado, é porque interessa ao Governo engavetá-lo. Esse é o ponto”.<sup>127</sup>

<sup>123</sup> SPVEA não paga mais ao Estado. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1958, 2º Caderno p. 9.

<sup>124</sup> Governador do P.T.B. diz que o Amazonas ignora metas de J.K. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1959, 1º Caderno p. 16.

<sup>125</sup> REIS, Arthur César Ferreira. Prefácio. In: FERREIRA FILHO, Cosme. **Amazônia em novas dimensões**. Manaus: Editora Conquista, 1961.

<sup>126</sup> MAGALHÃES, Valério Caldas de. **O Rio Branco na Câmara**. [s.l.]: [s.n.], 1960. p. 107.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 109.

## 2.5 – Golpe civil-militar e um final presumível

Como afirmamos, uma semana após o golpe civil-militar de 1964, o governo nomeou o general de divisão Ernesto Bandeira Coelho como interventor da SPVEA. Em seguida, o também general de divisão Mário de Barros Cavalcanti assumiu a direção da Superintendência, com esta passando à responsabilidade do recém-criado Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais.

### 2.5.1 – Mário Cavalcanti

Num primeiro momento houve a tentativa de recuperar a SPVEA, fazendo com que esta passasse a ser vista como uma instituição renovada e confiável. Por isso o foco inicial foi a reestruturação interna, antes que fossem tomadas as primeiras providências práticas referentes aos empreendimentos do órgão. Ficou decidida a necessidade de um novo plano de trabalho para guiar a Valorização, entretanto o planejamento não seria mais feito pelo Estado. Para isso, a SPVEA contratou os serviços da empresa Montor-Montreal Organização Industrial e Economia S/A, com sede no Estado da Guanabara<sup>128</sup> (que já havia vencido a licitação da Zona Franca de Manaus, como única concorrente). A empresa era especializada em consultoria e assessoramento técnico econômico, seu objetivo era supervisionar, coordenar e orientar trabalhos técnicos. No caso da Superintendência não houve licitação.<sup>129</sup> A previsão é que essa nova etapa, chamada de Plano de Ação Administrativa, fosse executada a partir de 1967.<sup>130</sup>

Em seguida, foram tomadas medidas de descentralização pelo Superintendente para tornar a Divisão de Manaus mais produtiva e útil, já que até então tudo era resolvido apenas na sede em Belém. Houve a autorização para a emissão de certificados de isenção fiscal para empresas localizadas no próprio Amazonas, assim como o pagamento de dotações a entidades amazonenses pela Divisão.<sup>131</sup> Essa medida era reclamada há bastante tempo, pois era preciso enviar representantes ou manter um procurador em Belém somente para receber da instituição.<sup>132</sup> Mário Cavalcanti também inaugurou a sede da Superintendência em Belém, que

---

<sup>128</sup> CAVALCANTI, Mário de Barros. **Da SPVEA à SUDAM**: (1964-1967). Belém: Sudam, 1967, p. 170-171.

<sup>129</sup> Economia, Perspectivas & Informações. **Jornal do Comércio**, Manaus, 20 jun. 1965, p. 4.

<sup>130</sup> CAVALCANTI, Op. Cit., p. 64.

<sup>131</sup> Divisão da S.P.V.E.A. foi autorizada a emitir atestados da Lei 4357. **Jornal do Comércio**, Manaus, 15 jul. 1965, p. 8.

<sup>132</sup> SPVEA fará pagamentos pela Divisão de Manaus. **Jornal do Comércio**, Manaus, 21 ago. 1965, p. 8.

finalmente teria seus funcionários trabalhando juntos, em vez de espalhados em mais de uma dezena de prédios públicos.<sup>133</sup>

O período de reformulação dos militares não foi isento de críticas. No início de 1965, o Governador do Acre, Edgard Cerqueira, pedia a extinção da SPVEA, alegando que esta não atendia ninguém e muito menos a Amazônia.<sup>134</sup> Em vários artigos publicados no *Jornal do Comércio*, o deputado federal Gabriel Hermes atacou as decisões do governo militar, cuja atuação em relação à Valorização da Amazônia não se diferenciava em nada do que vinha acontecendo antes de 1964. Resumidamente, o político paraense reclamava que a SUDENE continuava a receber muito mais do que a SPVEA, com regularidade e contando com benesses de investimentos privados, inclusive estrangeiros, que a Amazônia não tinha possibilidade de conseguir. Para piorar, mesmo esse orçamento reduzido continuava a não ser entregue pela União nem à Superintendência e nem à Rodobrás. Segundo Hermes, até setembro nada relativo ao orçamento do ano corrente, 1965, tinha entrado nos cofres das entidades. A região permanecia sem um plano de trabalho e investimentos.<sup>135</sup>

Também no *Jornal do Comércio* amazonense, uma longa matéria apontava que a proposta orçamentária para 1966 destinaria à Valorização da Amazônia 32 bilhões de cruzeiros, porém, o valor correto deveria ser de 138 bilhões. Além disso, a SPVEA receberia menos que a Fronteira Sudoeste,<sup>136</sup> com dotações no valor de 56 bilhões. Apesar do texto da notícia falar em favorecimento ao sul do país, também criticava a SPVEA, entendida como uma distribuidora “de verbas inúteis e contraproducentes que jamais deram rendimento à região” e os políticos nortistas, que não colocavam a Amazônia acima de seus interesses pessoais. Um dos raros ataques do periódico amazonense ao trabalho da Valorização.<sup>137</sup>

Quando o governo militar resolveu atacar os problemas da Amazônia de maneira mais objetiva, o fez colocando em vigor a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que extinguiu a SPVEA e criou a SUDAM.

---

<sup>133</sup> Novas instalações da SPVEA. Palavras do titular do órgão na solenidade de inauguração. **Jornal do Comércio**, Manaus, 7 jun. 1966, p. 5.

<sup>134</sup> Governador do Acre diz que a SPVEA deve ser extinta. **Jornal do Comércio**, Manaus, 9 fev. 1965, p. 3.

<sup>135</sup> As ideias de Hermes estão contidas nos respectivos artigos publicadas pelo *Jornal do Comércio*: A fala do Ministro, em 28 de julho de 1965, p. 2; A Amazônia vai mal, em 11 de setembro de 1965, p. 2; Os trilhões da República, em 19 de setembro de 1965, p. 1.

<sup>136</sup> Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste, órgão federal nos moldes da SPVEA, criado em 1956, que tinha por objetivo desenvolver os municípios localizados ao sudoeste dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Sua sede ficava em Porto Alegre.

<sup>137</sup> A Amazônia e o Orçamento da União. **Jornal do Comércio**, Manaus, 8 ago. 1965 p. 5.

### 2.5.2 – Os motivos para a extinção da SPVEA

A SPVEA, desacreditada há anos, passava a imagem de um órgão inoperante e corrupto. O consenso, não só entre os militares, mas entre a opinião pública em geral, era o de que a SPVEA não havia conseguido alterar em nada a fisionomia econômica da Amazônia.

Entre 1964 e 1966, Mario Cavalcanti produziu inúmeros relatórios destacando todos os aspectos negativos que se acumulavam sobre a Superintendência e que geravam um clima constante de permissividade e ilicitude:

Tal clima permitiu toda sorte de desmandos, tais como: desvios de verbas, favoritismos políticos, regionalismo estadual e municipalista, ascensão de grupos inescrupulosos, concessões graciosas, empreguismo, investimento desordenado de recursos, inoperância administrativa, desfalques, enfim, um vasto campo de negociatas e irresponsabilidades sob as mais variadas formas.<sup>138</sup>

Onze anos após a sua criação, a SPVEA ainda não possuía um corpo de técnicos capazes de fazê-la alcançar seus objetivos. Cavalcanti afirmava que em 1964 existiam no quadro de pessoal da instituição apenas 34 funcionários com nível técnico-científico, enquanto 581 funcionários exerciam atividades burocráticas.<sup>139</sup>

Ao contrário do Consórcio, que em 1960 apontou os fatores externos como os principais obstáculos ao bom funcionamento da SPVEA, os militares enxergavam que o seu principal problema era interno:

[...] o insucesso verificado não resultou da escassez, frequentemente invocada, de recursos federais entregues à Região, pois sobem à centenas de bilhões de cruzeiros [...]. Também, não se pode atribuí-lo à falta de tentativas de planejamento, de vez que, nesse terreno, algumas iniciativas foram registradas, a começar com o Primeiro Plano Quinquenal, de 1955, jamais implantado. Por último, seria igualmente incorreto ignorar os bem intencionados esforços no campo da pesquisa agrônômica e de recursos naturais da Região, assim como desconhecer que a SPVEA, órgão central da pretendida valorização, contou por vezes com administradores competentes e interessados. A análise da ação federal na Amazônia leva, antes, a concluir que as falhas observadas são, basicamente, de natureza estrutural [...].<sup>140</sup>

Essa afirmação está presente no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Amazônia (formado por Roberto de Oliveira Campos, Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica; João Gonçalves de Souza, Ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais; representantes da SPVEA e do Banco Central), que apresentou o anteprojeto de lei referente à criação da SUDAM ao Presidente da República, no fim de 1966. Podemos dizer que a parte que se refere aos recursos federais é, no mínimo,

<sup>138</sup> CAVALCANTI, Mário de Barros. **Da SPVEA à SUDAM: (1964-1967)**. Belém: Sudam, 1967. p. 46.

<sup>139</sup> Ibidem. p. 39.

<sup>140</sup> Ibidem. pp. 656-657.

incoerente, pois o próprio Superintendente, diversas vezes, de maneira marcante, nas avaliações contidas em seus relatórios anteriores, apontou o problema da falta de dinheiro como sendo o principal enfrentado pela instituição. Segundo o Superintendente, os entraves ao bom funcionamento do órgão federal, nos anos de 1964 e 1965, eram os mesmos que já vinham sendo combatidos praticamente desde o seu nascimento. Vejamos:

- A SPVEA funcionava como uma grande agência pagadora, com seus recursos manipulados por grupos interessados em fazê-la instrumento de prestígio local; havia centralização exagerada de poderes nas mãos do Superintendente, que resolvia e decidia tudo;<sup>141</sup>
- Transferência, de forma paulatina, de inúmeros encargos da administração pública na Amazônia, dos planos federal, estadual e municipal para a Valorização, aumentado as suas enormes responsabilidades. Enquanto as obrigações aumentavam, os recursos diminuía, “num paradoxo tamanho, que ensejava a desconfiança de que se pretendia liquidar, definitivamente, a instituição”. A crise financeira chegou a tal ponto “que a questão dos recursos orçamentários passou a dominar a problemática orgânica da Superintendência, reduzindo as demais deficiências a um plano bastante secundário”. Em relação aos três por cento constitucionais, os critérios de cálculo, ao longo dos anos, foram os mais variados, “ora tomando-se por base a estimativa da receita prevista para o ano seguinte, ora a arrecadação verificada no exercício anterior; ora ainda a receita prevista para o ano corrente”. Pouquíssimas unidades políticas amazônicas saldaram seus compromissos para com a Superintendência;<sup>142</sup>
- A SPVEA não conseguia competir com salários e melhores condições de vida em outras regiões, que acabavam atraindo os trabalhadores mais qualificados.<sup>143</sup>

No Relatório Geral de 1964, o Superintendente afirma que os planos de economia do Governo Federal retiraram da Amazônia aproximadamente 25 bilhões de cruzeiros entre 1954 e 1964.<sup>144</sup> No Relatório de atividades da SPVEA de 1965 há a informação que o Governo federal reteve e não entregou à SPVEA quase 34 bilhões de cruzeiros, enquanto pagou pouco mais de 63 bilhões entre 1955 e 1965.<sup>145</sup> Acreditamos que seja o valor de 1964 reajustado. Em 14 de junho de 1965, o Superintendente afirmava que a SPVEA não havia recebido, “até o

---

<sup>141</sup> Ibidem. pp. 21 e 24.

<sup>142</sup> Ibidem. pp. 40-43.

<sup>143</sup> Ibidem. p.62.

<sup>144</sup> Ibidem. p. 43.

<sup>145</sup> Ibidem. p. 62.



presente, mesmo já estando a expirar o primeiro semestre, um duodécimo sequer do orçamento”.<sup>146</sup>

O Superintendente também mostrava inconformidade com a desigualdade de tratamento dado à SPVEA, demonstrada na entrega do orçamento referente a 1965, fato que considerou de “indisfarçável gravidade”. Em comparação com o ano anterior, o orçamento da SUDENE tinha um aumento de 93,8%, o da Comissão do Vale do São Francisco um aumento de 34,8% e o da SPVEA irrisórios 0,05%, contrastando com sua despesa de custeio, aumentada em 300%.<sup>147</sup> Para obedecer o programa de cortes do Governo Federal, a SPVEA reduziu, em março, seu orçamento para o restante de 1966 em 20%. Mantendo inatingíveis as dotações para a construção da Belém-Brasília, a SPVEA cortou em mais de 30% as dotações para os outros setores: Agropecuária, Educação, Energia, Saúde, Transporte, Colonização e Povoamento.<sup>148</sup>

Outro questionamento nosso sobre o posicionamento do Grupo de Trabalho diz respeito a um empréstimo internacional feito pela SPVEA, algo que nunca havia sido permitido, um mês antes de ser extinta e substituída pela SUDAM (com a Selective Investments, de Nova York, no valor de 80 milhões de dólares, pagáveis em 13 anos, com taxa de juros de 7,5% no primeiro ano e 8% nos anos restantes).<sup>149</sup> Se o insucesso da Superintendência não resultou da escassez de recursos federais, para que o empréstimo?

Em relação aos feitos da instituição, em 1964 e 1965 a SPVEA concentrou seus recursos no setor de transportes e comunicações, com a intenção de evitar a fragmentação das verbas, abrangendo 58% do total das dotações, principalmente na conservação e término da BR-14. Para eletricidade o total foi de apenas 11%.<sup>150</sup> A conclusão sobre o trabalho realizado referente às empresas de energia elétrica dos estados amazônicos, desde os primeiros financiamentos, era a de que a ajuda da SPVEA serviu apenas para evitar o colapso do seu normal funcionamento ou o fracasso das obras de empreendimentos em início de construção.<sup>151</sup> O objetivo principal do órgão era finalizar a pavimentação da Belém-Brasília.<sup>152</sup> Ainda assim, faltava muito a fazer nas chamadas obras de arte, ou seja, a construção de pontes, viadutos etc. Em discurso proferido em 31 de agosto de 1966, por ocasião de visita do Presidente da República, o Superintendente elencou as realizações da

---

<sup>146</sup> Ibidem. p. 315.

<sup>147</sup> Ibidem. p. 132.

<sup>148</sup> CAVALCANTI, Mário de Barros. **Da SPVEA à SUDAM: (1964-1967)**. Belém: Sudam, 1967. p. 628.

<sup>149</sup> Ibidem. pp. 647-648.

<sup>150</sup> Ibidem. p. 78.

<sup>151</sup> Ibidem. p. 53.

<sup>152</sup> Ibidem. p. 310.

SPVEA a partir de 1964: a descoberta de um novo e rico distrito ferrífero no estado do Amazonas, a localização de grandes reservas de calcário nas margens da Belém-Brasília e de sal-gema no Maranhão, além da comprovação científica de que o solo amazônico possuía condições ideais para o cultivo das oleaginosas.<sup>153</sup>

No fim, para o governo militar, só uma intensa reformulação seria capaz de conseguir recuperar o ideal da Valorização, atraindo a confiança dos agentes políticos, investidores privados e da população. De acordo com Bueno, essa prática foi uma constante na reestruturação do Estado após os anos de regimes populistas: a criação de instituições visando o rearranjo funcional das instâncias do poder público, com uma grande concentração de poder no Executivo.<sup>154</sup> Para reestruturação da SPVEA foi decidido que seria melhor modificar a sua denominação, com o intuito de evitar a associação da nova administração com os graves erros do passado:

[...] a descrença que a acompanhou durante muitos anos de sua atuação na Amazônia, assim como as repetidas frustrações que sofreu, com inevitáveis reflexos no seu quadro de pessoal, seriam uma herança demasiadamente pesada na hipótese de se pretender outorga-lhe, com nova roupagem, o comando do processo de Valorização regional.<sup>155</sup>

A substituição da SPVEA pela SUDAM (Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966, que também revogou a Lei 1.806/53) foi um dos pilares da Operação Amazônia, um conjunto de instrumentos legais, adotados nos últimos meses de 1966 e o início do ano seguinte. Essa Operação regulamentou a Zona Franca de Manaus, criando sua Superintendência e o Banco da Amazônia, que substituiu o Banco de Crédito da Amazônia. Com isso, os incentivos fiscais foram ampliados, assim como os estímulos ao capital privado. Objetivava-se estabelecer um processo coordenado e intenso de ocupação territorial da região, visando finalmente integrá-la ao restante do país. A integração mostrou-se, mais uma vez, centralizada pelo Executivo Federal, com as principais decisões tomadas fora do espaço amazônico.

---

<sup>153</sup> Ibidem. p. 377.

<sup>154</sup> BUENO. Bruno Bruziguessi. **Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, n. 1, pp. 47-64, 2014. p. 60.

<sup>155</sup> CAVALCANTI. Op. Cit. p. 659.

## CAPÍTULO 3

### **O poder no Amazonas e sua relação com a SPVEA**

Com o objetivo de dar sequência às explicações sobre o desempenho da SPVEA, nesta parte da dissertação destacaremos, principalmente através dos discursos da classe política do Amazonas, as relações estabelecidas entre o estado e a Valorização para o enfrentamento dos grandes problemas estruturais da sociedade amazonense das décadas de 1950 e 1960. Demonstraremos como as contradições referentes ao funcionamento da instituição, elucidadas no capítulo anterior, como o excesso de burocracia, centralização demasiada, o não recebimento de verbas, fragmentação de recursos, entre outros, apareciam em sua interação com o estado do Amazonas. A partir dessa análise é possível compreender aspectos importantes acerca dos esforços para uma revitalização estadual: o quanto a ação de uma instituição como a SPVEA era necessária e ansiada, a enorme esperança que o órgão despertou e a decepção generalizada quando seu desempenho passou a ser considerado muito abaixo do esperado. É outro intuito do capítulo contribuir para o entendimento das práticas da política regional, muito criticada pelos superintendentes, porém de forma velada tanto em suas falas quanto na documentação oficial. Não é a intenção adotar um tom alarmista para enfatizar os anos da chamada “estagnação econômica”, até porque não concordamos com essa definição (assim como outros estudos que contestam essa visão) e sim expor o cenário da época e a atuação dos poderes responsáveis. Tampouco pretende-se fazer qualquer tipo de julgamento sobre quais administrações foram melhores ou se o uso do dinheiro público foi feito de maneira mais eficiente por determinado governador ou grupo político.

#### **3.1 – A situação do Amazonas**

No começo da década de 1950, o Amazonas encontrava-se em circunstâncias complicadas em todos os aspectos. Sua economia estava presa à indústria extrativa, praticamente não existia pecuária e a agricultura exibia rendimento apenas local. Não existia crédito ou qualquer tipo de financiamento regular para projetos industriais ou o custeio de safras. Seu sistema de transportes era precário e antiquado. Como visto no capítulo anterior, o Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA prometia combater todos esses problemas, que não eram exclusividade do Amazonas e sim inerentes a toda região amazônica.

Osório Nunes retrata o Estado do Amazonas como “uma terra para pioneiros”<sup>1</sup> e faz uma análise de como o solitário crescimento de Manaus, em detrimento ao resto dos municípios, prejudicava o Estado como um todo, já que incentivava a fuga do interior para a capital:

A concentração das riquezas e das vantagens na capital ampliava as correntes do êxodo. Para sustentar os crescentes serviços na capital, era preciso extrair e negar maiores recursos ao interior. Consequentemente o Estado evoluiu, cada vez mais, para a condição de um órgão caro, entre a União e os Municípios, preocupado em haurir proventos para a manutenção de sua sede.<sup>2</sup>

Essa dinâmica criava um ciclo no qual o dinheiro arrecadado não voltava para nenhum tipo de investimento ou melhoria nas depauperadas cidades interioranas que, cada vez mais decadentes, continuavam a perder população para a capital. Esse deslocamento prejudicava ainda mais a economia local, fazendo com que diminuíssem os produtores e aumentassem os consumidores dentro do estado, já que Manaus era uma cidade que funcionava apoiada nos serviços públicos e no comércio. Preso a essa série de eventos, o Amazonas, dependia cada vez mais de recursos federais para superar a crise financeira, que parecia interminável.

### 3.2 – Os Governos Estaduais

Entre 1946 até 1954, a política amazonense estava dividida entre dois partidos: o Partido Social Democrático, cuja principal liderança era Álvaro Maia, e a União Democrática Nacional, que contava com o senador Severiano Nunes como seu nome de maior força. Ambos os partidos, apesar de adversários, representavam as elites agrárias do Amazonas. O Partido Trabalhista Brasileiro aparecia apenas como a terceira força política do estado. A partir da década de 1950 seu grande líder foi Plínio Ramos Coelho, eleito governador pela primeira vez após conquistar a confiança das classes trabalhadoras. O PSD e a UDN contavam com a ampla maioria dos parlamentares estaduais e federais e somente a partir de 1954 é que o PTB obtém um crescimento considerável, elegendo, além do governador Plínio Coelho, dois senadores, Antóvilva Mourão Vieira e Vivaldo Lima, quatro deputados federais e onze deputados estaduais.<sup>3</sup> A partir de então, o PTB passa a dominar a vida política amazonense, vencendo três eleições seguidas.

---

<sup>1</sup> NUNES, Osório. **Introdução Ao Estudo Da Amazônia Brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1951. p. 61.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>3</sup> TORRES, Iraíldes Caldas. **Arquitetura do Poder**: memória de Gilberto Mestrinho. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 83.

Durante o tempo de funcionamento da SPVEA, entre 1953 e 1966, o poder político no estado do Amazonas esteve nas mãos de quatro homens públicos. Foram eles Álvaro Botelho Maia, Plínio Ramos Coelho, Gilberto Mestrinho e Arthur César Ferreira Reis.

### 3.2.1 – Governo Álvaro Maia

Álvaro Maia foi interventor do Amazonas de novembro de 1930 a julho de 1931; governador constitucional de fevereiro de 1935 a novembro de 1937; novamente interventor durante o período do Estado Novo, de novembro de 1937 a novembro de 1945 e governador, por votação direta, de janeiro de 1951 a junho de 1954. O último mandato foi abandonado antes do término para que Maia pudesse concorrer ao Senado, cargo para o qual não conseguiu ser eleito. Maia foi integrante do PSD no Amazonas desde a sua fundação, sendo membro de sua comissão central.<sup>4</sup> Sua liderança política foi consolidada com o apoio das “classes conservadoras amazonenses”, formadas por comerciantes, principalmente exportadores e aviadores, cujos interesses estavam ligados à extração e comercialização da borracha.<sup>5</sup>

A publicação da Lei 1.806, em janeiro de 1953, trouxe alívio e confiança para o governo amazonense. Acreditava-se que a partir de então, a Amazônia deixaria de ser uma região esquecida pelo poder público federal e que sairia finalmente dos anos de crise instaurados desde a década de 1910. Álvaro Maia, em sua Mensagem à Assembleia Legislativa do Amazonas, em 15 de março de 1953, referia-se à Superintendência como uma conquista de todo o país, ressaltando que não se estava fazendo um favor para a região.

A nação, assim, não oferece à Amazônia depauperada e empobrecida um presente régio de mão beijada. Coopera sim, fraternalmente, para o seu fastígio de amanhã, aguardando a compensação larga que advirá do gesto generoso. [...] Certamente a Amazônia, que não se amesquinha em sentimentos de ingratidão, revelando-se, ao contrário, sempre grata a quem lhe presta o braço forte nas suas legítimas reivindicações, saberá corresponder pelo trabalho diuturno dos seus naturais, por seus sinceros anelos progressistas, aos enormes benefícios que derivarão do sábio plano, delineado para vitalizar a vastíssima área brasileira em que nos integramos. Objetivamos, acima de tudo, servir à Pátria com o desvendar de riquezas ainda

<sup>4</sup> BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. p. 66.

<sup>5</sup> SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia**. Tese de doutorado, História, Universidade de São Paulo, 1996. p. 5.

ignoradas, que serão de todos, porque todos devemos trabalhar para o Brasil sem preocupações egoístas.<sup>6</sup>

A criação da SPVEA pegou o mandato de Maia já em sua fase final. O governador sabia que ainda seriam feitos amplos estudos sobre a região e que as atividades práticas demorariam a acontecer. Portanto, seu governo deveria contar só com a arrecadação estadual para resolver os inúmeros problemas já existentes:

É certo, senhores Deputados, que nos alentam as grandes esperanças do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que nos dará braços que nos ajudem a povoar o nosso deserto; mas já vos disse que essa linda miragem ainda nos sorri de longe, pois que a burocracia e a técnica consumirão todo este ano de 1953 em demorados estudos, e nós temos de pautar a vida do Estado sem delongas, dentro do realismo duro da hora atual.<sup>7</sup>

Apesar de raros momentos em que a situação econômica amazonense teve uma melhora, como no período da Segunda Guerra, essa melhora foi efêmera e não mudou o panorama vigente até então. O impacto da desagregação do sistema extrativista, após a Batalha da Borracha, obrigou Maia a enfrentar o êxodo dos seringais em direção a Manaus e, paralelamente, o agravamento das tensões urbanas.<sup>8</sup> O orçamento alarmantemente deficitário não dava margem ao governo estadual para investir na recuperação de suas construções e nem na melhoria dos serviços oferecidos. As repartições públicas encontravam-se em aspecto lastimável, com seu funcionamento severamente prejudicado pela falta de condições de execução de um trabalho minimamente adequado. Faltava de tudo nas instituições estaduais: “material de expediente, instalações apropriadas, pagamentos pontuais a credores, sedes com as necessárias condições de segurança, tudo enfim quanto faz mister ao desempenho cabal dos labores administrativos”.<sup>9</sup> Para piorar, a falta de ajuda da União, que não acolhia os pedidos feitos pelos políticos amazonenses, era constante motivo de reclamação por parte do governo.

Ainda formamos infelizmente no grupo dos Estados sem grande voz nos altos conselhos da Nação, onde tudo se aquilata e pesa pela importância política, representada na expressão numérica das bancadas parlamentares e na pleora dos votos decisivos que lhes propiciam quanto desejam ou quanto ambicionam. Enquanto formos os habitantes de um deserto, nossos brados não terão eco.<sup>10</sup>

A falta de recursos atingia principalmente a capital, Manaus, que era o coração do estado e concentrava praticamente todas as repartições oficiais. Vários edifícios encontravam-se literalmente caindo aos pedaços. Um exemplo era o Colégio Estadual do Amazonas, que

<sup>6</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1953 (Álvaro Maia). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas, em sua sessão de abertura em 15 de março de 1953 pelo Governador Álvaro Maia**. Manaus: Imprensa Oficial, 1953. p. 4.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>8</sup> SANTOS, Op. Cit. p. 135.

<sup>9</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1953 (Álvaro Maia), Op. Cit. p. 119.

<sup>10</sup> Ibidem, pp. 119-120.

precisava de reparos urgentes e que não puderam ser realizados por causa da situação financeira do Estado.<sup>11</sup> Outro exemplo era o da Imprensa Oficial, cujo prédio estava em completa ruína, sendo denominado de “câmara de infecção e disseminação de micróbios e propagação de doenças infectocontagiosas”. As tentativas de conserto empreendidas pelo governo não haviam dado resultado até então. “Tudo ali se desmorona, não resistindo sequer aos mais laboriosos reparos, nos quais se consomem largas somas. Velhas máquinas com que se tenta um milagre de funcionamento, voltam logo à sua inutilidade completa [...]”.<sup>12</sup>

Os serviços disponibilizados pelo poder estadual apresentavam a mesma situação de abandono. O Serviço de Socorros de Urgência, responsável pelo atendimento da saúde pública, sofria com a falta de veículos para transporte de enfermos, gestantes e acidentados já que as duas únicas ambulâncias em uso encontravam-se em estado precário.<sup>13</sup> Os Serviços Elétricos do Estado funcionavam a base de lenha e, deficitários e falhos, eram tidos como “um tormento na administração”. As obras de construção de novos motores para a expansão da oferta de energia para a capital foram interrompidas inúmeras vezes, por falta de material.<sup>14</sup>

O Amazonas devia a fornecedores, hospitais, orfanatos e duodécimos destinados a repartições.<sup>15</sup> A despesa autorizada para o restante do exercício do ano de 1953 era de quase 230 milhões de cruzeiros, enquanto as receitas não passariam, na melhor das hipóteses, de 140 milhões.<sup>16</sup> Até o fim da gestão de Álvaro Maia, o governo do Estado sofreu para tentar colocar seus compromissos em dia.

A situação grave de nossas finanças não permite venha sugerir medidas inexecutáveis, pela carência absoluta de rendas, não consente obras novas, nem mesmo gastos maiores com a conservação dos prédios existentes; insuficiente ao pagamento do funcionalismo, ainda mesmo englobadas totalmente para esse fim, não podem cobrir com pontualidade, as obrigações de despesas elementares aos fornecedores, pacientes e generosos com as dificuldades do Estado.<sup>17</sup>

A deficiente situação econômica levou a Prefeitura de Manaus a recorrer a um empréstimo do Banco do Brasil, pois só assim conseguiria quitar os vencimentos atrasados de seus funcionários. Na realidade, os empréstimos eram uma “solução” corriqueira na administração pública amazonense. Só entre 1947 e 1953, o estado do Amazonas fez 354 empréstimos junto à Caixa Econômica Federal em benefício somente da capital. Ainda assim,

---

<sup>11</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>15</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1954 (Álvaro Maia). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas, em sua sessão de abertura em 15 de março de 1954 pelo Governador Álvaro Maia.** Manaus: Imprensa Oficial, 1954. p. 191.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>17</sup> Ibidem, pp. 3-4.

existiam pendentes, em fase de aprovação, mais 39 pedidos de empréstimos, para construção de casas próprias.<sup>18</sup>

O ano de 1953 foi particularmente problemático devido à enchente, a maior registrada nos últimos cinquenta anos, que atingiu de maneira intensa 13 municípios amazonenses. Com a devastação causada pelas águas, começaram a faltar em Manaus e outras cidades do interior leite, ovos, macaxeira, banana, assim como outros alimentos frescos e essenciais para a população.<sup>19</sup>

Diante de tantas adversidades, o governo do Estado recebeu com enorme satisfação a nomeação de um amazonense ilustre, Arthur César Ferreira Reis, como Superintendente do PVEA. Para colaborar com os trabalhos da Superintendência, em dezembro de 1953 uma comissão foi formada para a coordenação dos subsídios destinados à elaboração do Programa de Emergência, na parte referente ao Amazonas. Essa comissão, chefiada por Cosme Ferreira Filho, foi integrada de “figuras representativas do comércio, da indústria, da administração e de outros setores mais importantes da economia amazonens”.<sup>20</sup> Com a formulação do Programa de Emergência, do total de 260 milhões de cruzeiros distribuídos para toda a região amazônica, coube ao Amazonas a quantia de pouco mais de 46 milhões de cruzeiros, que para o governo do estado era uma “cifra apreciável e que nos colocou em condição privilegiada.” Para a formulação do Plano Quinquenal, outra comissão coordenadora de subsídios foi constituída, dessa vez sob a presidência do advogado e ex-deputado federal João Nogueira da Mata.<sup>21</sup>

O ano de 1954 começou com boas notícias para o Amazonas. O Instituto de Pesquisas da Amazônia teve sua implementação concretizada e foi instalada a divisão da SPVEA em Manaus, com jurisdição no estado do Amazonas e Territórios do Rio Branco, Acre e Guaporé. Além disso, houve a inauguração oficial do aeroporto de Ponta Pelada, em Manaus, pelo presidente Getúlio Vargas. Antes só existia um aeródromo no local, ainda do tempo da Batalha da Borracha, que estava recebendo obras para ser ampliado e tornar-se um aeroporto em condições de receber voos internacionais. No entanto, as obras só puderam prosseguir devido a cooperação material prestada pelo industrial amazonense Adalberto Ferreira do Vale, bem como a ajuda de Isaac B. Sabbá, que emprestou, para que não fossem paralisadas as operações, uma caldeira da usina de pau-rosa de sua propriedade.<sup>22</sup> A SPVEA foi responsável pela

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 193.

<sup>19</sup> Ibidem, pp. 23-24.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 22.



liberação de seis milhões de cruzeiros para a obra de ampliação do aeroporto. No entanto, vale ressaltar que até 1961 ainda haviam obras a serem concluídas, o que levou a Associação Comercial do Amazonas (ACA) a denunciar a situação ao Presidente da República. A precariedade da pista e do pátio de manobras levou à interdição do pouso de aviões de grande porte e a ACA temia a interdição total do aeroporto, o que causaria lamentáveis consequências para a economia local.<sup>23</sup> Somente nos últimos dias de 1963, nove anos após a inauguração oficial, a SPVEA voltou a destinar aporte financeiro para a retomada dos serviços necessários a uma total recuperação do aeroporto.<sup>24</sup>

A Valorização também pagou três cotas de auxílio para que o governo amazonense pudesse manter, no decorrer de 1954, os Serviços Elétricos do Estado.

Trata-se, em consequência, e isso deve ficar bem claro, de auxílio da SPVEA para manutenção, por parte do Estado, e nunca manutenção exclusivamente a cargo da SPVEA, que não pode ser responsabilizada por quaisquer falhas que se observem no fornecimento de luz e energia na cidade de Manaus.<sup>25</sup>

No mês de novembro foi constituída a Companhia de Eletricidade de Manaus (CEM), destinada a explorar o serviço de luz na capital do Estado. Ficou acordado que a nova empresa contaria com a participação da União (através da SPVEA), estado e município de Manaus para resolver a questão de falta de energia elétrica na cidade.

### 3.2.2 – Governo Plínio Ramos Coelho

Plínio Coelho surgiu, nos anos 1940, como uma liderança jovem do PTB. Nascido em Humaitá e bacharel em Direito, trabalhava como advogado e era proprietário/redator do jornal “O Trabalhista”.<sup>26</sup> Sua carreira política estava em ascensão e, lançado como candidato a governador, obteve uma expressiva votação na capital, mostrando a força do Partido Trabalhista no Amazonas.<sup>27</sup> Em 1955, Plínio Coelho assumiu o governo do estado criticando veementemente a administração anterior.

É certo que a nossa Unidade atravessa um dos mais negros dias de sua história, atirada ao caos administrativo-financeiro como o foi, pela incúria de uns, a irresponsabilidade criminosa de outros e a inépcia e improdutividade dos homens

<sup>23</sup> ACA também denunciará a Jânio a situação do aeroporto. **Jornal do Comércio**, Manaus, 19 mar. 1961, p. 8.

<sup>24</sup> 100 Milhões Para As obras Do Aeroporto. **Jornal do Comércio**, Manaus, 20 dez. 1963, p. 1.

<sup>25</sup> NOTA DA SPVEA **Jornal do Comércio, Manaus**, 10 nov. 1954, p. 6.

<sup>26</sup> SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia**. Tese de doutorado, História, Universidade de São Paulo, 1996. p. 128.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 136.

que, até 31 de janeiro do ano em curso, estiveram com a responsabilidade de nos conduzir.<sup>28</sup>

Quem tivesse conhecido Manaus há 20 anos e até janeiro houvesse percorrido as nossas artérias, teria a impressão que novos hunos ou comandados de Átila haviam-nas depredado e as emporcalhado com os detritos dos festins.<sup>29</sup>

Empenhado em cortar gastos e aumentar a arrecadação, nos primeiros anos de seu governo houve a tentativa de alcançar um equilíbrio no orçamento. Com as dívidas se acumulando, o governo estadual optou por exonerar centenas de servidores. No entanto, mesmo com a diminuição do funcionalismo público e com o aumento da arrecadação durante o ano de 1955, no ano seguinte a despesa referente aos pagamentos dos servidores ainda era superior a 90% do total recebido pelo Estado.<sup>30</sup> Em janeiro de 1956 passaram a vigorar alterações feitas na legislação fiscal e a reforma tributária. O aumento na arrecadação deu certo alívio para os cofres amazonenses.<sup>31</sup>

O início de 1957 começou de forma bem diferente dos anos anteriores, com exaltação à capacidade de recuperação do Estado.

[...] temos o prazer de lhes informar que o Amazonas deixou de ser massa falida, reencontrou o seu passado de glórias, achando-se me febricitante progresso, com suas finanças equilibradas, com sua economia tonificada e com seus problemas sociais combatidos à base de adequada terapêutica.<sup>32</sup>

O motivo de tamanha euforia por parte do governador era a descoberta de petróleo em Nova Olinda do Norte, um município criado com o desmembramento de parte dos municípios de Maués e Itacoatiara. Apesar de encontrado no início de 1955, só no ano seguinte, com a perfuração de poços, pôde-se notar o potencial da região.

Dias depois de nossa posse, o Dedo de Deus se fez presente como a afirmar-nos que não perdêssemos a fé nos destinos de nossa gente: jorrou petróleo em Nova Olinda. Ainda que não se consumasse a exploração comercial do ouro negro que jorrara do subsolo do rio Madeira, as atividades da PETROBRÁS no Amazonas, dariam, como deram, emprego a centenas de trabalhadores que tivemos de dispensar das repartições públicas e que para Nova Olinda foram reconduzidos por recomendação nossa. E uma colmeia de trabalho e uma cidadezinha que adensa dia a dia, começa a surgir no Município que criamos. Com essas atividades da PETROBRÁS, milhões de cruzeiros, como milhões de glóbulos vermelhos, entraram em giro no Amazonas, sangue em circulação tonificando nossa economia, dando poder aquisitivo à nossa gente, vitalizando o nosso comércio.<sup>33</sup>

<sup>28</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1955 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1955. p. 4.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>30</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1956 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1956. p. 12.

<sup>31</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1957 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1957. p. 10.

<sup>32</sup> *Ibidem*. p. 5.

<sup>33</sup> *Ibidem*. p. 8.

Em setembro de 1956 começou a funcionar a Refinaria Isaac Sabbá, às margens do Rio Negro, em Manaus, com a denominação de Companhia de Petróleo da Amazônia (COPAM). Fundada pelo empresário Isaac Sabbá, a refinaria foi inaugurada oficialmente em 3 de janeiro de 1957, com a presença do presidente Juscelino Kubitschek. Com a sua montagem, mais de dois mil operários encontraram trabalho.<sup>34</sup> Infelizmente para o Amazonas, a Petrobrás não investiu na região por muito tempo, apesar de outras perfurações terem sido feitas nos anos seguintes. No início dos anos 1960, a estatal interrompeu suas atividades e determinou o fechamento dos poços, baseada no relatório do geólogo americano Walter Link, que via possibilidades maiores de sucesso, com menores riscos para a empresa, em áreas mais rentáveis onde já havia sido descoberto petróleo, como a Bahia, Sergipe, Alagoas e Espírito Santo.<sup>35</sup>

A refinaria não mudou a realidade amazonense, que escancarava inúmeras questões de vital importância que estavam sem solução. Manaus tinha sérios problemas referentes à alimentação. O governo isentou de impostos todos os gêneros alimentícios produzidos no Amazonas como medida de incentivo à produção local, já que até então não havia rebanhos de gado bovino ou suíno, avicultura, verduras, nem produção de cereais em quantidade suficiente para a população.<sup>36</sup> Quase tudo era importado de outras regiões. A saúde pública no Amazonas era assolada pela lepra. Sua intensidade alarmava os técnicos do governo, que a consideravam como epidêmica.<sup>37</sup> Apesar disso, o Estado não fornecia as mínimas condições para a recuperação dos enfermos.

Os dois leprosários de Manaus [...] assemelham-se às prisões dos tempos medievais, onde os reclusos eram punidos com a tortura da fome, da sede e do desconforto em geral. [...] Os dois leprosários de Manaus têm, [...] não a finalidade de curar, mas, tão somente a de segregar os doentes da sociedade. Mais do que um hospital, é antes uma prisão. E tal assertiva é reafirmada por fatos irretorquíveis, como o de não ter havido, definitiva ou provisória que fosse, uma só alta de doente de 1951 à data em que lhes estou falando.<sup>38</sup>

Juntava-se a isso, o defasado sistema educacional. O governo de Plínio Coelho atuou para melhorar a educação, já que os estabelecimentos escolares funcionavam “mercê da boa vontade de um não pequeno grupo de abnegados professores”. Em relação ao estudo

<sup>34</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>35</sup> Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Link, Walter**. Verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/link-walter>. Acessado em: 13 jan. 2017.

<sup>36</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1957 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1957. p. 22.

<sup>37</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1955 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1955. p. 65.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 69.

universitário, só havia em funcionamento no estado a Faculdade de Direito, que estava em atividade graças às verbas do orçamento do Governo Federal. Ainda no ano de 1955, o governador constituiu uma comissão de estudos para a criação da Universidade do Amazonas e para a escolha do local onde ficaria a cidade universitária de Manaus. A área considerada ideal era o local da antiga Escola de Agronomia, que estava abandonado. No entanto, segundo Plínio Coelho, sua intenção não foi adiante porque a SPVEA não quis cooperar na obra de recuperação do edifício, pois discordava da localização do futuro campus. Meses depois, em janeiro de 1956, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas, que, entretanto, só teve suas atividades iniciadas em maio de 1958.<sup>39</sup>

Outra enorme e antiga dificuldade dizia respeito ao serviço de fornecimento de energia elétrica em Manaus. O sistema era retratado como calamitoso e à beira do colapso total pelas autoridades estaduais.

Contam os SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO com 5 (cinco) Usinas [...] as quais estão funcionando porém, sem apresentarem o que realmente podem produzir para o abastecimento de energia elétrica para a cidade de Manaus, isto porque, excetuando a Usina “Governador Plínio Ramos Coelho”, não existe no Almoxarifado desta Autarquia peças para substituição das que estão gastas pelo excesso de trabalho, ou algumas que, por acidente, são obrigadas a uma substituição imediata, tal como acontece no momento.<sup>40</sup>

Para atender satisfatoriamente a população de Manaus seriam necessários 8.500 quilowatts (kw), porém, mesmo com todas as usinas funcionando normalmente, seriam gerados apenas 5.730 kw.<sup>41</sup> Com a precariedade do serviço, a distribuição da energia elétrica estava sendo feita em sistema de rodízio, entretanto o rodízio era falho devido a problemas no maquinário que parava constantemente pela referida falta de peças. O conserto e reposição demoravam sempre por volta de 2 a 3 dias, até que a nova peça pudesse ser confeccionada em oficina.<sup>42</sup> Para tentar amenizar a gravidade da situação, foi construída uma usina de corrente elétrica com ajuda da SPVEA.<sup>43</sup> A SPVEA ainda colaborou financeiramente com os Serviços Elétricos do Estado por meio de um auxílio para combustível (das cinco usinas existentes, todas em Manaus, três funcionavam com óleo combustível e duas a lenha). No entanto, o valor de pouco mais 1,3 milhão de cruzeiros foi pequeno se comparado com o total de mais de

---

<sup>39</sup> Ibidem, pp. 40-41

<sup>40</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1956 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1956. p. 115.

<sup>41</sup> Ibidem, pp. 115-116.

<sup>42</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1957 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1957. p. 219.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 13.

14 milhões de cruzeiros gastos somente na compra de lenha, óleo combustível e óleo lubrificante para o abastecimento das usinas de energia em 1956.<sup>44</sup>

Após dois anos de mandato, Plínio Coelho afirma que havia chegado o momento de aplicar no Amazonas a teoria de John Maynard Keynes (possivelmente o economista mais importante do século XX, cuja teoria influenciou a aplicação do New Deal nos Estados Unidos e o que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social na Europa). A partir disso, o maior objetivo do governo do PTB no Amazonas seria valorizar a promoção de obras públicas, visando a melhoria das condições do estado e a satisfação das necessidades da população. “É a consagrada teoria dos dias de hoje. É a economia do pleno emprego, facultando que a todos seja assegurado trabalho, conforme suas aptidões”.<sup>45</sup> Foram criadas a Alimentamazon, com o intuito de dar equilíbrio aos preços dos alimentos, sem depender exclusivamente da lei da oferta e da procura; a Transportamazon, que funcionava provisoriamente na tentativa de resolver o problema do transporte público; e o Banco do Estado do Amazonas, para liderar as operações de crédito no Estado.<sup>46</sup> Também foi construída a Olaria do Estado, Olaria “Plínio Coelho”, no final de 1957, cuja produção diária era de 4 mil tijolos.<sup>47</sup>

O governo também estava investindo nas Colônias Agrícolas com ajuda da Valorização, ainda que timidamente. As Colônias Cláudio Mesquita e Efigênio Sales estavam recebendo novas famílias. A Cláudio Mesquita com um efetivo de apenas 46 famílias e população de 276 pessoas já era considerada uma vitória da administração estadual.<sup>48</sup> A outra Colônia do município de Manaus, a Efigênio Sales, de acordo com plano da SPVEA, tinha capacidade para comportar 200 famílias, mas até o momento contava com 20 famílias num total de 81 moradores. O trabalho ainda estava no início, mas com a paralisação do único trator e do caminhão que faziam o serviço pesado na colônia, caminhava lentamente.<sup>49</sup> A SPVEA cooperou com a construção de dez casas de madeira na Colônia Agrícola Cláudio

---

<sup>44</sup> Ibidem. pp. 222-224.

<sup>45</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1958 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1958. p. 8.

<sup>46</sup> Ibidem. p. 9.

<sup>47</sup> CRUZ, Arthur de Carvalho. Departamento de Assistência e Previdência Social. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1958 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1958. p. 16.

<sup>48</sup> OLIVEIRA, Francisco Cavalcante de. Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1958 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1958. p. 12.

<sup>49</sup> Ibidem. p. 13.

Mesquita, e na manutenção dos colonos residentes,<sup>50</sup> também com verbas da Valorização foram adquiridos, para os Municípios de Barreirinha, Lábrea, Urucurituba, Itapiranga, Urucará, Boca do Acre e Canutama, fornos para farinha de mandioca, machados, terçados e enxadas.<sup>51</sup> O planejamento e a execução das obras nas Colônias normalmente era uma empreitada longa e complicada. Talvez tão ruim quanto a precariedade dos recursos financeiros fosse a falta de técnicos e de funcionários especializados, como pode-se observar neste trecho do Relatório da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio:

Entretanto, senhor Governador, não poderíamos deixar de mencionar que o material humano ainda é a nossa grande lacuna. As soluções para os problemas agropecuários tornam-se mais difíceis pela carência indelével de pessoal especializado, dificultando desse modo, em grande parte, todo e qualquer trabalho que se pretenda realizar.<sup>52</sup>

O relacionamento com a SPVEA no governo de Plínio Coelho sempre foi errático. A Superintendência colaborava em algumas questões, pontualmente, como no caso das Colônias e na construção da usina de energia, mas não repassava verbas a outras Secretarias. Plínio Coelho passou oito dias no Rio de Janeiro, onde se encontrou duas vezes com o presidente Café Filho, com os Ministros da Agricultura, do Trabalho e da Fazenda e algumas vezes com o vice-presidente. De acordo com governador, entre os assuntos tratados houve uma conversa acerca da entrega de verbas por parte da Superintendência e o próprio Presidente teria dito que instituição não poderia continuar a pertencer apenas ao Pará.<sup>53</sup>

As reclamações dirigidas à SPVEA eram constantes, subindo de tom no Relatório da Secretária de Assistência e Saúde do Estado. Jorge Alberto Mendes, responsável pela Secretaria, criticava a excessiva demora para a efetivação dos acordos estabelecidos:

[...] para mais de dois anos, assinamos convênio com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (S.P.V.E.A.), no sentido da aquisição ou construção de 5 unidades sanitárias móveis (Lanchas-ambulatórias) e que, pela demora na execução dos planos de construção a verba para tal fim destinada, hoje de nada nos servirá, em vista da crescente desvalorização do poder aquisitivo da moeda, com o conseqüente aumento de mão de obra e material. Isso se deve à falta de estaleiros de construção naval apropriados em nossa cidade, determinando entregássemos a responsabilidade da execução do plano de construção ao senhor doutor Miguel Lupi Martins, representante do Estado junto à S.P.V.E.A., que até o presente momento, nada providenciou. Do total do convênio (cinco milhões de cruzeiros – Cr\$ 5.000.000,00) recebemos, somente, a irrisória parcela de 250 mil

<sup>50</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1957 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1957. p. 21.

<sup>51</sup> Ibidem. p. 23.

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Francisco Cavalcante de. Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1958 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1958. p. 4.

<sup>53</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1956 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1956. p. 37.

cruzeiros (CR\$ 250.000,00) que, sem aplicação, está depositada na agência local do Banco de Brasil S/A, em nome da S.A.S.<sup>54</sup>

Em relação às verbas destinadas à Colônia de Alienados Eduardo Ribeiro (sanatório para os diagnosticados como loucos ou perturbados mentais), que encontrava-se em precárias condições de instalações e manutenção, o secretário ia além, afirmando que o Amazonas era prejudicado deliberadamente pelo órgão federal:

Verdade é que a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia nos prometeu entregar em 1957 um crédito de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), correspondente ao exercício de 1956 mas, como em 1956 não recebemos Cr\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de cruzeiros) votados para o exercício de 1955, achamos que não devemos contar com a quantia acima referida, uma vez que já é conhecido o costumeiro caloteirismo dessa Repartição para com o Estado do Amazonas.<sup>55</sup>

Mesmo quando as verbas eram recebidas, a maneira como isso acontecia era motivo de descontentamento, já que tais verbas chegavam muitas vezes no fim do ano ou em atraso, passando de um exercício para o outro. Foi o caso do Dispensário de Manaus e as Colônias Antônio Aleixo e Belisário Pena, que tiveram suas dotações complementares, de manutenção e equipamento, postergadas. Essa situação trazia, conseqüentemente, inúmeros inconvenientes para o Serviço de Profilaxia da Lepra e não permitia a elaboração de nenhum plano de trabalho minimamente equilibrado.<sup>56</sup>

Em 1958, a Secretária de Assistência e Saúde continuava a demonstrar sua inconformidade em relação à falta de atenção recebida do governo federal e da SPVEA. A aparelhagem do novo laboratório bacteriológico não contou com nenhuma ajuda e foi feita totalmente com verbas do orçamento estadual.<sup>57</sup> A questão das lanchas continuava sendo um transtorno sem solução.

Necessitamos, pelo menos, de mais duas embarcações para com maior eficiência e número de vezes, atendermos a população da Hinterlândia Amazonense. Essas embarcações somente poderão ser adquiridas com numerário proveniente das rendas Estaduais, uma vez que as cinco (5) unidades sanitárias móveis (lanchas-ambulatório), do nosso convênio com a S.P.V.E.A., estão no mesmo pé do que relatamos em a nossa prestação de contas do exercício de 1956.<sup>58</sup>

<sup>54</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1957 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1957. p. 171.

<sup>55</sup> Ibidem. p. 174.

<sup>56</sup> ANDRADE, Raimundo Sylla Castro de. Serviço de Profilaxia da Lepra. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1958 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1958. p. 11.

<sup>57</sup> MENDES, Jorge Alberto. Secretaria de Assistência e Saúde. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1958 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1958. p. 14.

<sup>58</sup> Ibidem. pp. 6-7.

A bancada amazonense no Distrito Federal fazia pressão para que os atrasos nos pagamentos não continuassem. O deputado federal Pereira da Silva, no início de 1956, fez um discurso decretando a inutilidade de tudo que havia sido elaborado até então:

Como trabalhar naquela região, com semelhante atraso? Como auxiliar a iniciativa privada, dando cumprimento aos convênios firmados com a Superintendência, que, além de tudo, mantém um sistema de pagamentos a prestação, impedindo a continuidade das obras projetadas, cujo material de construção e mão de obra sobem de custo dia a dia quase. [...] O órgão deixou de ter significação e utilidade para a região. Tudo que foi planejado, mesmo no programa de emergência fracassou, pela ausência de recursos para cumprimento das obrigações firmadas.<sup>59</sup>

Apesar das críticas ao sistema de pagamentos, Pereira da Silva foi um defensor ferrenho da SPVEA e do Superintendente Waldir Bouhid. Após a instalação da CPI contra Bouhid em 1957, o deputado do Amazonas afirmou que a Comissão de Inquérito estava sendo usada com a finalidade de enfraquecer o poder político do governador paraense Magalhães Barata, de quem Bouhid era aliado. Na opinião de Pereira da Silva, o Amazonas deveria ficar de fora dessa “briga de comadres”, pois não tiraria nenhuma vantagem de tal situação.<sup>60</sup> Em discurso na Câmara Federal, Silva garantiu que a defesa dos interesses da região pelos membros da CPI era apenas uma cortina de fumaça demagógica que não poderia ser levada a sério. Ainda acusou seus integrantes de não terem imparcialidade na hora de ouvir os depoimentos, “fazendo uma verdadeira inquisição”.<sup>61</sup> Esse posicionamento levaria Pereira da Silva a um grande bate-boca através da imprensa com o governador Plínio Coelho, como veremos mais à frente.

Apesar de desgastada, a relação entre SPVEA e Amazonas ainda se mostrava bem civilizada em meados de 1958, como podemos conferir no telegrama enviado por Plínio Coelho a Bouhid, tratando do problema da falta de água, cada vez pior:

Manaus há quase dois meses está com racionamento de água. Hoje explodiu o tampão de óleo de um dos grupos geradores que alimentam o bombeamento de água à cidade. A situação marcha para a calamidade pública. O SESP, encarregado do bombeamento, responsabiliza a SPVEA por não ter recebido as verbas orçamentárias a si destinadas. Faço veemente apelo vossência no sentido de entregar ao SESP as dotações referentes ao serviço de água em Manaus. Pessoalmente, menos ao Superintendente do que ao amigo faço esse veemente apelo. Saudações. Plínio Coelho.<sup>62</sup>

<sup>59</sup> Pereira da Silva reclama o não pagamento, por parte do governo, das dotações da Valorização da Amazônia. **Jornal do Comércio**, Manaus, 26 fev. 1956. p. 6.

<sup>60</sup> Pereira da Silva enfrenta Aureo Melo na defesa da Superintendência da Valorização. **Jornal do Comércio**, Manaus, 24 out. 1957, p. 1.

<sup>61</sup> Pereira da Silva, na Câmara Federal, defende a administração da SPVEA. **Jornal do Comércio**, Manaus, 27 out. 1957. p. 6.

<sup>62</sup> Problema da água: confessa o governador que a situação caminha para a calamidade pública. **Jornal do Comércio**, Manaus, 4 jul. 1958. p. 1.



O Superintendente da SPVEA em exercício, Hamilton Ferreira de Souza, em resposta ao governador, esclareceu “que o pagamento de três milhões e meio de cruzeiros para o serviço de abastecimento de água de Manaus está autorizado desde o dia 10 do corrente, e ainda não foi efetuado pela razão única de o SESP não se ter apresentado para o recebimento”.<sup>63</sup> Logo após esse episódio, que mostra como a burocracia do órgão atrapalhava a execução dos trabalhos públicos, houve o rompimento entre Amazonas e SPVEA. Em telegrama para o Presidente da República, Plínio Coelho responsabilizou a Superintendência pelo não pagamento das dotações a que seu estado tinha direito. Reclamava especificamente da não liberação das verbas referentes à construção da rodovia Humaitá-Lábrea, ainda correspondentes ao ano anterior. Protestando contra a “atuação perniciososa do Superintendente Waldir Bouhid” apelava ao Presidente no sentido de “fazer a SPVEA considerar o Amazonas como um dos Estados da Amazônia e determinar ao Superintendente o cumprimento do orçamento”. Plínio Coelho finaliza sua mensagem a Juscelino acusando a Valorização de apropriação indébita e afirmando que Bouhid pensava que a instituição era de sua propriedade.<sup>64</sup>

Plínio Coelho também enviou telegrama a Bouhid afirmando que a SPVEA não fiscalizou os serviços da estrada Humaitá-Lábrea porque não quis, pois há mais de um ano estava sendo convidada a fazê-lo. No telegrama, Coelho também refutava a importância do pagamento de 3,5 milhões de cruzeiros para o Serviço de Água de Manaus, já que a SPVEA devia 17,5 milhões somente a esse serviço, além de mais de 31,5 milhões para o Serviço de Água do Amazonas, desde 1956. Afirmava também que para o Serviço de Esgoto de Manaus, a Superintendência não havia pagado nada desde 1955. Para Coelho, a SPVEA não fazia outra coisa a não ser desviar verbas e “entregar migalhas”.

Saiba a vossa excelência que não peço favores e nem devo favores, exijo o cumprimento do dever. A SPEVEA [sic] não lhe pertence, pertence ao Brasil. Estou dando ciência deste ao senhor Presidente da República a quem vossa excelência enganou uma vez, mas que não deixarei, tendo eu conhecimento, seja enganado a segunda vez.<sup>65</sup>

Em resposta, Bouhid disse que não podia liberar nenhuma verba sem antes mandar proceder inspeção e verificar o andamento das obras e serviços realizados no estado com as dotações da SPVEA. Disse também que daria ciência ao Presidente que o Amazonas estava

<sup>63</sup> Exclue-se a SPVEA da culpa da deficiência d'água para o povo. **Jornal do Comércio**, Manaus, 26 jul.1958. p. 4.

<sup>64</sup> Governador responsabiliza SPVEA pelo não pagamento de dotações ao Estado do Amazonas. **Jornal do Comércio**, Manaus, 6 ago. 1958, p. 8.

<sup>65</sup> Plínio a Bouhid: não permitirei que o presidente seja enganado, **Jornal do Comércio**, Manaus, 9 ago. 1958, p. 1.

sem pagar os três por cento de sua renda tributária à Valorização há cinco anos e que a SPVEA, dentro das suas possibilidades vinha atendendo o estado em diversos serviços, tais como o abastecimento de água em Manaus, o DNRu (Departamento Nacional de Endemias Rurais), o sanatório dos tuberculosos, o hospital de Parintins, aquisição e distribuição de sementes de juta e arroz, além de muitas outras.<sup>66</sup>

Toda a crise se deu no momento (e por causa) da campanha política para a eleição do novo governador do estado. Os partidos aproveitaram a turbulência para, através de matérias pagas nos jornais da capital, atacar seus adversários da maneira mais baixa e virulenta possível. Chamando Bouhid de “O Mentiroso”, a réplica dos trabalhistas ao telegrama de Bouhid dizia que a SPVEA funcionava exclusivamente em função da política possedista paraense, com prejuízo das outras unidades federativas e do próprio estado do Pará, e que a permanência de Bouhid à frente do órgão se devia tão somente ao prestígio do General Barata, governador daquele estado.<sup>67</sup>

Depois que as discussões entre o governador e o superintendente chegaram ao fim, o “segundo round” foi iniciado por Pereira da Silva, que escreveu um telegrama prestando solidariedade a Bouhid. Essa atitude deixou Coelho enfurecido, fazendo com que o governador chamasse Pereira da Silva de “homem sem escrúpulos, um vendilhão, um escroque, enfim, um espertalhão da pior espécie”. Plínio afirmava também que Silva rastejava aos pés do Bouhid e do governador Magalhães Barata. Acusava-o de enriquecer defendendo a SPVEA, pois sabia que tudo que Silva escrevia sobre aquela Superintendência era muito bem pago. Apontava ainda o deputado como “um chantagista bem sabido que quer se aproveitar da miséria alheia, pouco se lhe dando que escolas fechem as portas, que empresas econômicas paralisem e que hospitais não recebam enfermos”.<sup>68</sup> Por fim, o governador apresentou um documento no qual Arthur Virgílio Filho, como diretor do jornal A Gazeta, confirmava que as contas das matérias pagas, escritas pelo deputado Pereira da Silva e publicadas em seu jornal, foram enviadas para a SPVEA por indicação do próprio interessado.<sup>69</sup> Com tamanha acusação feita contra Pereira da Silva e a Valorização, Herculano de Castro e Costa, chefe da Divisão de Manaus, enviou uma carta para A Gazeta esclarecendo que as matérias pagas às custas da SPVEA no referido jornal eram de interesse da própria Superintendência. Foram, segundo ele, na realidade apenas duas matérias em 1957, uma das quais uma conferência do deputado

---

<sup>66</sup> Bouhid desmascara Plínio e o governo “trapalhista”. Texto do telegrama do Dr. Waldir Bouhid ao governador propineiro. **Jornal do Comércio**, Manaus, 9 ago. 1958, p. 5.

<sup>67</sup> Governo do Estado e a SPEVEA. **Jornal do Comércio**, Manaus, 10 ago. 1958, p. 3.

<sup>68</sup> Segundo bilhete aberto ao deputado Pereira da Silva. **Jornal do Comércio**, Manaus, 20 ago. 1958, p. 1.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 4.

Pereira da Silva a respeito do primeiro ano de governo do presidente Juscelino Kubitschek (o assunto da segunda matéria não é mencionado). No ano de 1958 nada tinha sido publicado a pedido da Divisão de Manaus na imprensa local. O interesse de tais matérias “era dar conhecimento à opinião coletiva do esforço construtor, da disciplina administrativa da obra patriótica do Governo federal” em seu relacionamento com a Amazônia.<sup>70</sup>

O primeiro governo trabalhista chegava ao fim envolto em desavenças, discussões e graves ofensas. Plínio Coelho mostrou-se inábil para resolver os problemas emergenciais e essenciais, como era o caso dos serviços de água e luz. Como atenuante, estava claro que as mudanças que se faziam necessárias não eram fáceis de serem conduzidas. “As estruturas institucionais viciadas, pouco fiscalizadas pelo executivo e sem controle social, acabavam sobrepondo-se a qualquer tentativa de mudança”.<sup>71</sup> Apesar de tudo, Plínio fez seu sucessor. A vitória de Gilberto Mestrinho seria a continuação do populismo e dos ideais trabalhistas no Amazonas.

### 3.2.3 – Governo Gilberto Mestrinho

Professor secundário e agente fiscal do Imposto de Consumo, iniciou sua carreira política em 1957 ao ser nomeado prefeito de Manaus por Plínio Coelho, governador do Amazonas. Bem-sucedido em sua administração, em outubro do ano seguinte elegeu-se governador do estado com o apoio da coligação formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual era filiado, Partido Social Trabalhista (PST) e Partido Social Democrático (PSD), obtendo mais da metade da votação total do estado. Assumiu o mandato em janeiro de 1959 e, pouco depois, rompeu sua aliança política com Plínio Coelho, iniciando, a partir de então, uma intensa disputa na política local com seu ex-aliado. Por ocasião das eleições governamentais de 1962 reconciliou-se com Plínio, graças à interferência do presidente João Goulart. Em outubro elegeu-se deputado federal pelo território de Roraima. Concluindo seu mandato à frente do governo do Amazonas em janeiro de 1963, deu posse a seu sucessor e no mês seguinte tomou assento na Câmara dos Deputados, tornando-se, a partir de abril, vice-líder da maioria.<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> A carta de Herculano de Castro e Costa, **Jornal do Comércio**, Manaus, 24 ago. 1958, p. 5.

<sup>71</sup> TORRES, Iraildes Caldas. **Arquitetura do Poder**: memória de Gilberto Mestrinho. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 110.

<sup>72</sup> Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO**. Verbete. Disponível em:

Continuando a política estabelecida por Plínio Coelho, Mestrinho promoveu um grande número de obras públicas. Inaugurou hospitais, escolas, maternidades e conservou estáveis os preços dos alimentos de primeira necessidade. Concluiu obras iniciadas pelo governo anterior como a ponte Juscelino Kubitschek, ligando a cidade ao bairro de Educandos; a Delegacia de Polícia da Praça 14 de Janeiro; o Grupo Escolar Luízinha Nascimento; o Palácio Rodoviário, edifício Engenheiro Edmundo Régis Bittencourt e um grupo escolar no Município de Tefé, além da reestruturação do pavilhão de máquinas da Imprensa Oficial. Como obras novas de sua gestão houve a reforma do Teatro Amazonas e do Colégio Estadual, além da recuperação do velho prédio da Polícia Civil e do edifício do Arquivo Público.<sup>73</sup> Porém, apesar da obra no prédio do Arquivo Público, a documentação ficou sem armários para o seu devido armazenamento e conservação. Em 1963, já no segundo governo de Plínio Coelho, o Diretor da Divisão do Arquivo Público solicitava ao governador a autorização para incinerar inúmeros documentos que se encontravam imprestáveis, oferecendo perigo à segurança do edifício e à saúde dos funcionários.<sup>74</sup> Mestrinho também construiu a Maternidade Balbina Mestrinho e iniciou uma outra, com recursos da SPVEA, em Itacoatiara.

O objetivo do segundo governo do PTB era o de transformar a realidade do Amazonas, acabando com o “ciclo vicioso da pobreza”, que, de acordo com Mestrinho, funcionava na sociedade amazonense da seguinte maneira: “pobres porque temos baixo desenvolvimento cultural, sendo incultos produzimos pouco, produzindo pouco somos mal alimentados, mal alimentados ficamos doentes e sendo doentes permanecemos pobres”.<sup>75</sup> Para interromper esse ciclo era necessário investir na formação cultural da população.

No Amazonas, especialmente, a formação cultural do povo deve ser a preocupação dominante dos responsáveis pelos destinos do Estado. A nossa civilização, resultante da mescla do elemento colonizador sem qualificação, de baixo nível cultural, e do índio de condições mais primitivas da América do Sul, gerou, em grande parte, o retardamento do nosso desenvolvimento econômico. Por outro lado, a falta de escolas superiores, tem obrigado a imigração da nossa mocidade para outras terras e o Amazonas perde os valores que iriam constituir as suas elites dirigentes nos vários ramos de atividade. É o êxodo de inteligências preciosas ao Amazonas de hoje e de amanhã.<sup>76</sup>

---

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gilberto-mestrinho-de-medeiros-raposo>. Acessado em 25 mar. 2017.

<sup>73</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1960 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1960. p. 8.

<sup>74</sup> LEVY, Mirtyl Fernandes. Secretaria do Interior e Justiça. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1963 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem do Governador Plínio Ramos Coelho à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1964. p. 16.

<sup>75</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1959 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1959. p. 29.

<sup>76</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1960 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1960. p. 10.

Uma das primeiras ações de Gilberto Mestrinho como governador do Amazonas foi mandar uma carta para o presidente Juscelino Kubitschek pedindo, cordialmente, maior equidade e respeito do governo federal. O discurso de que a região era esquecida e abandonada pelo governo central era constantemente repetido pela classe política amazonense.

[...] o Amazonas, pela minha palavra, não lhe pede auxílio e nem deseja socorro. O que o meu Estado quer e espera de Vossa Excelência, é ser tratado como o são os demais Estados brasileiros; que os seus problemas sejam encarados com o mesmo interesse como o são os das outras Unidades; que as Leis que nos beneficiam sejam cumpridas como mandam todos os princípios constitucionais.<sup>77</sup>

Nessa mesma mensagem, o recém-empossado governador pedia mudanças na forma como o governo federal tratava a borracha, pois a política gomífera da União estava “matando o Amazonas”.<sup>78</sup> Era do interesse do estado do Amazonas que as casas aviadoras reencontrassem o seu papel histórico de elo entre a produção e o consumo.<sup>79</sup> Para isso, era urgente interromper a política de preços fixos, que impedia que as cotações da goma elástica nacional acompanhassem a evolução do valor cambial da borracha importada. “A indústria extrativa, tão combatida, ainda se constitui um dos esteios da economia amazônica. A sua condenação pura e simples jamais teve a minha concordância”.<sup>80</sup> Na verdade, Mestrinho tentava conciliar a visão de uma elite política em ascensão sem romper com a elite econômica gomífera, sempre influente localmente. Politicamente mais hábil que Plínio Coelho, não queria gerar conflitos desnecessários com as “classes conservadoras”. Só para lembrar, como dito no Capítulo 1, o país importava borracha porque precisava de uma quantidade muito maior do que a Amazônia conseguia produzir.

Depois dos atritos que abalaram fortemente os laços entre governo do Estado e SPVEA, Mestrinho, que também já havia criticado duramente a Valorização, precisou tomar a iniciativa para reverter a situação. O governador sabia que a tempestade criada por seu antecessor só atingiria o Amazonas. Mesmo insatisfeito com a maneira pela qual os recursos federais vinham sendo manuseados, era necessário atrair a simpatia do Superintendente do PVEA para fechar novos acordos e tratar assuntos pendentes, principalmente a questão da energia elétrica.

[...] cheguei a uma conclusão: era preciso concentrar todos os esforços para um entendimento entre o Governo do Estado, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Companhia de Eletricidade de Manaus.

<sup>77</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1959 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). Op. Cit. p. 18.

<sup>78</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1959 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1959. p. 18.

<sup>79</sup> Ibidem. p. 22

<sup>80</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1960 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1960. p. 17.

Imediatamente, convidei o dinâmico Dr WALDIR BOUHID para uma discussão, em plano elevado e objetivo, em nossa Capital, do assunto. O meu convite foi aceito, com fidalguia, pelo eminente homem público e, no Palácio RIO NEGRO, em ambiente franco e cordial, esquematizamos a entrega de recursos à CEM e as providências para a solução do problema. A S.P.V.E.A. cumpriu com a CEM tudo o que foi acertado naquela reunião e o Governo do Estado para o êxito do empreendimento, abriu mão de Cr\$ 102.500.000,00 (CENTO E DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), a que tinha direito naquele órgão! A bancada federal liderada pelo Benemérito do Amazonas, Senador CUNHA MELO, atuou decisivamente, inclusive captando a boa vontade do Presidente da República, Dr. JUSCELINO KUBTSCHEK DE OLIVEIRA, para que não houvesse percalços no andamento da solução. Graças a esta política a cidade já está quase totalmente coberta pela nova rede, a grande usina já está sendo fabricada, as obras civis já estão contratadas e Cr\$ 84.000.000,00 (OITENTA E QUATRO MILHÕES DE CRUZEIROS), como sinal de pagamento, já foram entregues pela CEM a fornecedores e construtores [...]<sup>81</sup>

Dias depois da reconciliação, Bouhid foi homenageado pela Câmara Municipal de Manaus, recebendo dos vereadores da cidade o título de Cidadão Honorário.<sup>82</sup> Também como resultado da reunião, o Governo do Estado passou a cuidar do abastecimento de água de Manaus, com apoio da SPVEA, fazendo uma intervenção no serviço, que antes era da responsabilidade do SESP. O problema da água, por sinal, dependia totalmente do fornecimento de energia elétrica para o adequado bombeamento. Sempre que havia uma falha na produção de eletricidade, o abastecimento era prejudicado.

Já vimos que havia razões óbvias para manter um bom relacionamento com o órgão encarregado de desenvolver a região amazônica. Uma dessas razões, (que se encaixa no quesito “ser visto com bons olhos pela Valorização”, abordado na página 60) e que talvez passasse despercebida a uma análise mais apressada, era a de que a SPVEA podia atender apelos de última hora, antecipando ou liberando rapidamente verbas que estavam paradas e até investindo em áreas necessitadas de recursos. Um exemplo foi a liberação de quatro milhões de cruzeiros para o combate à malária e filariose. O governador e os próprios funcionários do DNRu apelaram pessoalmente a Bouhid, quando de sua visita a Manaus, para que ajudasse nessa questão. Com o atendimento do pedido, parte do dinheiro foi usada para pagar os vencimentos dos funcionários.<sup>83</sup> Não foi a primeira vez que tal fato aconteceu. Ainda no governo de Plínio Coelho, antes do rompimento de relações, Bouhid atendeu a pelo menos dois apelos do governador: um, com pagamentos que beneficiaram o Serviço Especial de Saúde, a Escola de Enfermagem de Manaus e o próprio Estado do Amazonas;<sup>84</sup> e o outro com

<sup>81</sup> Ibidem. p. 22.

<sup>82</sup> Bouhid: “Cidadão Honorário de Manaus”. **Jornal do Comércio**, Manaus, 20 jun. 1959, p. 6.

<sup>83</sup> SPVEA atende apelo dos “barnabés” do DNERu. **Jornal do Comércio**, Manaus, 14 jul. 1959, p. 8.

<sup>84</sup> Determinou a SPVEA o pagamento de mais de três milhões ao SEE. **Jornal do Comércio**, Manaus, 25 abr. 1956, p. 1.

a liberação de verbas para a compra de um carro de bombeiros pela Sociedade de Bombeiros Voluntários do Amazonas.<sup>85</sup>

Apesar dos entendimentos, dois meses após a trégua, em julho de 1959, Mestrinho concedeu uma entrevista no Rio de Janeiro em que criticou o Banco da Amazônia, a SPVEA e os demais órgãos federais que deveriam proporcionar o desenvolvimento regional. Anunciou ainda que colocaria os interesses do Amazonas acima dos interesses do Brasil, caso não houvesse mudanças no quadro de abandono de seu estado por parte do governo federal. Mestrinho afirmou que “há muitos anos que a União não investe um só cruzeiro no Amazonas, apesar das vultosas verbas que o Orçamento da República destina à região.” Chamou o Banco da Amazônia de totalmente desacreditado, cujos cheques eram recusados na praça, e se referiu à SPVEA da seguinte maneira:

No ano passado, por exemplo, a SPVEA – que é uma organização falida – foi contemplada com Cr\$ 3 bilhões para aplicá-los no Pará e Amazonas. Dessa verba, Cr\$ 1 bilhão e 800 milhões entraram para o Plano de Economia e perderam-se. Do que sobrou, Cr\$ 800 milhões foram desviados para Brasília e os outros Cr\$ 400 milhões ninguém sabe onde foram parar. A última verba que a SPVEA recebeu foi da dotação orçamentária de 1956.<sup>86</sup>

O governador amazonense sustentou que estava disposto a promover o desenvolvimento do Amazonas “com ou sem ajuda do Governo Federal” e que estava cansado de “tudo dar e nada receber em troca”.<sup>87</sup> Dois dias depois, o *Jornal do Comércio* publicava matéria em que Mestrinho desmentia o que havia sido publicado no *Jornal do Brasil*, dizendo que o que refletia seu pensamento era o telegrama enviado ao Superintendente do PVEA, no dia seguinte ao da entrevista, em que comunicava ao “dileto amigo” que havia expressado ao Presidente a “satisfação pelo magnífico apoio que o amigo vem dando a Companhia de Eletricidade de Manaus e a perfeita compreensão existente entre o órgão sob sua direção e o meu Governo”.<sup>88</sup> Nos parece que o jogo político do governador era pressionar o governo federal, expondo suas deficiências através da imprensa da capital do país e depois contornar a situação localmente, com afagos ao Superintendente da Valorização da Amazônia através do uso da imprensa amazonense. O fato é que a relação entre Mestrinho e Bouhid foi boa e cordial até o fim da gestão deste último no início de 1961.

<sup>85</sup> Agradecimentos do governador ao Superintendente do SPVEA. **Jornal do Comércio**, Manaus, 19 maio 1956, p. 8.

<sup>86</sup> Banco da Amazônia não tem fundos e pode ir à falência: diz Mestrinho. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1959, p. 9.

<sup>87</sup> *Idem*.

<sup>88</sup> Não reflete o pensamento do Governador do Estado a entrevista a si atribuída no Rio. **Jornal do Comércio**, Manaus, 29 jul. 1959, p. 6.

Com o rodízio de superintendentes do fim de janeiro até o final de outubro, o ano de 1961 foi complicado. Uma nova polêmica regional surgiu ainda nos últimos dias da administração Bouhid, e deu-se por conta da CEM, que cobrava pagamentos atrasados da SPVEA já autorizados pela Presidência da República. O assunto ganhou uma proporção enorme no Amazonas, arrastando-se até o ano seguinte. Em editorial, o *Jornal do Comércio* defendeu a posição da empresa de energia:

Inexplicável, pois, que apesar da recomendação expressa da Presidência da República, no momento mesmo em que a Companhia está com as suas despesas elevadas ao máximo, porque pagando o seu equipamento e realizando a construção das obras civis, a Spvea tenha falhado, de forma tão lamentável, quanto irremediável. Deixou de pagar à CEM [...] a importância de cento e setenta e cinco milhões de cruzeiros, o que vem sendo a fonte de todos os atropelos do presente momento e, mais ainda, ameaçando levar a empresa ao descrédito perante a opinião pública.<sup>89</sup>

Além do jornal, a Associação Comercial do Amazonas, a Federação da Indústria do Estado do Amazonas e a Federação do Comércio do Estado do Amazonas uniram-se e, numa nota conjunta, acusaram a SPVEA de faltar com a verdade sobre o valor total de recursos que deveria repassar à Companhia de Eletricidade, acusando a Valorização de tentar fazer a sociedade manauara crer que o dinheiro disponibilizado seria suficiente para concretizar os objetivos da empresa, o que passava muito longe da realidade.<sup>90</sup> As três ainda enviaram um ofício ao presidente Jânio Quadros enfatizando que a SPVEA nunca cumprira o texto legal da Lei 1806, que exigia como primeira prioridade a reforma e ampliação das centrais elétricas de Belém e de Manaus. Também censuravam o comportamento de Waldir Bouhid, sustentando que desde o começo do funcionamento da Companhia, o superintendente havia demonstrado “visível má vontade” em liberar os recursos financeiros, o que acarretou as maiores dificuldades à empresa.<sup>91</sup> A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção do Amazonas, também emitiu nota repelindo insinuações, feitas pela Valorização, que atingiam a honorabilidade da diretoria da CEM, principalmente a figura de seu presidente, o jurista e professor doutor Aderson Dutra. Para a OAB, a Superintendência queria esconder a sua responsabilidade no descumprimento da lei, da ordem do Presidente da República, e na consequente crise da empresa de energia elétrica de Manaus.<sup>92</sup> Por fim, a Câmara Municipal de Manaus enviou telegrama a Jânio reivindicando a liberação das verbas para que as obras da

<sup>89</sup> Dever da SPVEA e a situação da CEM. **Jornal do Comércio**, Manaus, 29 jan. 1961. p. 1.

<sup>90</sup> Associação Comercial do Amazonas, Federação da Indústria do Estado do Amazonas, Federação do Comércio do Estado do Amazonas, NOTA. **Jornal do Comércio**, Manaus, 31 jan. 1961 p. 6.

<sup>91</sup> Apelo Uníssono a Jânio em favor da CEM. **Jornal do Comércio**, Manaus, 7 fev. 1961, p. 8.

<sup>92</sup> Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Amazonas, NOTA. **Jornal do Comércio**, Manaus, 3 fev. 1961, p. 1.



nova usina de energia não fossem paralisadas. Políticos dos três principais partidos do Amazonas, PSD, UDN e PTB, assinaram o apelo.<sup>93</sup>

A mudança na direção da Superintendência do PVEA parece ter estimulado reações de censura a respeito do trabalho da Valorização. Pode-se afirmar que o vácuo de dois meses para o preenchimento do cargo (após a saída de Bouhid) e a consequente ausência do comprometimento de alianças já estabelecidas dentro do jogo político, além de retaliações por parte da instituição federal, contribuíram para esse comportamento. Até o *Jornal do Comércio*, sempre condescendente com a política de valorização e os superintendentes, enumerou inúmeras críticas ao funcionamento da instituição.

Não se compreende, mesmo pelo princípio rudimentar de economia, que tendo a Superintendência escritórios habilitados nas Capitais dos Estados em que opera, desloque pessoal de Belém do Pará toda vez que indispensável a verificação do emprego de suas verbas em Municípios fora da sua sede central, naturalmente com o dispêndio de diárias e ajuda de custo. Nem tampouco se entende que os representantes das entidades beneficiadas com dotações orçamentárias da SPVEA se vejam premidas a viajar a Belém, sem dúvida com despesas de transporte estadas, para receber as cotas que lhe são parceladamente pagas em consequência de convênios também obrigatoriamente assinados na Capital paraense [...]<sup>94</sup>

O jornal finalizava o editorial dizendo que a atuação da SPVEA, querendo enfrentar todos os problemas de uma vez só, desperdiçava dinheiro, tempo e trabalho, resultando em pequenas obras para um mundo de problemas encontrados na Amazônia.

Mais de um ano depois do motim amazonense contra a SPVEA, o novo superintendente Mário Dias Teixeira, o terceiro desde então, emitiu nota à imprensa manauara declarando que, apesar de rumores de privilégio para a solução do problema da energia elétrica em Belém, não houve nenhum tipo de favorecimento à capital do estado vizinho:

[...] o montante deferido e pago a favor da empresa Força e Luz do Pará, desde 1954 até o presente momento, soma a quantia de Cr\$ 296.408.820,00, enquanto que com idêntica finalidade foram pagos ao programa de eletricidade de Manaus, em igual período, Cr\$ 748.782.060,00, devendo ficar claro que não cabe responsabilidade a SPVEA pela não consecução do objetivo prioritário da Lei n. 1806.<sup>95</sup>

Em junho de 1962, na Conferência de Araxá, os governadores da região amazônica reuniram-se para tratar dos obstáculos que travavam o adequado funcionamento da SPVEA. Decidiram que o governo federal deveria dar os mesmos benefícios à Superintendência da Amazônia que eram oferecidos à SUDENE, endossando um projeto da autoria do deputado

<sup>93</sup> Cresce o movimento em favor da CEM. **Jornal do Comércio**, Manaus, 8 fev. 1961 p. 8.

<sup>94</sup> JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 18 abr. 1961, p. 1.

<sup>95</sup> Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – Nota Oficial. **Jornal do Comércio**, Manaus, 18 maio 1962, p. 1.

federal pelo Partido Social Progressista (PSP) do Amazonas, Wilson Calmon.<sup>96</sup> O projeto foi transformado na Lei 4.216 de 6 de maio de 1963 e seus pontos principais eram:

Art. 1º Fica facultado às pessoas jurídicas e de capital cem por cento nacional efetuarem a dedução até cinquenta por cento, nas declarações do imposto de renda de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela SPVEA, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia. [...]  
 § 2º A SPVEA aprovará, a requerimento do interessado, os planos de aplicação da importância retida e uma vez aprovados os mesmos, autorizará a sua liberação, que se fará parceladamente à proporção das necessidades da inversão.<sup>97</sup>

O ano de 1962 ainda apresentou novidades na política manauara, já que o Governo Estadual concedeu autonomia à Manaus para escolher por meio do voto direto o seu prefeito, que antes era indicado pelo governador. Foi eleito então o candidato apoiado por Mestrinho, Josué Cláudio de Souza. De todo modo, o ano terminou da mesma forma que os anos anteriores: com protestos de deputados e do governador contra a União e a SPVEA, e com o Governo do Estado prevendo déficit de mais de um bilhão de cruzeiros para 1963.<sup>98</sup>

### 3.2.4 – Plínio Coelho retorna

A volta de Plínio Coelho ao governo em 1963, bem ao seu estilo, foi recheada de críticas, reclamações e acusações. Em seu entendimento, o Amazonas continuava desprezado pela União, sendo tratado como “um Estado enteadado da Federação”. Para Plínio, a falta de investimentos de vulto na região fez com que o Amazonas fosse relegado a um “pomar de onde se tiram as frutas e para onde, no máximo, se devolvem as cascas”.<sup>99</sup> Sua análise de como encontrou o governo do Estado foi contundente, elencando uma enorme quantidade de situações não resolvidas, mas sem atacar o trabalho da gestão de Mestrinho, agora aliado político novamente. A situação financeira do Amazonas continuava a não permitir a ação em muitas frentes. Por mais que se fizesse, sempre faltaria muito a ser feito.

[...] o Governo não se faz presente, nunca se fez e tão cedo se fará, a todos os rincões da nossa gleba, com médicos, enfermeiros e remédios, com professores, escolas e material escolar, com agrônomos e sua técnica agrícola, máquinas e sementes, com economistas que planifiquem e administradores formados que positivem planos da gestão pública ou da gerência privada. Até juízes, promotores e

<sup>96</sup> Conquistando Terreno. **Jornal do Comércio**, Manaus, 14 jun. 1962, p. 1.

<sup>97</sup> Lei nº 4.216 de 6 de maio de 1963. Estende à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei n.º 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano Diretor da Sudene). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4216-6-maio-1963-353995-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 30 jun. 2016.

<sup>98</sup> Déficit do Estado ascende a mais de um bilhão. **Jornal do Comércio**, Manaus, 13 nov. 1962, p. 8.

<sup>99</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1963 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem do Governador Plínio Ramos Coelho à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1963. p. 7.

delegados ainda não conseguiu o Estado, no resguardo da Ordem e na distribuição da Justiça, localizar em todas as ilhas humanas do nosso Interior.<sup>100</sup>

Os problemas se acumulavam e o governo parecia incapaz de solucionar as graves dificuldades impostas pela falta de investimentos públicos regulares ao longo dos anos. O Departamento de Águas continuava a ser uma dor de cabeça, apresentando maquinário em estado precário, com apenas três das seis bombas funcionando e sem materiais disponíveis para a execução dos mais simples serviços.<sup>101</sup> Nenhum município do Amazonas possuía rede de água encanada e de esgoto, com a exceção de Manaus, que possuía um sistema totalmente ineficiente.<sup>102</sup> Em outubro de 1963, por causa da seca no Rio Negro, só uma das seis bombas estava funcionando, fazendo com que Manaus não tivesse água “para satisfazer as mínimas exigências de higiene” e incitando uma “corrida para os balneários, cacimbas e igarapés”.<sup>103</sup> A Divisão de Colonização não conseguiu ampliar as colônias agrícolas existentes e apenas a Efigênio Sales conseguiu prosperar, graças ao esforço dos seus colonos japoneses.<sup>104</sup> A Penitenciária Central do Estado encontrava-se com sua estrutura em péssimas condições e, entre outros contratemplos, possuía uma instalação elétrica tão deficiente que colaborava para a fuga dos presos durante a noite.<sup>105</sup> No Hospital de isolamento Chapot Prevost não havia aparelhagem médica, pessoal habilitado, medicamentos, nem leitos suficientes. A situação era tão ruim que o governo teve que condenar o prédio onde funcionava o Hospital.<sup>106</sup> Ainda na área da Saúde, a ocorrência de lepra parecia estar longe de ser controlada, por falta de assistência e medicamentos, “sendo um dos mais vivos e impressionantes labéus contra as administrações públicas”.<sup>107</sup> Já o Hospital Colônia Eduardo Ribeiro era descrito como “um depósito de doentes mentais”.<sup>108</sup> O Instituto Médico-Legal “regrediu 50 anos, pois, se procurarmos um bisturi ou uma agulha não os encontraremos”. Os trabalhos de necropsia só continuavam a ser feitos devido à boa vontade dos funcionários que trabalhavam sem a

---

<sup>100</sup> Ibidem. p. 8.

<sup>101</sup> Ibidem. p. 23

<sup>102</sup> Ibidem. p. 9.

<sup>103</sup> Crise no Abastecimento d'Água vai Continuar até Meados de Novembro. **Jornal do Comércio**, Manaus, 26 out. 1963 p. 1.

<sup>104</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1963 (Plínio Ramos Coelho). Op. Cit. p. 26.

<sup>105</sup> LEVY, Mirtyl Fernandes. Secretaria do Interior e Justiça. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1963 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem do Governador Plínio Ramos Coelho à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1963. p. 9.

<sup>106</sup> AKEL, Akel Nicolau. Secretaria de Assistência e Saúde. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1963 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem do Governador Plínio Ramos Coelho à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1963. p. 5.

<sup>107</sup> Ibidem. p. 6.

<sup>108</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1963 (Plínio Ramos Coelho). Op Cit. p. 13.

mínimas condições.<sup>109</sup> A produção agrícola do Estado estava regredindo com o continuado êxodo da população do interior em direção à capital. “Falta a técnica. Faltam máquinas. Faltam compradores nas safras. Faltam silos e a produção vem diminuindo dia a dia, ao mesmo tempo que a curva, acusando, importação de farinha, feijão, arroz, leite e carne, é ascendente”.<sup>110</sup>

A conclusão a que o governador chegou, após a apresentação do quadro entristecedor da administração pública estadual, foi a de que o Estado não poderia ser o único administrador da coisa pública, já que não tinha competência para sê-lo. O Governo do Estado queria apostar agora em sociedades de economia mista. Por isso, deveria fomentar a ação da iniciativa privada e suprir as necessidades advindas de áreas que não fossem chamativas para a aplicação do capital privado. Para explicar a mudança de rumo na ideologia referente ao funcionamento da economia amazonense e aplicação das verbas públicas, Plínio Coelho ofereceu alguns exemplos de falhas em investimentos em empresas estatais criadas por ele mesmo, em sua gestão anterior.

Por que mudamos? Por que estamos em campo oposto ao que estivemos até 1958? Respondemos lealmente. Porque criamos a ALIMENTAMAZON e ela fracassou em consequência de seu presidente e diretores serem nomeados. Porque a OLARIA DO ESTADO não concretizou o ideal para que foi criada. Porque a fazenda Mista de Humaitá, que contava com quase oitocentas rezes ao deixarmos o governo, está hoje reduzida a menos de cem matrizes. Porque o DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO MINERAL, encarregado da realização de pesquisas mineralógicas e da produção de cal, nada ou quase nada produziu.<sup>111</sup>

A Transportamazon também foi usada para mostrar a ineficiência do Estado como administrador. Dos 41 ônibus adquiridos pela estatal, apenas oito estavam em funcionamento, com três parados para pequenos reparos. Dezesseis ônibus poderiam ser consertados, mas quatorze estavam inteiramente imprestáveis. Para piorar, a empresa ainda possuía pendências financeiras de mais de 47 milhões de cruzeiros.<sup>112</sup>

Faltando poucos dias para acabar o ano de 1963, Plínio Coelho fez um vigoroso ataque à União. Falando em complô contra a Amazônia e mostrando-se revoltado pela forma como a política nacional tratava a questão da borracha, o governador do Amazonas acusou o governo federal de, com sua indiferença, estimular um espírito de separatismo no povo amazônico, remetendo-se, ainda, ao fantasma da internacionalização da região.

<sup>109</sup> ROSAS, Mário. Polícia Civil do Estado. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1963 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem do Governador Plínio Ramos Coelho à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1963. p. 18.

<sup>110</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1963 (Plínio Ramos Coelho). Op. Cit. p. 30.

<sup>111</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1963 (Plínio Ramos Coelho). Op. Cit. p. 38.

<sup>112</sup> Ibidem. pp. 38-39.

Pois bem, este país que nos prepara para nos entregar as outras nações que precisam de espaços vitais, este país, diga-se mais uma vez, nos nega o direito de sobrevivência dentro da comunidade brasileira. Já afirmou certa feita, o jornalista Assis Chateaubriand, que há povo, neste país, espoliado, esquecido, caluniado que não tem sequer um olhar de complacência do Governo Federal, mas que faz questão de se dizer brasileiro, e que este povo é o povo amazônico.<sup>113</sup>

Reprovava a falta de ação do presidente João Goulart que, na visão de Plínio, ou não tinha autoridade para se fazer respeitar ou era um prisioneiro das forças ocultas as quais Jânio Quadros se referiu quando renunciou. O Amazonas, com cada vez mais dificuldades em manter seus compromissos com o funcionalismo, mesmo com o aumento da arrecadação, encontrava-se em uma “hora dramática”.<sup>114</sup>

Alguns exemplos são relevantes para ilustrar o porquê da veemente manifestação. Durante seu segundo mandato, Plínio Coelho mandou inúmeras solicitações ao Presidente João Goulart, que, lembramos, também era do PTB, mas as soluções tardavam a chegar, quando chegavam. O caso da Universidade do Amazonas foi uma delas. Criada como fundação pela Lei Federal nº 4069A, de 12 de junho de 1962 e mantida pela União, só instalou-se realmente em 17 de janeiro de 1965. Uma carta de novembro de 1963 mostra o governador reclamando a Goulart a liberação, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de 53 milhões de cruzeiros necessários para que se começasse a instalação da Universidade.<sup>115</sup> Não foi atendido. Outra reivindicação, esta de março de 1963, foi o aumento de 170% no preço da borracha “em nome dos seringueiros da Amazônia”, como parte de compensação das perdas do valor do produto desde 1944, quando foram firmados os Acordos de Washington.<sup>116</sup> Sete meses depois, Plínio Coelho, em nova carta, argumenta que não houve nenhum pronunciamento da Comissão Executiva de Defesa da Borracha sobre seu pedido anterior, havendo apenas o aumento rotineiro de cinquenta por cento.<sup>117</sup>

O ano de 1964 começou com a implantação da nova filosofia de estímulo aos investimentos de empresas privadas. O governo do Amazonas mandou publicar o seguinte anúncio em grandes jornais do país, entre eles, O Estado de São Paulo, O Globo e Correio da Manhã:

“AMAZONAS CONVIDA O BRASIL – PROGRAMA CERTO DE APLICAÇÃO DE CAPITAIS” - “O GOVERNO PLÍNIO RAMOS COELHO CONVIDA TODOS OS HOMENS DE EMPRESA DO PAÍS A PARTICIPAREM DA

<sup>113</sup> Libelo contra o Governo Federal. **Jornal do Comércio**, Manaus, 21 dez. 1963, p. 1.

<sup>114</sup> *Idem*.

<sup>115</sup> REIVINDICAÇÕES. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1964 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1964. p. 8.

<sup>116</sup> *Ibidem*. p. 19.

<sup>117</sup> *Ibidem*. p. 28-29.

SUA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO DO AMAZONAS, PROMOVENDO A INDUSTRIALIZAÇÃO DAS FABULOSAS RIQUEZAS DO ESTADO COMO: FIBRAS, GOMAS, MADEIRAS, SEMENTES OLEAGINOSAS, MINÉRIOS, etc.  
 PARA ESSE OBJETIVO, A LEI FEDERAL Nº 4.216 DE 6-5-63 AUTORIZA DEDUZIR ATÉ 50% NAS DECLARAÇÕES DO IMPOSTO DE RENDA. POR SEU TURNO, A LEGISLAÇÃO ESTADUAL, BEM ASSIM A DOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES, ASSEGURA EXPRESSIVOS BENEFÍCIOS FISCAIS AOS INVESTIDORES”<sup>118</sup>

A esperança de novos dias passava a ser a implantação da Zona Franca de Manaus. Elaborada em lei desde 1957 (Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957), a Zona Franca era vista como a solução definitiva para o problema da falta de estímulo à industrialização comandada por empresas privadas. O governo estadual empenhou-se em conseguir logo o apoio da Valorização para o planejamento e implementação da área de livre comércio, já que o artigo 12 da lei 3.173 estabelecia a zona franca de Manaus como empreendimento coordenado com o PVEA. As despesas com instalação, conservação e funcionamento seriam custeadas por meio do artigo 199 da Constituição, ou seja, fariam parte do orçamento da SPVEA. O crescimento da economia de Manaus era fundamental para o Estado, já que somente a arrecadação da receita da capital correspondia a 80,33% da arrecadação total do Amazonas.<sup>119</sup> Ademais, ainda havia um comprometimento financeiro muito grande com o funcionalismo público que, sozinho, consumia 70% da arrecadação total.<sup>120</sup>

De qualquer maneira, os planos de Plínio Coelho para uma administração renovada tiveram de ser interrompidos por causa do golpe militar de 1964. Com seus direitos políticos cassados pelos militares, após uma frustrada tentativa de *impeachment*, foi obrigado a deixar o cargo de governador. Para seu lugar foi escolhido Arthur Reis, que nem no Brasil se encontrava no momento do golpe.

### 3.2.5 – Governo Arthur Reis

Indicado como novo governador do Estado por Castello Branco e aprovado pela Assembleia Legislativa do Amazonas, o professor Arthur Reis era considerado uma opção acertada para o cargo por alguns motivos: ser um intelectual respeitado do Amazonas, ter um

<sup>118</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1964 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1964. p. 16.

<sup>119</sup> MORAES, Aldo. Secretaria de Economia e Finanças. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1964 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1964. p. 11.

<sup>120</sup> *Ibidem*. p. 15.

currículo impressionante e nutrir uma simpatia notória por governos fortes e nacionalistas, mesmo que não fossem democráticos.

Filho do jornalista Vicente Torres da Silva Reis, proprietário do *Jornal do Comércio* de Manaus, bacharelou-se em Direito em 1927 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Quando voltou a Manaus, tornou-se redator-chefe do jornal de sua família. Entre 1946 e 1964, sem contar a atuação como professor, Reis trabalhou como:

- Chefe da Divisão de Expansão Econômica do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho.
- Chefe da delegação brasileira à Conferência do Comércio e Emprego, realizada em Havana, Cuba, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU).
- Diretor-geral do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo
- Integrante da Comissão de Mão de obra da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos
- Superintendente da SPVEA
- Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
- Diretor do Departamento de História e Divulgação do estado da Guanabara.
- Diretor-geral do Departamento Nacional da Indústria
- Delegado do Brasil à Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento da ONU, realizada em Genebra, na Suíça.<sup>121</sup>

Voltando de Genebra, foi surpreendido ainda no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, com a notícia de que tinha sido escolhido o novo governador do Amazonas. Para Reis, o problema do seu estado não era a União:

Discordo do que afirma comumente que o Amazonas é um Estado abandonado, esquecido. O Amazonas nunca foi esquecido. O que tem havido é uma má aplicação dos recursos proporcionados pelo governo federal. Quem abrir o Orçamento da República verá que ele hoje é mais ligado aos problemas estaduais do que aos problemas da União. No tocante ao Amazonas, esses recursos são elevados. O que tem havido, segundo entendo e me parece, na base do que sei, é que esses recursos não se fazem de acordo com as necessidades reais do Estado, e com a aplicação muito útil e muito digna.<sup>122</sup>

Apesar de seu nome ter sido bem recebido por quase toda a Assembleia Legislativa, os primeiros meses de governo de Reis foram tumultuados por causa de um conflito entre o

<sup>121</sup> Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **REIS, ARTUR CESAR FERREIRA.** Verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/reis-artur-cesar-ferreira>. Acessado em 24 mar. 2017.

<sup>122</sup> Ampla entrevista de Arthur Reis a imprensa. **Jornal do Comércio**, Manaus, 23 jun. 1964, p. 5.

recém-empossado governador e os deputados amazonenses. O choque começou por causa da extinção dos mais de 200 municípios criados no Amazonas por Plínio Coelho, cujos prefeitos eram de livre nomeação pelo Governador.<sup>123</sup> A extinção foi considerada por Reis como “o primeiro de uma série de atos emanados do bojo da Revolução de 31 de Março, com vistas a recuperação moral do Estado”.<sup>124</sup> Entretanto, os deputados não gostaram nem um pouco dessa mudança, que mexia com seus “currais eleitorais” e, em represália, votaram no mesmo dia o aumento dos próprios subsídios, com números de 19 a favor e 8 contra.<sup>125</sup> Tal ato gerou indignação na sociedade amazonense, fazendo com que o *Jornal do Comércio* classificasse os deputados que votaram a favor do aumento de “coveiros” e “algozes do erário público”.<sup>126</sup> Com o impasse, já que o Governador não aceitou a decisão e os parlamentares não voltaram atrás, impedindo as tentativas de anulação do aumento, Reis, na noite de 10 de julho de 1964, ordenou que a tropa de choque fechasse a Assembleia. Na mesma noite também houve a prisão do ex-governador Plínio Coelho, acusado de crime de extorsão. Os jornais O Trabalhista e A Gazeta, de propriedade de Plínio, foram interditados pela polícia. Horas depois, o Tribunal de Justiça recebeu o pedido de *habeas corpus* em favor do ex-governador, que estava detido na Penitenciária.<sup>127</sup> O Tribunal de Justiça solicitou informações a respeito da prisão de Plínio a Arthur Reis, que respondeu afirmando que o ex-governador havia sido preso “por delito praticado contra o Estado, seu patrimônio e a ordem política e social” e “para assegurar o êxito da apuração da responsabilidade”.<sup>128</sup> O *habeas corpus* foi concedido a Plínio, mas Reis recusou-se a libertá-lo, entregando-o a autoridades federais militares. Sua soltura pelos militares, que não tinham provas para mantê-lo preso, foi decisiva para que Reis pedisse sua renúncia à Assembleia Legislativa, por sentir-se desrespeitado e desmoralizado pelo desfecho da situação. Depois que o Governo Federal soube do acontecido, Castello Branco ligou para Reis pedindo que esperasse. Após muitas conversas e tentativas de convencê-lo a mudar de ideia, Reis condicionou a sua permanência a algumas “condições pessoais de interesse da administração e do Estado”. A condição *sine qua non* era a prisão de Plínio Coelho. O Planalto então expediu ordem de prisão ao ex-governador quase que

---

<sup>123</sup> Governo Proporá a Assembleia Extinção dos Novos Municípios. **Jornal do Comércio**, Manaus, 10 jul. 1964, p. 1.

<sup>124</sup> Arthur Reis afirma categórico: A Revolução se fará presente no Amazonas. **Jornal do Comércio**, Manaus 10 jul. 1964, p. 6.

<sup>125</sup> Maioria Aumentou Subsídios Dos Deputados. **Jornal do Comércio**, Manaus, 11 jul. 1964, p. 1.

<sup>126</sup> Venceram os Coveiros. **Jornal do Comércio**, Manaus 11 jul. 1964, p. 1.

<sup>127</sup> Assembleia Ocupada Militarmente, **Jornal do Comércio**, Manaus, 11 ago. 1964, p. 1.

<sup>128</sup> Informações Do Gov. Arthur Reis Prestadas Ao Tribunal De Justiça. **Jornal do Comércio**, Manaus, 12 ago. 1964, p. 8.



instantaneamente. Plínio, entretanto, não foi encontrado, pois fugira após ter sido solto pelos militares.<sup>129</sup>

Depois de demonstrar sua força política, a maior preocupação de Arthur Reis passava a ser a mudança radical da economia do Amazonas. Para isso, havia a necessidade de implantar um parque industrial que atraísse capital, gerasse empregos novos e trouxesse tecnologia para a região, utilizando as matérias-primas locais. A construção de uma sociedade nova e mais moderna exigia que o extrativismo e a mera exportação de bens primários fossem superados e perdessem a importância que ainda tinham na economia amazonense. As razões para o subdesenvolvimento do Amazonas foram resumidas assim pelo governador:

[...] se expressa na insuficiência alimentar, na fraqueza do trabalho agrícola, no nível de vida baixo, na renda nacional inexpressiva, num pequeno consumo de energia, no comércio hipertrofiado, nas estruturas sociais atrasadas, num fraco desenvolvimento da classe média, no desemprego constante, no baixo nível da instrução, na mortalidade infantil ponderante, no rude trabalho de menores e mulheres, na alta taxa de natalidade, no estado sanitário precário, na fraqueza dos laços de integração nacional e, em consequência de tudo, numa tomada de consciência que revela politização incipiente, primária, sem grandeza, amarrada a desejos e a compreensões limitadas, quando não demasiadamente inferiores [...]<sup>130</sup>

O combate a toda a problemática enumerada acima foi programado em um amplo plano que contou com a colaboração de técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e ficou conhecido como Plano Bial (1965-66). Através desse Plano pretendia-se promover “um novo estado de consciência, de trabalho, de ação realizadora, inclusive na área do espírito”.<sup>131</sup> Reis estava imbuído da decisão de melhorar o Estado em todos os níveis possíveis e obter uma maior visibilidade e conceituação dentro do país. Os objetivos traçados pelo Plano Bial constituíam-se de algumas velhas reivindicações feitas ao governo federal, que deveriam ter sido resolvidas pela SPVEA, mas não haviam dado resultado até o momento: a estabilização da economia local, o alargamento da linha de povoamento efetivo, a integração do desenvolvimento nacional, assegurar base para novos empreendimentos e corrigir distorções e estrangulamentos. Outros objetivos eram a garantia de multiplicação de emprego, dar maior eficiência e racionalidade a ação do poder público federal e estadual, e “ponderar projetos audaciosos na perspectiva de recursos extraordinários.” O Plano Bial também incluía como meta a implantação imediata do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, a

<sup>129</sup> Retrospecto da Crise Política e os Acontecimentos Verificados Ontem. **Jornal do Comércio**, Manaus, 14 ago. 1964, pp.1 e 3.

<sup>130</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1965 (Arthur César Ferreira Reis). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1965. pp. 10-11.

<sup>131</sup> REIS, Arthur César Ferreira. **Como Governei o Amazonas**. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967. p. 15.

adequação da política federal na Amazônia aos princípios do Plano, e a reformulação da SPVEA.<sup>132</sup>

Reis criou a CODEAMA, Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas, em novembro de 1964, com a função de planejar e promover o desenvolvimento econômico e social do estado. Planejou também um Plano Global de Eletrificação visando não apenas planos de eletrificação para a capital mas, principalmente, os municípios do interior. Sua execução seria feita pela CELETRAMAZON, Centrais Elétricas do Amazonas S.A., que teve sua constituição autorizada pela Lei nº 35, de 31 de julho de 1963 e estabeleceu-se como empresa em 28 de janeiro de 1964. Os recursos para as obras viriam das esferas administrativas federal, estadual e municipal. O curioso é que os investimentos federais estavam previstos para serem aplicados através do Ministério das Minas e Energia, não cabendo a SPVEA nenhuma responsabilidade sobre o investimento.<sup>133</sup>

O governo estadual passou a priorizar a construção de rodovias para facilitar o deslocamento e a permanência da população no interior do estado. Tendo como exemplo principalmente a Belém-Brasília, o objetivo era proporcionar uma nova mobilidade, social e econômica, pelos caminhos abertos interior adentro. A opção em valorizar as estradas não reflete, entretanto, que o transporte fluvial estivesse funcionando em boas condições. A realidade era exatamente o contrário disso. Ao final de seu governo, Reis afirmava que “em que pesem os esforços despendidos, quase nada foi conseguido realizar nesse setor”.<sup>134</sup> Em compensação, as obras das rodovias estaduais foram acontecendo. A estrada Lábrea-Humaitá, que causou o rompimento entre Amazonas e SPVEA em 1958, recebeu Cr\$ 100 milhões da instituição para o prosseguimento da construção em janeiro de 1965.<sup>135</sup> Em 1966, o governador gabava-se da quilometragem alcançada durante seu período no cargo, afirmando que em um ano e meio de governo construiu 154 quilômetros de rodovias, enquanto nos 19 anos anteriores foram construídos apenas 276 quilômetros.<sup>136</sup>

Como seus antecessores, Reis percebia o quanto havia-se deixado de fazer por causa do fraco desempenho federal na Amazônia. Porém, os problemas internos se acumulavam, ajudando a sabotar os investimentos da União no estado. A debilidade da SPVEA, incluída nesse cenário, era um assunto trazido à tona sempre que havia a possibilidade:

<sup>132</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1965 (Arthur César Ferreira Reis). Op. Cit. pp. 210-212.

<sup>133</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1965 (Arthur César Ferreira Reis). Op. Cit. p. 165.

<sup>134</sup> REIS, Op. Cit. p. 98.

<sup>135</sup> Rodovia Humaitá-Lábrea beneficiada com Cr\$ 100 milhões do orçamento da SPVEA. **Jornal do Comércio**, Manaus, 27 jan. 1965, p. 8.

<sup>136</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1966 (Arthur César Ferreira Reis). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1966. p. 61.

DA “SPVEA” podemos dizer que deve ao Estado a importância de Cr\$ 7.226.539.000! Desejo que me permitam assinalar que pelo quadro, que ela própria nos forneceu, das dotações consignadas ao Amazonas e pagas, verifica-se que apenas no período em que exerci a Superintendência, o Estado recebeu a quase totalidade das dotações consignadas no Orçamento, aprovado pelo Congresso Nacional. Em 1954, para Cr\$ 121.080.000 pagaram-se ao Amazonas Cr\$ 120.468.320; em 1955, para Cr\$ 138.115.000 pagaram-se Cr\$ 135.595.224 ! No tocante ao ano de 1964, as dotações que nos foram atribuídas somaram Cr\$ 3.715.669.000, tendo sido pagas apenas Cr\$ 806.000! Convém registrar, é certo, que o Amazonas, por suas Secretarias, deixou de apresentar comprovantes da aplicação das dotações que recebeu, entre 1956 e 1963, o que, de certo modo, tem criado dificuldades no recebimento das quotas, uma vez que é rígida a legislação que rege a matéria.<sup>137</sup>

Em visita do presidente Castello Branco à Amazônia, Arthur Reis, no Palácio Rio Negro em 1965, pediu maior esforço da União para atender aos pedidos da região. Referindo-se especificamente à Valorização, argumentou que o Estado não recebia os recursos devidos, porém, mais uma vez, não isentou o Amazonas de responsabilidade por tal situação, já que as administrações anteriores não prestaram contas das verbas recebidas:

A SPVEA, que nos deve sete bilhões de cruzeiros, não vem dispondo de recursos para executar os programas seus e dos Estados a quem tem de vincular-se e a que tem de servir por dispositivo constitucional. É preciso integrá-la nos compromissos do Poder Central para com a Amazônia, assegurando-lhe orçamentos exatos, de acordo com o que se lê no texto do diploma magno de nossa Pátria. Já em exposições a Vossa Excelência, demos conta, sinceramente, da nenhuma presença dos serviços federais em nosso Estado. Não que os seus servidores ignorem os deveres funcionais e a missão de que estão investidos, mas porque não se tem dado a esses serviços aqueles elementos naturais, necessários ao seu funcionamento [...] <sup>138</sup> Da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 1965, o Governo do Estado, referente ao exercício de 1964, recebeu apenas Cr\$ 180.000.000, enquanto que para entidades outras a mesma SPVEA, na área do Amazonas, pagou Cr\$ 127.780.000. Continuamos, por consequência, sendo cada vez maiores credores de recursos daquele órgão, cabendo, ainda, informar a Vossas Excelências, referente à Valorização, que os Governos antecedentes ao nosso desde 1955, não prestaram contas dos recursos dela recebidos. Ressalvo que ao tempo em que fui Superintendente do PVEA, antes, portanto, de 1955, jamais permiti a liberação de recursos novos sem a prestação de conta da parcela anteriormente liberada. Essa anormalidade, que não pode ser corrigida, porque, mais que vasculhássemos não estamos encontrando documentos que possam servir como dados comprobatórios daquelas prestações de contas ausentes, o que cria grandes dificuldades ao Estado para o recebimento de novas dotações.<sup>139</sup>

O INPA, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, era outra instituição que sofria com a falta de assistência e apoio financeiro por parte do governo federal. Somado a isso estava a constante carência de pessoal qualificado, o que contribuía para o não andamento das pesquisas. Reis afirma “com certo orgulho” que o INPA só recebeu os recursos destinados a

<sup>137</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1965 (Arthur César Ferreira Reis). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1965. p. 220.

<sup>138</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1966 (Arthur César Ferreira Reis). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1966. p. 131.

<sup>139</sup> Ibidem. p. 132.

ele de maneira correta durante a sua gestão e a de Aldebaro Klautau à frente da SPVEA. Tirando esses períodos, os recursos chegaram a demorar até 3 anos para ser entregues.<sup>140</sup>

Toda a inoperância do governo federal era, na ótica de Reis, resultado de uma visão errada e até primária que o resto do país tinha sobre a região amazônica. Não se compreendia a Amazônia com suas variantes, particularidades, contrastes e desigualdades e sim como um bloco único, isolado pela sua condição geográfica. Por isso as políticas as quais o Amazonas era subordinado não obtinham resultado, partiam do desconhecimento e, irrealis, não podiam alcançar nem sucesso social, nem econômico.<sup>141</sup>

O ano de 1966 começou com informações sobre a extinção da SPVEA e de sua substituição por dois novos órgãos federais. Ao saber que esses novos órgãos seriam sediados em Belém, Arthur Reis convocou uma coletiva de imprensa para dizer que não aceitava tal situação, já que todos os órgãos federais ficavam em Belém, o que fazia do Amazonas, “de certo modo, uma sobra”. Classificando a proposição como “um ato contra o Amazonas”, Reis reiterou que não tinha nem nunca teve nada contra o Pará, mas que não era possível aceitar a exclusão do seu estado.

Sou um dos que entendem que a União não é madrastra, se há erros cometidos, em grande parte, a responsabilidade desses erros é nossa, mas no momento, é preciso que se diga claramente que não concordamos com esse esquecimento, nem com essa maneira de nos tratar.<sup>142</sup>

A verdade é que ninguém sabia exatamente o que aconteceria com a SPVEA. Primeiro afirmava-se que ela seria extinta, substituída por outros órgãos, depois que seria mantida e apenas reformulada internamente. Passaram-se meses de informações desencontradas e incertezas até a confirmação de sua substituição pela SUDAM. No plano estadual, apesar da formulação do Plano Biental e dos investimentos feitos pelo governo, as questões de infraestrutura, alimentação, educação e segurança pública continuavam em situação muito complicada. A receita amazonense ficou longe de atingir a previsão para o ano, inclusive apresentando decréscimo de 23%.<sup>143</sup> Já as despesas, relacionadas a encargos assistenciais, manutenção da máquina administrativa e obras de governo, foram 12% maiores que a receita estadual.<sup>144</sup> Soma-se a isso o não funcionamento da Lei Calmon, que passou a ser considerada “letra morta” e não conseguiu estimular a economia amazonense como esperado. A principal

<sup>140</sup> Ibidem. p. 136.

<sup>141</sup> Ibidem. p. 10.

<sup>142</sup> Arthur Reis desfralda bandeira contra a discriminação do Amazonas. **Jornal do Comércio**, Manaus, 14 jan. 1966, p. 1.

<sup>143</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1967 (Danilo Duarte de Mattos Areosa). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1967. p. 6.

<sup>144</sup> Ibidem. p. 7.

causa apontada para seu fracasso foi a burocracia da SPVEA, que entravava o andamento dos projetos das firmas que haviam solicitado os favores da Lei.<sup>145</sup>

O governo de Reis, assim como os anteriores, herdou uma sociedade engessada, que não conseguia criar condições para evoluir de maneira duradoura. A economia, ainda presa ao extrativismo, não era capaz de fornecer atrativos para os investimentos privados. Além disso, a ação do Estado, em todas as esferas, era lenta e incompleta. Dentro desse quadro, os contratempos causados pela ausência de infraestrutura tornavam-se muito difíceis de serem superados. O abastecimento de água em Manaus continuava precário, pois era basicamente o “mesmo instalado pela Manaus Improvement” em 1907 para uma população de 50.000 pessoas.”<sup>146</sup> As ampliações feitas ao longo dos anos nas linhas de distribuição, assim como as melhorias no bombeamento, aumentaram a capacidade de atendimento para 90 mil pessoas, muito pouco para uma cidade que tinha por volta de 300 mil habitantes no fim da década de 1960. Durante seu mandato, Reis conseguiu implantar o tratamento da água para Manaus, convocando a imprensa para presenciar o processo químico de purificação realizado em um dos tanques filtradores.<sup>147</sup> No entanto, a Mensagem de 1967, já no governo de Danilo de Mattos Duarte Areosa, aponta que o sistema, obsoleto, fornecia água em seu estado natural, sem qualquer tipo de tratamento.<sup>148</sup> Os gêneros alimentícios permaneciam escassos, já que a produção local era exígua e não tinha condições de suprir o mercado consumidor. A comercialização era feita através de um pequeno número de firmas importadoras, que revendiam os produtos aos varejistas. A total dependência dos varejistas, muitos formados por pequenas mercearias, era determinante para o alto preço dos alimentos “que ficam em mãos de poucos, e são posteriormente entregues a muitos, que os vendem com acréscimos para os seus próprios lucros, acréscimos sobre que incide, como é de lei, a tributação oficial”.<sup>149</sup> Para piorar ainda mais esse sistema, havia a precariedade do transporte, através de navios com condições inapropriadas e com as mercadorias chegando, muitas vezes, já estragadas. A busca por ressarcir o prejuízo com os alimentos descartados por causa da viagem era outro fator fundamental para que os preços subissem descontroladamente. O problema habitacional em Manaus se fazia mais visível com a Cidade Flutuante, localizada nas proximidades do porto

<sup>145</sup> Excesso de burocracia entrava Lei Calmon, **Jornal do Comércio**, Manaus, 24 jun. 1964, p. 8.

<sup>146</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1966 (Arthur César Ferreira Reis). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1966. p. 54.

<sup>147</sup> Governo cumpre uma de suas metas do setor saúde. **Jornal do Comércio**, Manaus, 14 jan. 1965, p. 8.

<sup>148</sup> CÂMARA, Villar Fiuza da. Secretaria de Viação e Obras. In: AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1967 (Danilo Duarte de Mattos Areosa). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1967. p. 33.

<sup>149</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1966 (Arthur César Ferreira Reis). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1966. p. 93.

de Manaus e que formava, na visão do governador, um “mundo desumano que provocava tanto mal-estar”.<sup>150</sup> Considerada um grave foco de desordem, além de um perigo para a saúde pública, as suas 2.500 casas foram retiradas do rio e a Cidade Flutuante foi extinta pelo governo estadual.<sup>151</sup>

Mas, apesar de tudo, houve alguns sucessos também, como a construção de colégios e a já citada instalação da Universidade, com a criação de novos cursos universitários. Na Faculdade de Ciências Econômicas foram criados os cursos de Ciências Contábeis e de Administração. Na Faculdade de Filosofia passou a funcionar o Curso de Letras. Houve também o estabelecimento das Faculdades de Medicina, Engenharia, Farmácia e Odontologia. A Maternidade de Itacoatiara, denominada “Cunha Melo”, foi inaugurada a 5 de setembro de 1965, com capacidade para doze leitos.<sup>152</sup> A Companhia de Eletricidade de Manaus finalmente conseguiu ampliar a capacidade de produção de energia elétrica para uma voltagem de 22.500 kw, com possibilidade de chegar a 30.000 kw. Com essa produção, a cidade poderia ser abastecida sem problemas, já que a maior capacidade de consumo exigida até então tinha sido de 13.000 Kw.<sup>153</sup> Também foi inaugurada a nova usina elétrica de Parintins, ocorrida a 23 de dezembro de 1965.<sup>154</sup> Parintins, inclusive, sofria uma transformação por causa da juta, saindo de uma cidade sem atrativos para uma cidade produtora, na qual “por mais pobre que o homem seja, não há o problema da fome, nem os anseios e neuroses das grandes cidades, que fazem da vida um inferno”.<sup>155</sup>

Podemos perceber que durante todo o período analisado, o Amazonas lidou com dificuldades estruturais complexas, que já duravam décadas e impediam o crescimento do estado por si só. É fácil compreender que não foi um período de estagnação, pois houve obras, construções e mudanças, principalmente em Manaus e algumas cidades do interior, como Itacoatiara e Parintins. O grande impedimento para a melhoria da situação foi a falta de dinheiro do poder público estadual para conservar os prédios públicos e investir de forma ininterrupta nas soluções que foram pensadas, mas não puderam ser implementadas ou acabaram abandonadas. Era preciso escolher em que áreas atuar. O conjunto de adversidades

<sup>150</sup> REIS, Arthur César Ferreira. **Como Governei o Amazonas**. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967. p. 208.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 121.

Obs: Para saber mais sobre o assunto, pode-se consultar a tese “Cidade Flutuante: Uma Manaus sobre as águas (1920-1967)”, de Leno José Barata Souza.

<sup>152</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1966 (Arthur César Ferreira Reis). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1966. p. 39.

<sup>153</sup> REIS. *Op. Cit.*, p. 73.

<sup>154</sup> AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1966 (Arthur César Ferreira Reis). *Op. Cit.* p. 81.

<sup>155</sup> Sementes Milagrosas Mudam Porto de Lenha em Cidade Modelo. **Jornal do Comércio**, Manaus, 17 set. 1966, p. 5.

era tão amplo que só com ajuda externa seria possível começá-lo. A SPVEA assume esse papel, embora o tenha conduzido de forma dúbia, já que atuou de maneira descuidada, chegando a ser acusada de descaso mais de uma vez pelos governos petebistas. Ao mesmo tempo, a atuação da Valorização foi prejudicada pelos transtornos externos sobre os quais discorreremos no segundo capítulo, principalmente o da falta de pagamento, pela União e pelo próprio Amazonas, de suas obrigações constitucionais. A SPVEA (para o que era ambicionado tanto pela Lei 1.806, quanto pelo Primeiro Plano Quinquenal) deixou muito a desejar, mas sem ela as conquistas estaduais, principalmente as que envolviam maiores investimentos financeiros, provavelmente não aconteceriam. Continuaremos a análise de forma mais profunda nas Considerações Finais.

## Considerações Finais

A presente pesquisa teve o propósito de contribuir para aumentar o conhecimento a respeito de um período que tem bem menos projeção para a história regional do que outros momentos considerados marcantes, como o auge e a crise da borracha e a implantação da Zona Franca de Manaus. Ao esmiuçar os problemas que afetaram a SPVEA e a reação causada entre os interessados no seu funcionamento, houve uma colaboração importante aos estudos sobre o desenvolvimento regional e a atuação do órgão. Tanto a sua organização interna, passando pelo desempenho dos superintendentes, quanto os fatores externos, que prejudicaram imensamente sua atuação, puderam ser examinados. A pesquisa pôde expor como se deram os atrasos e faltas de pagamento, os escândalos de corrupção que envolveram a instituição, as tentativas de mudanças propostas pelos superintendentes e a relação entre esses superintendentes e políticos da Amazônia, principalmente os amazonenses.

Estabelecida para a resolução dos problemas amazônicos, a SPVEA deveria desenvolver a região e integrá-la economicamente ao restante do país, diminuindo a desigualdade em relação aos grandes centros nacionais. Apesar disso, a Superintendência tornou-se um fardo para a administração pública brasileira assim que o Primeiro Plano Quinquenal foi concluído, em 1954. Logo nos primeiros anos de suas atividades, houve um completo desinteresse pelos rumos da Valorização, que foi relegada à indiferença por todos os governos federais que se seguiram, por mais que os discursos fossem no sentido contrário. Não é exagero afirmar que a instituição foi sabotada pela União, que sempre manteve a mesma postura de negligência desde o período de auge do desenvolvimento industrial do país e intervencionismo estatal, passando pelo período de crise política nacional até a implementação da ditadura civil-militar. Seguindo esse raciocínio, podemos afirmar que o trabalho realizado pela SPVEA, durante as décadas de 1950 e 1960, foi insuficiente basicamente por dois motivos principais: o total descumprimento da obrigação constitucional de destinar o mínimo de três por cento de renda tributária para a Amazônia e a não aprovação do Primeiro Plano Quinquenal. A essas duas razões acrescentamos a construção da rodovia Belém-Brasília, que funcionou como um verdadeiro sorvedouro das verbas destinadas à Amazônia Legal, já que a estrada colocou em segundo plano os investimentos em todos os outros setores de atuação da Superintendência.



A não aprovação do Primeiro Plano Quinquenal foi gravíssimo para as pretensões da SPVEA, pois impediu que o órgão pudesse estabelecer qualquer planejamento de médio ou longo prazo, indo contra todos os estudos realizados até então. A falta de um projeto claro e definido, além da ausência de um conjunto de operações previamente programadas, transformaram a Superintendência em uma distribuidora de recursos financeiros e uma fazedora de convênios e acordos individuais. Sua atuação atingiu um alcance tão fragmentado quanto exagerado e como consequência, o ideal de unir os interesses regionais em favor de um investimento global no espaço amazônico (através dos 28 pontos estabelecidos pelo Primeiro Plano Quinquenal, com seus critérios econômicos e políticos) nunca saiu do papel. O que se deu foi exatamente o contrário, com as classes políticas locais disputando o orçamento da Valorização avidamente, visando somente assegurar os próprios interesses e deixando os superintendentes totalmente expostos aos desejos egoístas da política regional. Outro resultado da ausência de um programa duradouro em que a SPVEA pudesse se basear foi a descontinuidade dos trabalhos dos superintendentes. Sempre que existiram mudanças na direção do órgão, os novos responsáveis procuraram mudar a fisionomia da instituição, estabelecendo novas abordagens, novos planos de trabalho e a reformulação na aplicação de verbas e execução de convênios e obras. Trabalhando ante o cenário descrito, quase todos os superintendentes deixaram a Valorização por iniciativa própria, exaustos pelas pressões recebidas e por não conseguirem dar prosseguimento a seus intentos.

A falta de pagamento desestabilizou completamente os esforços da Superintendência, já que comprometeram o prosseguimento dos acordos firmados pela instituição, deixando obras inacabadas durante anos, não permitindo que houvesse condições para iniciar tantas outras e interferindo no repasse aos estados e municípios. O descrédito e a imagem de ineficiência aumentavam cada vez mais, à medida que tais acontecimentos se sucediam.

Por que isso aconteceu depois de tanta preocupação a respeito do futuro da região, na década de 1940?

Devido às circunstâncias mostradas no capítulo 1, que fugiam ao controle da União, a decisão de intervir na “área-problema” ganhou impulso e não poderia ser mais adiada, porém existiam interesses mais urgentes, como garantir uma maior industrialização nacional e apoiar a entrada do capital privado no país. Através do novo contexto de integração, a Amazônia estava definida como periferia do centro industrial brasileiro e deveria funcionar como complemento de um plano que colocava o sudeste como polo de atração, enquanto as outras regiões orbitavam ao seu redor. Durante o governo Kubistcheck, o primeiro presidente a

assumir o mandato após a criação da SPVEA, o Plano de Metas não contemplou a Amazônia Ocidental com nenhum grande projeto. Tudo estava concentrado na ligação de Belém com a nova capital. A integração nacional voltou-se para o litoral, dando as costas para o mundo amazônico, entendido quase como algo à parte do Brasil.

A Amazônia sempre esteve longe de ser prioridade para o governo federal, inclusive após o golpe civil-militar (as reclamações do Superintendente militar Mário Cavalcanti deixam isso claro). As atitudes da União ao longo dos anos nos fazem concluir que o investimento em um espaço geográfico tão amplo e historicamente afastado da economia nacional era visto como improdutivo. Os custos para levar adiante o programa estabelecido não seriam compensados em um curto prazo de tempo. O fato é que nem na época do auge do extrativismo gomífero a economia amazônica teve um vínculo forte com o resto do país. Pelo contrário, sempre teve laços econômicos mais estreitos com a Europa. A Amazônia dependia muito mais do contato com as outras regiões do país do que o contrário. Nem a borracha fazia falta às indústrias brasileiras. As complexas questões amazônicas passaram a ser consideradas obstáculos grandes demais para serem enfrentados. O proclamado esforço nacional para levar prosperidade para a região simplesmente não valia à pena. E se o governo federal não estava disposto a investir na estruturação da região, menos ainda estava o capital privado, que não via motivos para entrar em tamanha empreitada mesmo com os subsídios oferecidos pela União. Como vimos, até a Petrobrás preferiu deixar a região e rumar para o Nordeste... A pressa era da Amazônia, era ela quem estava há quarenta anos em uma crise que, para piorar, não era sentida no restante do território nacional. A Valorização era indispensável para a Amazônia, mas para o Brasil não. Por isso, entre 1955 e 1966, a SPVEA foi “empurrada com a barriga” até encontrar o seu fim.

Dito isso, convém salientar que a instituição não deve ser eximida de responsabilidade sobre suas operações. Havia falhas internas graves, como a enorme burocracia, admitida como um mal necessário por Arthur Reis; a estruturação da Comissão de Planejamento, que permitia a ingerência política no principal setor do órgão; e a falta de organização básica em relação ao registro de atividades, controle financeiro e fiscalização sobre os trabalhos realizados. A centralização dos poderes nas mãos do Superintendente, além do atendimento e pagamentos em Belém (quando havia dois outros escritórios que poderiam ser usados, um em Manaus e outro em Cuiabá) prolongavam o tempo de qualquer processo decisório. A própria Superintendência também foi responsável por manchar sua imagem através de grandes escândalos nacionais e seguidas denúncias de corrupção, que durante anos alimentaram o

imaginário de que a SPVEA era um antro de falcatruas, comandado por corruptos da pior espécie. Não foram os militares que imputaram o rótulo de falência moral e órgão corrompido à SPVEA, a fama já tinha se estabelecido alguns anos antes do golpe. A reputação de inépcia e gestão fraudulenta já estava presente desde 1957, quando se instaurou a CPI baseada nas acusações de Coaracy Nunes. Os escândalos relativos à Valorização ecoaram fortemente na imprensa do Rio de Janeiro. Mesmo após a mudança da capital para Brasília, os jornais do Rio (que não perderam a condição de estarem entre os mais importantes do país) continuaram dando atenção ao que acontecia na Amazônia, principalmente às investigações. Vale lembrar que praticamente todas as denúncias se deram durante o período de Waldir Bouhid à frente do órgão, e que nada foi provado contra o Superintendente.

Desde 1955, apenas dois anos após sua criação, já existia insatisfação com a estrutura interna da Superintendência. O fato é que nunca houve mudanças significativas, algumas acontecendo apenas nos seus últimos anos de existência, como a descentralização administrativa e a construção de sede própria. Essa administração engessada potencializou as dificuldades, que já seriam enormes caso a instituição funcionasse de forma eficiente e assertiva. A quantidade completamente insuficiente de pessoal qualificado foi outra dificuldade jamais superada pela Valorização. Já no fim dos anos 1950, era nítido que a SPVEA necessitava ser remodelada. No entanto, a remodelação veio somente na forma de sua extinção.

Os representantes da classe política amazônica se aproveitaram muito bem das polêmicas sobre o futuro da Amazônia para garantir dois pontos fundamentais para o progresso da região: a obtenção de verbas (art. 199 da nova Constituição em 1946) e determinar que essas verbas fossem aplicadas para dinamizar a economia da região como um todo (Lei 1.806/53). Foi um dos poucos momentos do período analisado em que, de fato, as reivindicações das classes políticas amazônicas foram ouvidas e atendidas. A instituição foi considerada um fracasso pelos políticos amazônicos porque gerou uma enorme expectativa de que o progresso chegaria rapidamente, apesar das advertências de que a obra da Valorização seria um planejamento de longo prazo. Ávidos por receberem recursos federais, que realmente eram necessários, como pudemos constatar no caso amazonense, as elites políticas amazônicas decepcionaram-se por não verem atendidos seus anseios, sem, no entanto, admitir que faziam parte dos problemas que atingiam o trabalho da Superintendência. Por outro lado, houve pressão da bancada amazônica na Câmara dos Deputados ao longo dos anos, em defesa da SPVEA, denunciando os abusos cometidos, o desrespeito à Constituição e até mesmo

impedindo os trabalhos da Casa para que houvesse alguma solução, o que nunca ocorreu. As cobranças, em sua grande maioria, exigiam a reformulação do órgão e não o seu fim. Apesar do barulho, os políticos da Amazônia foram tendo cada vez menos influência nas decisões sobre os rumos da Valorização no plano nacional. Um exemplo foi a nomeação de uma pessoa sem representatividade na Amazônia para presidir a SPVEA, caso de Andrade Lima, que desagradou toda a bancada amazônica na Câmara dos Deputados. Pode-se afirmar que a classe política amazônica ficou no meio do caminho na tentativa de atingir seus objetivos. Possuía força, influência e legitimidade suficientes para interferir nas decisões internas da SPVEA no contexto regional, mas não conseguia acesso às decisões maiores, tomadas fora dessa alçada, ficando relegada praticamente à posição de espectadora das ações de desenvolvimento adotadas pela União. Esta pesquisa elenca vários questionamentos locais (de deputados federais e do governo do Amazonas) a respeito dos serviços e atribuições da SPVEA que não resultaram em nenhuma mudança ou providência por parte do governo federal.

No terceiro capítulo foi possível exemplificar a grave situação econômica do Amazonas, explicitando como a ajuda da SPVEA era imprescindível ao estado. Apresentando as impressões dos políticos amazonenses a respeito do trabalho realizado pela instituição e acompanhando a forma como os problemas estruturais da Superintendência prejudicavam a execução dos trabalhos, pudemos estabelecer uma terceira via de observação a respeito do órgão, fora das fontes relativas à própria instituição e dos jornais. Entretanto, os jornais foram fundamentais para a complementação/confrontação das fontes oficiais dos governos amazonenses. A falta de continuidade dos investimentos da Valorização demonstrou o nível de dependência do Amazonas: quase todas as obras de relevância foram iniciadas ou complementadas pelas verbas federais. Quando essas atrasavam, tudo o que havia sido planejado ia desmoronando. Não é de se estranhar que o Amazonas, assim como quase todos os membros da Amazônia Legal, não pagasse sua cota tributária para a Superintendência. Para um estado praticamente falido (que não tinha condições de pagar o próprio funcionalismo público e cujos municípios encontravam-se quase abandonados), a obrigatoriedade constitucional deveria ser a última responsabilidade a ser considerada como algo importante. Optou-se por esperar a atuação federal.

Outro fator que demonstrou a importância da Superintendência foram as brigas políticas que envolveram o órgão. A SPVEA foi pivô de duas grandes crises no Amazonas, primeiro no desentendimento entre Plínio Coelho, Waldir Bouhid e Pereira da Silva e depois

quando a instituição se indispôs praticamente com todas as instâncias de poder e influência do estado, no caso da Companhia de Energia Metropolitana. Ficou clara também a forma como quase toda a classe política amazonense estimulava uma rixa com o Pará, enxergando o estado vizinho como receptor de benesses e privilégios, enquanto o Amazonas era sempre retratado como um enjeitado. A União era vista como uma mãe para o Pará e madrasta para o Amazonas.

A SPVEA, em treze anos de funcionamento, não conseguiu concretizar nenhum dos grandes objetivos que se propôs realizar, a começar pelo que deveria ser a sua prioridade: estabelecer condições para a reforma e ampliação das centrais elétricas de Belém e Manaus. Vimos que o assunto da eletricidade foi tratado pela SPVEA como uma questão de ajuda aos governos estaduais para apenas evitar o colapso do funcionamento. Manaus, por exemplo, só conseguiu ampliar sua capacidade de produção de forma mais significativa em 1965. Essa atitude ia contra o estabelecido na Lei 1.806 e não foi revista, os problemas de energia elétrica nunca foram tratados com a atenção e urgência que necessitavam. Ademais, agricultura, pecuária, colonização, distribuição de capital, saúde pública, a questão do nível cultural, o sistema de transportes, tudo ficou aquém das expectativas, recebendo investimentos insuficientes e que não conseguiram mudar os rumos da região. No entanto, mesmo a aplicação reduzida de verbas nos setores citados foram responsáveis para que houvesse, pelo menos, a disponibilidade dos serviços na região, por mais precários que fossem. Se por um lado a instituição não conseguiu fixar de modo permanente desenvolvimento e progresso para a Amazônia, por outro lado, seu mérito foi colaborar para que houvesse algumas melhorias e relativo desafogo principalmente no Pará e Amazonas, os dois estados que mais receberam verbas do órgão. Bem ou mal, a SPVEA estabeleceu que as necessidades e reivindicações da região precisavam ser levadas a sério, através de estudos e trabalhos científicos. Foi responsável pelo primeiro planejamento de grande porte feito exclusivamente sobre os problemas amazônicos. As pesquisas sobre a Amazônia foram estimuladas e continuaram com o tempo, reunindo um valioso material, muitas lançadas pela coleção Araújo Lima, algumas das quais foi possível utilizar para a dissertação.

Outro fator que define a importância histórica da SPVEA, foi a de ter sido a representação e o símbolo da completa falha do Brasil para com a Amazônia. Os apelos da classe política local de que a região, além de merecer, tinha potencial para muito mais, ecoavam pela imprensa do país e se juntavam às velhas questões não resolvidas que levaram à criação do órgão federal. As questões a respeito da segurança nacional, soberania brasileira,

integração e desenvolvimento regional continuavam como lacunas, o que jogou pressão sobre o governo militar para que encontrasse soluções. No entanto, o ideal do Primeiro Plano Quinquenal, elaborado pela SPVEA ainda no começo dos anos 1950, prosseguiu durante a ditadura através de um desenvolvimento autoritário e caótico, uma modernização conservadora que gerou consequências graves tanto para o meio ambiente quanto para as populações dos locais atingidos pelos projetos impostos pelos militares.

## Referências Bibliográficas

- BATISTA, Djalma. **Amazônia: Cultura e Sociedade**. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2006.
- \_\_\_\_\_. **O Complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BECKER, Bertha K. **A Amazônia na estrutura espacial do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia., Rio de Janeiro, 36(2), pp.3-36, abril/junho 1974.
- BENCHIMOL, Samuel. **Um Pouco-Antes e Além-Depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.
- BENTES, Dorinethe dos Santos. **Outras faces da história: Manaus de 1910-1940**. Manaus: UFAM, 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, pp. 231 a 269, 2005.
- BUENO. Bruno Bruziguessi. **Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, n. 1, pp. 47-64, 2014.
- CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. **A Política Econômica do Governo Kubitschek (1956-1961): O Discurso em Ação**. - Dissertação de mestrado, Economia, UFRGS, 2007.
- CARDOSO, Fernando H. e MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- CHÂTELET, Michel; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. **História das ideias políticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimentismo cepalino**: problemas teóricos e influências no Brasil. Estudos Avançados, vol. 15, nº 41, págs. 21-34. janeiro/abril. São Paulo: IEA/USP, 2001.
- COSTA, Jorge Gustavo da. **Planejamento governamental**; a experiência brasileira. Rio de

Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

DAOU, A. M.. **Instrumentos e sinais da civilização**: origem, formação e consagração da elite amazonense. História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. VI (suplemento), 867-888, setembro 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais**: a experiência dos anos 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7, n. 19, jun.,1992.

FAUSTO, Boris (dir.) **O Brasil Republicano**, v. 10: Sociedade e Política (1930-1964). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **A revolução de 1930**: história e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Danilo Araújo. **A Questão Regional e a Formação do Discurso Desenvolvimentista na Amazônia**. tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2011.

FERREIRA FILHO, Cosme. **Amazônia em novas dimensões**. Manaus: Editora Conquista, 1961.

FRIEDMAN, John R. P. **Introdução ao Planejamento Regional**: Com referência especial à região Amazônica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

GOMES, Ângela de Castro; et al. **Regionalismo e Centralização Política**: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura** – o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MARQUES, Gilberto S. SPVEA: **O Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico** (1953-1966). REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 34, pp. 163-198, fevereiro 2013.

\_\_\_\_\_. **Estado e Desenvolvimento na Amazônia**: A Inclusão Amazônica na Reprodução Capitalista Brasileira. (Tese de doutorado submetida ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ), 2007.



MENEZES, Adriano. **O problema da colonização na Amazônia**. Revista Brasileira dos Municípios. n. 33, pp. 18-33, jan/mar. 1956.

MONTEIRO, Terezinha Fátima Andrade. **Educação e trabalho nos planos nacionais de desenvolvimento no período 1970/1980**: um estudo introdutório sobre a realidade da Sudam. Rio de Janeiro, 1986. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1986.

NUNES, Osório. **Introdução Ao Estudo Da Amazônia Brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1951.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967**. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas; Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo; FERNANDES, Danilo Araújo. **O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, jun. 2014. pp. 201-230.

PEREIRA, José Maria Dias. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, pp.121-141, jul.-dez. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

PETITJEAN, Patrick ; DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. **A redescoberta da Amazônia num projeto da Unesco**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 14, nº 26, pp. 265-292, 2000.

PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da borracha no Brasil**: a falência da borracha vegetal. São Paulo: Hucitec, 1984.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

\_\_\_\_\_. **A Integração da Amazônia na Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Edigraf, 1965.

\_\_\_\_\_. **Amazônia e o mundo atual**. Rio de Janeiro: Banco Comércio e Indústria da América do Sul S.A., 1967.

\_\_\_\_\_. **O Impacto Amazônico na Civilização Brasileira**. – A Transamazônica e o Desafio dos Trópicos. Rio de Janeiro: Editora Paralelo, 1972.

- \_\_\_\_\_. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- REIS, Daniel Aarão (coord.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**, volume 5. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5)
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2014.
- REMOND, René (Org). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.
- SALDANHA, Nelson. **História das Ideias Políticas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia**. Tese de doutorado, História, Universidade de São Paulo, 1996.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SANTOS, Sara Possari dos. **Desenvolvimento em Rondônia: Análise do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953-1966)** - dissertação área de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Federal de Rondônia, 2014.
- SENRA, Kelson Vieira. **Políticas Federais de Desenvolvimento regional no Brasil: uma análise comparada dos períodos Pós-Guerra (1945-1964), Pós-Golpe Militar (1964-1988) e Pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009)**. dissertação Geografia, Universidade de Brasília, 2009.
- SIMONSEN Roberto Cochrane; GUDIN, Eugenio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. 3ª ed. Brasília: Ipea, 2010.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TORRES, Iraildes Caldas. **Arquitetura do Poder: memória de Gilberto Mestrinho**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Fontes:

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1953 (Álvaro Maia). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas, em sua sessão de abertura em 15 de março de 1953 pelo Governador Álvaro Maia.** Manaus: Imprensa Oficial, 1953.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1954 (Álvaro Maia). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas, em sua sessão de abertura em 15 de março de 1954 pelo Governador Álvaro Maia.** Manaus: Imprensa Oficial, 1954.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1955 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1955.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1956 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1956.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1957 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1957.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1958 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1958.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1959 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1959.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1960 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1960.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1961 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1961.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1962 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1962.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1963 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem do Governador Plínio Ramos Coelho à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1963.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1964 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1964.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1965 (Arthur César Ferreira Reis). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1965.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1966 (Arthur César Ferreira Reis). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1966.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1967 (Danilo Duarte de Mattos Areosa). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1967.

BALEEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Constituições Brasileiras Volume V: 1946**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BOMFIM, Sócrates. **Um esboço da vida amazônica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Agência da SPVEA (Coleção Araújo Lima), 1960.

\_\_\_\_\_. **Valorização da Amazônia e sua comissão de planejamento**. Escola Brasileira de Administração Pública, Curso de Planejamento Regional, 1953. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13025/000050984.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 05 jan. 2016.

BOUHID, Waldir. **Amazônia & Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Agência da SPVEA (Coleção Araújo Lima), 1960.

CASTELLO BRANCO, Humberto. **No Palácio Rio Negro, durante o banquete que lhe foi oferecido pelo Governador do Estado do Amazonas**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1965/27.pdf>. Acessado em 04 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Respondendo à saudação do governador do Território do Amapá**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/34.pdf>. Acessado em 04 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Segurança e Desenvolvimento**. Aula inaugural na Escola Superior de Guerra em 13 de março de 1967.

CAVALCANTI, Mário de Barros. **Da SPVEA à SUDAM: (1964-1967)**. Belém: Sudam, 1967.

DUTRA, Eurico Gaspar. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.

FERREIRA FILHO, Cosme. **Economia da Produção**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Agência da SPVEA (Coleção Araújo Lima), 1960.

GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília: 1962. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso->

nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-joao-goulart-1962. Acessado em 14 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília: 1963. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-joao-goulart-1963/view>. Acessado em 14 dez. 2016.

KUBITSCHKE, Juscelino. **No Clube Ideal, sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia** – Manaus, 18 de abril de 1956. In: PINTO, Luíza Helena Nunes (org.). Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschke. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MAGALHÃES, Valério Caldas de. **O Rio Branco na Câmara**. [s.l.]: [s.n.], 1960.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. **As Soluções Indicadas Pela Comissão Mista BRASIL-EE.UU**. Rio de Janeiro: Ano XX, nº 230, pp. 27-55, abril de 1955.

REIS, Arthur César Ferreira. **Carta de Artur César Ferreira Reis a Café Filho sobre os recursos financeiros do Plano de Valorização Econômica da Amazônia**. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ\\_CF\\_C&pasta=CF%20c%201955.09.20](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_CF_C&pasta=CF%20c%201955.09.20) Acessado em 04 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos, História, Estrutura e Funcionamento da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia**, 1955. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13024/000050987.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 30 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Como Governei o Amazonas**. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. **Perspectiva do Primeiro Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. Belém: Setor de Coordenação e Divulgação, 1954.

\_\_\_\_\_. **Primeiro Plano Quinquenal**. v. 1. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955a.

\_\_\_\_\_. **Primeiro Plano Quinquenal**. v. 2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955b.

\_\_\_\_\_. SPVEA (1954/60) – **Política de Desenvolvimento da Amazônia**. v. 1. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960a.

\_\_\_\_\_. SPVEA (1954/60) – **Política de Desenvolvimento da Amazônia. v. 2.** Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960b.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1951.** Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1951>. Acessado em 18 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **O destino brasileiro do Amazonas.** Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/31.pdf>. Acessado em 04 dez. 2015.

Decretos e Leis:

**BRASIL.** Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953. Aprova o Regulamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 50.272, de 15 de fevereiro de 1961. Revoga o Decreto nº 43.710, de 15 de maio de 1958 e dá outras providências

\_\_\_\_\_. Decreto nº 50.495, de 25 de abril de 1961. Determina a Execução de Programas Anuais pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia até a aprovação, pelo Congresso Nacional, do 1º Plano Quinquenal, de 1954.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 628, de 23 de fevereiro de 1962. Reorganiza a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás) por cumprimento da Lei 3.974, de 25 de outubro de 1961, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953. Dispõe a respeito do Plano de Valorização da Amazônia e cria a Superintendência que será a executora do Plano e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957. Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.216 de 6 de maio de 1963. Estende à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei n.º 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano Diretor da Sudene).

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

## Periódicos

**CORREIO DA MANHÃ.** Rio de Janeiro [1901-1974] - Diário.

**JORNAL DO BRASIL.** Rio de Janeiro [1891] - Diário.

**JORNAL DO COMÉRCIO.** Manaus [1904] – Diário.

**ÚLTIMA HORA.** Rio de Janeiro. [1951-1991] – Diário.